

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE HUMANIDADES – CAMPUS CURITIBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA - MESTRADO**

SOLANGE DE OLIVEIRA SCHMITT

**MARIA E A UNIDADE DOS CRISTÃOS: UMA LEITURA ECUMÊNICA DA
DEVOÇÃO MARIANA NAS IGREJAS CATÓLICA E EPISCOPAL ANGLICANA**

CURITIBA

2018

SOLANGE DE OLIVEIRA SCHMITT

**MARIA E A UNIDADE DOS CRISTÃOS: UMA LEITURA ECUMÊNICA DA
DEVOÇÃO MARIANA NAS IGREJAS CATÓLICA E EPISCOPAL ANGLICANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teologia da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Teologia.

Orientador: Prof. Dr. Elias Wolff

CURITIBA

2018

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Giovanna Carolina Massaneiro dos Santos – CRB 9/1911

S355m
2018

Schmitt, Solange de Oliveira
Maria e a unidade dos cristãos: uma leitura ecumênica da devoção Mariana nas igrejas católica e episcopal anglicana / Solange de Oliveira Schmitt; orientador: Elias Wolff. – 2018.
101 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2018

Bibliografia: f. 97-101

1. Teologia. 2. Unidade cristã. 3. Igreja. 4. Cultos. 6. Devoção.
I. Wolff, Elias. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Teologia. III. Título

CDD 22. ed. – 230



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
Escola de Educação e Humanidades
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Mestrado e Doutorado

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE EXAME DE DISSERTAÇÃO Nº. 156
DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE
SOLANGE DE OLIVEIRA SCHMITT

Aos vinte e oito, do mês de fevereiro de dois mil e dezoito, às nove horas reuniu-se na sala defesa - Segundo andar da Escola de Educação e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, a banca examinadora constituída pelos professores: Elias Wolff, Luiz José Dietrich e Lucia Pedrosa de Pádua, para examinar a dissertação da candidata Solange de Oliveira Schmitt, ingressante no Programa de Pós-graduação em Teologia - Mestrado, no primeiro semestre de dois mil e dezesseis. Linha de pesquisa: Bíblia e Evangelização. A mestranda apresentou a dissertação intitulada: "MARIA E A UNIDADE DOS CRISTÃOS: UMA LEITURA ECUMÊNICA DA DEVOÇÃO MARIANA NAS IGREJAS CATÓLICA E EPISCOPAL ANGLICANA." A Candidata fez uma exposição sumária da dissertação, em seguida procedeu se à arguição pelos Membros da Banca e, após a defesa, a candidata foi Aprovada pela Banca Examinadora. A sessão encerrou-se às 10 h 50 min. Para Constar, lavrou-se presente Ata, que vai assinada pelos Membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Elias Wolff Elias Wolff
Presidente/Orientador

Prof. Dr. Luiz José Dietrich Luiz José Dietrich
Convidado Interno

Profa. Dra. Lucia Pedrosa de Pádua Lucia Pedrosa de Pádua
Convidada Externa

Alex Vicentim Villas Boas
CIENTE
Prof. Dr. Alex Vicentim Villas Boas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Teologia - *Stricto Sensu*
RPGT - PUCPR



Ao meu esposo, filhos,
genro, noras e netos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida.

Ao professor Dr. Pe. Elias Wolff, por me despertar para este incrível desafio.

À minha família, pelo carinho e estímulo a mim dispensados durante esta caminhada.

Maria,
és mãe de todos os povos, dos que
acorrem ao teu Deus, cristãos de todas as
igrejas, fiéis de toda religião. Pobres e
afortunados, santos e degredados, todos
filhos teus e de Eva também. Por todos
rogai, e congregai nos caminhos da
unidade o próximo e o deserdado.
(WOLFF, 2016, p. 79)

RESUMO

A sonhada unidade dos cristãos exige despojamento de vaidades humanas, vivência de humildade e abertura à vontade do Pai. Maria é o exemplo perfeito de serva e missionária que se doou por inteiro ao serviço do Reino. Essa jovem judia escolhida por Deus, certamente foi mulher especial. Na medida em que a Igreja foi se estruturando, o culto e a devoção a ela foram florescendo e a doutrina mariana foi se estabelecendo, chegando a certos exageros que pareciam tirar Cristo do centro da fé dos cristãos. Com o advento da Reforma iniciada por Lutero (1517), os cultos e as devoções a Maria foram questionados e as Igrejas resultantes da divisão passaram a dar pouca importância à figura de Maria. A Igreja Episcopal Anglicana, porém, manteve-se mais próxima da Igreja Católica neste particular. Na segunda metade do século XX, o Concílio Vaticano II, em seus documentos fundamentados nas Escrituras e na Tradição, ressitua a Maria evangélica no culto e devoção dos católicos.

Esta pesquisa visa a fazer uma análise bibliográfica da história da devoção e do culto a Maria nas duas Igrejas e identificar as características da devoção mariana em cada uma delas. A partir da análise das convergências e divergências das respectivas doutrinas sobre a devoção mariana, buscar possíveis caminhos de superação das divisões, tendo Maria como ponto de unidade entre as duas comunhões. Por seu exemplo de seguimento ao seu Filho, Maria pode ser também o elo que impulse católicos e anglicanos rumo à unidade almejada.

Palavras chave: Maria, Igreja Católica, Igreja Episcopal Anglicana, culto, devoção, unidade.

ABSTRACT

The so dreamed christian unity requires the shedding of human vanities, living in humility and openness to the Father's Will. Mary is the perfect example of serf and missionary who has given her entire self for service to the Kingdom. This God chosen young jew was certainly a special woman. In the structuring of the Church, the cult and devotion to Mary has blossomed and marian doctrine has been established, sometimes to such exaggerated extents as to have seemed to take Christ off of the center of the christian's Faith. With Luther's Reformation(1517), the Cults of Mary and their devotion were questioned and the churches that came out of the division deemed Mary as less important. The Anglican Episcopal Church, however, has remained closer to the Catholic Church in this respect. On the second half of the 20th century, Vatican II, through its documents based on the Scripture and on Tradition, once again places the evangelical Mary within the cult and devotion of catholics.

This research aims at a bibliographical history of the devotion and cult of Mary on the two Churches and at identifying the characteristics of the marian devotion in each. From the analysis of the convergences and divergences of each of the doctrines on marian devotion, to search possible paths to overcoming divisions, having Mary as an unifying point for the two communions. Through her example of her Son's following, Mary can also be the link uniting catholics and anglicans on the way to the sought unity.

Key words: Mary, Roman Catholic Church, Anglican Episcopal Church, cult, devotion, unity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLA

ARCIC	Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana
At	Livro de Atos dos apóstolos, livro da Bíblia
cf	Conforme
CSsR	Congregação do Santíssimo Redentor
CIC	Catecismo da Igreja Católica
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONAC	Comissão Nacional Anglicano-Católica
DAP	Documento de Aparecida
doc	Documento
Gl	Livro de Gálatas, livro da Bíblia
Gn	Livro de Gênesis, livro da Bíblia
Hb	Livro de Hebreus, livro da Bíblia
ID	Ineffabilis Deus
Jo	Livro de João, livro da Bíblia
Jr	Jeremias, livro da Bíblia
Lc	Livro de Lucas, livro da Bíblia
LG	Lumen Gentium
LOC	Livro de Oração Comum
MC	Marialis Cultus
Mc	Livro de Marcos, livro da Bíblia
MD	Munificentissimus Deus
Mt	Livro de Mateus, livro da Bíblia
p	Página
PA	Pará, estado brasileiro
Rm	Livro de Romanos, livro da Bíblia
RVM	Rosarium Virginis Mariae
Sm	Livro de Samuel, livro da Bíblia
SM	Signum Magnum
sj	Sacerdote jesuita
Tm	Livro de Tímoteo, livro da Bíblia
UMBRASIL	União Marista do Brasil
USA	Estados Unidos da América

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	MARIA NA DEVOÇÃO E NO CULTO DOS CRISTÃOS	16
2.1	MARIA NO SEGUNDO TESTAMENTO	19
2.2	MARIA NA IGREJA PRIMITIVA	30
2.3	ORIGEM DAS DEVOÇÕES E CULTOS	33
2.4	MARIA NA IDADE MÉDIA	36
3	MARIA NA TEOLOGIA PÓS REFORMA DO SÉCULO XVI	43
3.1	A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA E MARIA	45
3.2	OS DOGMAS DE MARIA	49
3.3	O CONCÍLIO VATICANO II	58
3.4	DEVOÇÃO E CULTO A MARIA NA IGREJA CATÓLICA PÓS CONCÍLIO VATICANO II	62
4	DIÁLOGO CATÓLICO – ANGLICANO EM TORNO DE MARIA	70
4.1	DIFERENÇAS E DIVERGÊNCIAS	74
4.2	DOCUMENTOS DO DIÁLOGO	79
4.3	PERSPECTIVAS PARA CONSENSOS MARIOLÓGICOS	84
5	CONCLUSÃO	93
6	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o papel e a influência de Maria na Igreja Católica e na Igreja Episcopal Anglicana, os pontos de convergência e os de tensão entre as duas comunhões no que diz respeito à mãe de Jesus; bem assim, analisar os possíveis caminhos para o consenso entre as duas Igrejas.

Para tanto, faz-se um exame qualitativo e comparativo da bibliografia consultada, nas quais se identificam referências a Maria, em especial nos escritos de Paulo, nos Evangelhos de Marcos, Mateus, Lucas e João e nos Atos dos Apóstolos. É que se tem como propósito aclarar o significado de Maria para os cristãos, conhecer as principais formas de manifestação devocional dos católicos e dos anglicanos e identificar os elementos comuns das tradições dessas comunhões que possam contribuir para o incremento da inserção de Maria no diálogo ecumênico.

No cristianismo católico e também no ortodoxo, Maria ocupa um lugar de relevo. Todavia, a quase totalidade das igrejas oriundas da Reforma do século XVI se distancia de Maria; nelas, sua presença é insignificante, é praticamente ignorada.

A Igreja Episcopal Anglicana, porém, preserva proximidade de culto em relação à Igreja Católica, apresentando algumas divergências, sobretudo na questão dos dogmas da Imaculada Conceição e Assunção e na invocação explícita de Maria como intercessora junto ao seu Filho Jesus.

O documento da ARCIC (Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana), publicado em 2005, indica os pontos de convergência entre as duas comunhões. Muitas das festas associadas a Maria são comuns às duas tradições, mas é nas celebrações que se realiza a mais profunda convergência. Católicos e anglicanos agradecem a Deus pela mãe do Senhor que pertence à grande comunidade de amor que é a comunhão dos santos (cf. ARCIC, p. 6).

À luz dessa realidade objetiva encontrada nessas duas comunhões, faz-se, no *primeiro capítulo*, uma leitura e análise das Escrituras¹, mais especificamente do Segundo Testamento, para identificar no seu conteúdo o que ele nos diz a respeito desta mulher que, por mais de dois milênios, vem exercendo considerável influência na vida e na sociedade ocidental. Assevera-se no documento da ARCIC (2005, n. 6):

¹ As citações bíblicas foram retiradas da Bíblia de Jerusalém, São Paulo, SP: Paulus, 10ª edição, 2015.

“Se cremos que as Escrituras trazem testemunhos normativos do plano de salvação de Deus, é impossível ser fiel às Escrituras sem levar Maria a sério”.

Os Evangelhos falam de Maria, aquela que gerou, por obra do Espírito Santo, o Filho de Deus. Foi ela que com seu *fiat* possibilitou a realização do plano do Pai de mandar seu Filho ao mundo para, aqui na terra, implantar o seu Reino; impregnada, portanto, no e pelo mistério da encarnação, sua figura está intimamente ligada a seu Filho.

A partir do que as Escrituras nos dizem a respeito da mãe de Jesus e de uma análise bibliográfica da origem e do desenvolvimento histórico do culto e devoção a Maria nos dois últimos milênios, busca-se encontrar possíveis caminhos de superação das divisões para, em comunhão, louvamos a Cristo e fazer acontecer o Reino que Ele veio anunciar, semente a gerar um mundo mais fraterno com menos desigualdades, em que todos os povos possam viver com dignidade e que todos se respeitem como filhos de Deus e irmãos de Jesus e, ao fim, construir a unidade dos cristãos. Em Lc 8,21 ou 11,27-28, aprendemos que todos os que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática são seus irmãos. Irmanados pela fé que professamos, com fraternidade e coerência, podemos contribuir mais eficazmente para a construção do Reino de amor e de justiça, o Reino que Jesus veio anunciar.

O evangelista Mateus, sempre que se refere a Maria, o faz conectada ao seu Filho: “Maria, sua mãe” ou “o menino e sua mãe”. Também Lucas, o evangelista que mais detalha a participação de Maria na obra de redenção, sempre traz a figura de Maria conectada a Jesus, destaca sua concepção virginal e o fato de que ela fora eleita e agraciada por Deus de maneira única. Marcos e João, os evangelistas que menos aludem a Maria, o fazem sempre em relação ao Filho. João dá destaque a ela no início e no fim da vida pública do Filho.

Os evangelhos são a Boa-Nova da salvação e Maria faz parte deste anúncio, eles mostram vários perfis desta mulher logo, é impossível ignorá-la. Ela é a mãe virginal de Jesus, a discípula ideal que ouve, acolhe, medita e realiza a Palavra de Deus, a mulher de fé profunda, iluminada pelo Espírito Santo, “é o símbolo da comunidade de fé que peregrina neste mundo” (MURAD, 2016, p. 120).

Em seguida, perscruta-se o papel de Maria na igreja primitiva e como ela o desempenhou nas primeiras comunidades cristãs.

Os apóstolos, iluminados pelo Espírito Santo, saíram a anunciar as mensagens que tinham recebido durante o tempo de convivência com Jesus. Mas à

medida que progrediam no anúncio, as comunidades iam se formando marcadas pela fé em Jesus, o Filho de Deus. Entre o povo, entretanto, surgia a curiosidade e o respeito da mulher que havia gerado o homem Jesus.

Se Maria despertava interesse, como e por quê ela passou a ser objeto de culto e devoção por parte dos cristãos? A relação íntima de Maria com seu Filho foi motivação para os primeiros cristãos buscarem entender quem era Jesus. Tendo por fundamento as Escrituras e a Tradição, as reflexões sobre essa mulher foram se desenvolvendo e o culto e a devoção a ela foram se incorporando à vida da Igreja e dos fiéis.

Com a expansão do cristianismo, deu-se também o crescimento do culto e da devoção a Maria. Ao final do primeiro milênio, ela já ocupava lugar de destaque na Igreja, sendo reverenciada com certo exagero e, em decorrência, transparecia a ideia de que Cristo havia deixado de ser o essencial da fé cristã.

No segundo milênio, sob a influência da escolástica, teólogos adeptos dessa forma de pensar, usando a razão para iluminar a crença, passaram a se distanciar das Escrituras e valorizar mais a Tradição. A meditação sobre a vida de Jesus e de Maria cresceu e as práticas devocionais populares se avolumaram, dado que emanavam das reflexões sobre os dois dogmas de Maria: *Theotokos* (Mãe de Deus) e *Virgindade Perpétua*.

Muitas discussões teológicas surgiram e Maria passou a ser vista como intercessora e distribuidora de graças e a imagem dela como santa fazedora de milagres foi se firmando entre os fiéis.

No *segundo capítulo*, é feita a abordagem das controvérsias marianas que emergiram com o movimento iniciado no século XVI pelo monge agostiniano Martin Lutero em 1517, que passou a denominar-se Reforma. As propostas de mudanças decorrentes do descontentamento do monge com os rumos que a Igreja havia tomado, assumindo liderança nas áreas política e social e deixando para segundo plano as questões de fé, acabaram por atingir Maria. As práticas devocionais passaram a ser questionadas pelos adeptos da Reforma. Ela foi desaparecendo do culto e devoção dos fiéis que aderiram às igrejas que se desvincularam da Igreja Católica.

A Reforma expandiu-se pela Europa e, na Inglaterra, encontrou guarida entre o clero descontente com os excessos de riquezas transferidas a Roma

mediante o pagamento de tributos e se exacerbou quando o rei Henrique VIII teve seu pedido de anulação do seu casamento rejeitado pelo Papa Clemente VII.

Os motivos que levaram ao rompimento com Roma, portanto, foram mais políticos que doutrinários ou teológicos. Sendo assim, a Igreja da Inglaterra, também denominada Igreja Episcopal Anglicana, se manteve muito próxima da Igreja Católica. Os dogmas marianos *Theotokos* e *Virgindade Perpétua* continuam sendo acolhidos e o culto e devoções são mais discretos do que na Igreja Católica. Os fiéis anglicanos rezam a Deus agradecendo por tudo o que Maria fez para cooperar na obra de salvação e não rogam por sua intercessão junto a seu Filho.

O movimento iniciado por Lutero, por sua vez, trouxe muitos desafios para a Igreja Católica e, para enfrentá-los, o magistério eclesial permitiu que as práticas devocionais populares crescessem e a Maria das devoções parecia se distanciar sempre mais da Maria dos Evangelhos.

Decorrente dos dois dogmas anteriores, começaram a surgir clamores para a proclamação de outros dogmas marianos. Se Maria tinha gerado em seu ventre o Filho de Deus, ela deveria ser então livre de pecado desde a sua concepção. A crença na Imaculada Conceição já estava incorporada na vida dos fiéis então, em 1854, o papa Pio IX proclamou o dogma da Imaculada Conceição, episódio que gerou um distanciamento ainda maior das igrejas oriundas da Reforma, que entendem deva a proclamação de um dogma ser feita por um Concílio. A par disso, não encontraram fundamento bíblico para tal verdade.

Se Maria fora a Virgem Mãe de Jesus, toda Imaculada, seu corpo não poderia sofrer corrupção após a morte e os Evangelhos silenciavam sobre o fim da vida desta mulher tão especial. Desde o século IV, já se tinha referências à *dormição* de Maria no Oriente. No século VI, essa crença chega a Roma e, com o crescimento da devoção mariana, a crença sobre o fenômeno da Assunção de Maria se expande e mais manifestações devocionais vão surgindo. Com fundamento neste credo, o papa Pio XII proclama, em 1950, o dogma da Assunção de Maria.

As igrejas reformadas, usando os mesmos argumentos do dogma anterior, rejeitam, não acolhem o dogma da Assunção.

Na segunda metade do século XX, o papa João XXIII, sensível aos clamores por mudanças que inserissem a Igreja nos novos tempos, convocou o Concílio Ecumênico Vaticano II. João XXIII não viveu para ver o final do Concílio. Paulo VI foi

o papa eleito para dar continuidade a este Concílio que iria provocar profundas mudanças na Igreja e na sociedade.

Ao convocar o Concílio o papa deixou clara a sua intenção de buscar a unidade dos cristãos, abrindo a Igreja para o diálogo com os irmãos separados. Nas reflexões a respeito do ecumenismo, considerando a rejeição ao culto e à devoção mariana que surgiram com a Reforma do século XVI e com o objetivo de aproximar os católicos dos cristãos reformados, a doutrina mariana foi inserida na Constituição sobre a Igreja para não distanciar Maria do mistério de Cristo.

Depois do Concílio Vaticano II, a Igreja passou a falar de Maria com mais sobriedade, o que combina mais com sua imagem evangélica. Como a Igreja Católica Apostólica Romana entende que através de Maria se chega a seu Filho Jesus, era preciso ressituar Maria no culto, na liturgia e na devoção dos fiéis segundo as normas estabelecidas pelo Concílio e promover uma renovada devoção mariana. Com estas intenções, o papa Paulo VI promulgou, em 1974, a Exortação Apostólica *Marialis Cultus*.

Este documento chama a atenção para o referencial bíblico de Maria e alerta que toda veneração a ela deve despertar os fiéis para encontrarem, na Palavra de Deus, critérios para viver segundo os ensinamentos nela contidos.

O *terceiro capítulo* faz uma análise do diálogo católico-anglicano em torno de Maria que, devido à abertura proporcionada pelo Vaticano II, passou a se tornar possível.

O movimento por reformas na Igreja iniciado por Lutero na Alemanha, se espalhou por várias partes da Europa e contou com a adesão de outros teólogos, entre eles Calvino, que, com suas ideias, juntadas às de Lutero, contribuíram para a reformulação da Igreja da Inglaterra.

A reforma proposta por Lutero teve como consequência a ruptura com a Igreja de Roma, com causas mais políticas que doutrinárias. A Igreja Anglicana, porém, manteve-se mais próxima da Igreja Católica.

As Províncias, dioceses e paróquias da Igreja da Inglaterra ou Igreja Episcopal Anglicana estão em comunhão com a Sé de Cantuária (Inglaterra), mas são autônomas e autocéfalas e assumem diferentes práticas nos diversos países e em diversas culturas umas são mais católicas, as anglo-católicas, outras são mais reformadas.

Quanto ao culto e à devoção a Maria, algumas diferenças e divergências se mantêm até os dias de hoje. Os anglicanos aceitam plenamente os dogmas de Maria Mãe de Deus e da Virgindade, todavia tem restrições quanto aos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção. Outro ponto divergente é a crença em Maria intercessora. Fiéis ao lema *sola Scriptura* dos reformadores, anglicanos afirmam que o único mediador entre Deus e a humanidade é Cristo; embora reconheçam que Maria faz parte da comunhão dos santos, as orações são dirigidas para louvar a Deus pelo que os santos fizeram enquanto testemunho do Evangelho no mundo.

As diferenças e divergências tem sido analisadas por teólogos católicos e anglicanos e documentos tem sido produzidos, com proeminência para o documento publicado pela ARCIC em 2005 “Maria: graça e esperança em Cristo”, no qual, após fazer um exame do culto e da devoção marianos no decorrer da história, se enumeram os pontos de convergência, bem como aqueles que ainda não encontram consenso nas duas comunhões.

Na *conclusão*, faz-se uma reflexão sobre as perspectivas para consensos mariológicos, ademais de um olhar e de uma percepção sobre a essência do que Maria, mediante o seu exemplo, pode representar para todo o sempre na história da humanidade.

Reconhecendo o esforço da Igreja Católica em purificar o culto e a devoção marianos com a clara intenção de buscar a unidade perdida e analisando as virtudes de Maria reconhecidas pelas duas comunhões, há de se buscar nela, enfim, um exemplo de vida, de modo que ela se torne motivo de união e não de divisão entre os cristãos, para além de ser imitada na vivência cristã de modo a se alcançar um mundo mais fraterno e menos desigual. “Quem se aproximar dela com um coração reto e sincero se sentirá necessariamente impelido para o amor a Deus e ao próximo. Este é o segredo divino da devoção a Maria” (FAUS, 1987, p. 46).

2 MARIA NA DEVOÇÃO E NO CULTO DOS CRISTÃOS

Dos escritos dos padres apostólicos podemos concluir que a devoção e o culto a Maria têm início já na igreja nascente. O povo, que vivia oprimido pelo domínio do Império Romano, observava naquela mulher um exemplo, um modelo de coragem e de fé em um mundo melhor, um Reino como o anunciado pelo seu Filho Jesus.

Os pesquisadores dos tempos iniciais do cristianismo encontraram referências ao culto e à devoção à mãe de Jesus desde a igreja primitiva. Os fiéis e os teólogos dos primórdios da Igreja tentavam entender quem era Jesus, qual sua origem, suas pesquisas iam ao ponto de partida: a mulher que gerou aquele Homem.

A mãe que gestou e acompanhou o filho da manjedoura à cruz, que lhe ensinou os primeiros passos, que o educou na fé, era sem dúvida quem melhor conheceu o Filho do Altíssimo.

Nos relatos dos apóstolos, partilhados pelos que com eles conviveram, nas Escrituras e na literatura apócrifa - como no proto-Evangelho de Tiago, foi possível descobrir alguns traços desta mulher escolhida por Deus para com Ele colaborar na Sua obra de redenção (cf. PADOVESE 1999, p. 109).

Maria fez parte da primeira comunidade de fé, iniciada por aqueles discípulos escolhidos por Jesus para com Ele anunciar a boa nova do Reino de Deus. Esse grupo, após a ressurreição, estava reunido quando recebeu o Espírito Santo, como prometido por Jesus. No relato dos Atos dos apóstolos vemos que a mãe de Jesus estava entre eles. *“Todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, e com seus irmãos”* (At 1,14).

A partir deste relato, as Escrituras silenciam a respeito de Maria. Se ela aos pés da cruz foi entregue a João e este como parte do grupo de seguidores de Jesus era parte da primeira comunidade, Maria estava entre eles e certamente continuou sendo a mulher forte e corajosa mencionada nos relatos dos evangelistas, que dava suporte àquele grupo e o influenciava fortemente.

Neste gesto de Jesus, entregando sua mãe aos cuidados de João, a Igreja tem entendido estar implícita a entrega a todos os discípulos para todo o sempre. Se a Igreja é o corpo místico de Cristo, Maria é também mãe da Igreja.

Pela imagem que Maria foi adquirindo ao longo dos séculos, deduz-se que ela realmente foi uma mulher especial que, com seu *fiat* (faça-se), possibilitou a implantação de um novo tempo para todo o povo de Deus, tornando-se assim exemplo de mulher corajosa, humilde, desprendida e dotada de uma fé profunda. Na sua decisão de colaborar com sua prima Isabel no tempo final de sua gestação, vê-se a humilde serva como ela mesma se autoproclamara quando da visita do anjo. Neste ato vê-se o exemplo de mulher que se coloca a serviço dos necessitados e que assumiu plenamente sua maternidade, acompanhando seu Filho até seu derradeiro momento: a morte na cruz. É a essa Maria que os cristãos católicos recorrem para buscar o amparo da mãe e a ajuda de seu Filho nos momentos de dificuldades.

Embora as Escrituras falem pouco de Maria, é nelas que se encontram os fundamentos da devoção e do culto mariano. O primeiro louvor à mãe de Jesus encontra-se em Lc 11,27: (...) *“Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!”*. *Magnificat*, o canto de louvor de Maria repetido diariamente em sua honra, encontra-se em Lc 1,46-55 e quando os cristãos católicos rezam: *Ave Maria cheia de graça...*, repetem as palavras do anjo conforme relata o evangelista: *Alegra-te (Ave) cheia de graça*. (Lc 1, 28).

A figura materna de Maria atrai pela ternura, ao mesmo tempo em que os cristãos sentem por ela compaixão e solidariedade por uma vida por vezes sofrida. Desde a dificuldade em, estando solteira, enfrentar uma gravidez naquela sociedade patriarcal, passando pelo parto em ambiente tão inóspito, escapando da fúria de Herodes e culminando aos pés da cruz, vendo seu amado filho morrer de forma tão violenta. Essa mulher forte, ousada, que superou tantos desafios, é exemplo a ser seguido por todos que creem em seu Filho e que almejam alcançar a glória eterna como ela alcançou.

Por todos esses momentos vividos sem esmorecer, acreditando na promessa de Deus Pai, os cristãos católicos entendem que ela deve ser louvada e glorificada, e, como mãe que seguiu junto a seu Filho até o derradeiro momento, continua na glória intercedendo e cuidando dos seus filhos adotivos que aqui na terra peregrinam rumo à glória celeste.

Em Maria se finaliza a antiga aliança de Deus com seu povo e se inicia a nova aliança. Ela é o elo que une os dois projetos divinos.

Aquela mulher que teve poucas palavras mencionadas nos Evangelhos, que silenciava “guardando tudo em seu coração”, foi a primeira missionária e tudo o que conservou no coração, com o seu silêncio, continua conquistando devotos mundo afora. Como diria São Francisco séculos depois, “*evangelize e se preciso use palavras*”. Maria é a perfeita missionária que não precisa de palavras. O seu sim, a sua disponibilidade ao projeto divino, fez dela própria a mensagem, as palavras se tornam desnecessárias.

Maria resume em si tudo o que define um cristão. Louvar a Deus por sua vida e tentar seguir seu exemplo aproxima cada cristão da Trindade no caminho rumo à glória eterna.

Depois de Jesus, nenhum outro personagem do Segundo Testamento tem despertado tanto interesse quanto Maria. A história dessa mulher desenvolveu-se ao longo dos séculos na igreja universal e de maneira muito especial na Igreja Católica. Em meio a histórias de tantas mulheres fortes e corajosas, Maria ocupa um lugar de destaque que a distancia de tantas outras, ela é única.

Refletir sobre Maria é refletir sobre a vivência cristã. Ela é o exemplo perfeito a ser seguido por todos que almejam alcançar a salvação trazida pelo seu Filho Jesus.

Com o advento da Reforma de Lutero (1517), muitas das igrejas cristãs que aderiram à teologia dos reformadores, passaram a não mais dar destaque a Maria em suas comunhões de fé. Maria passou a ocupar um lugar secundário, ou até ignorada, e o culto e a devoção a ela dirigidos passaram a ser motivo de controvérsia entre teólogos e fiéis das igrejas da Reforma e pós Reforma. Os reformadores centravam em Maria tudo o que eles discordavam em relação à Igreja Católica; ela passou a ser o principal alvo dos cristãos que aderiram à teologia dos cristãos reformados (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 64, 65).

No confronto com as igrejas mencionadas, a Igreja Católica reagiu e passou a dar mais ênfase ao culto e à devoção a Virgem Maria e ela passou a ocupar um lugar ainda mais especial no coração dos fiéis católicos.

É na Sagrada Escritura que a Igreja encontra fundamentos para formular a doutrina mariana, sempre centrada no mistério de Cristo. A doutrina, o culto e o

louvor dirigidos à Maria tem a intenção de, através dela, chegar a seu filho Jesus e a toda a Trindade.

O documento de Aparecida nos diz que reconhecendo o testemunho de Maria e dos santos, os fiéis procurarão imitá-los e assim se aproximarão mais da Bíblia e dos sacramentos (cf. DAp. n. 262).

2.1 MARIA NO SEGUNDO TESTAMENTO

Por primeiro, Paulo, em sua Epístola aos Gálatas, faz uma referência indireta a Maria para confirmar a humanidade do Filho de Deus: “*Quando, porém, chegou a plenitude do tempo, enviou Deus o seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei...*” (Gl 4,4); assim, a mãe de Jesus é citada apenas exercendo o papel de serva sem chamar atenção para sua pessoa. Essa citação também traz consigo a afirmação de que Jesus era plenamente humano; além de “*nascido de mulher*”, Ele era sujeito à Lei como todos os seres humanos que vivem em sociedade (cf. BIGOTTO, 2011, p. 121).

Por sua vez, os Evangelhos, como Boa Nova da salvação, relatam as mensagens de Jesus a respeito do Reino que Ele veio implantar. Mas eles também nos falam a respeito de uma mulher: Maria, que com o seu *fiat*, possibilitou a encarnação do Filho de Deus.

Conhecer o que os Evangelhos falam de Maria é importante para dar-lhe o devido lugar no coração dos fiéis. Ela deve ser reverenciada por ter sido especialmente agraciada por Deus para ser a mãe de Cristo e nossa; mas ela é toda humana e ocupa um lugar de destaque na comunhão dos santos. A devoção e o culto a ela dedicados não podem desviar os cristãos do centro da fé cristã que é a Trindade.

É através dos Evangelhos que vamos conhecer esta mulher que, no decorrer dos séculos, nas mais diversas culturas e nas diferentes tradições religiosas, foi incorporando nomes e hoje é cultuada como Nossa Senhora, Santíssima Virgem Maria, Mãe de Deus, Mãe da Igreja, Mãe de Jesus, Mãe de Cristo e tantos outros.

Os evangelistas citam Maria sempre a atribuir-lhe referência a seu filho Jesus. Na sociedade judia, notadamente patriarcal – e neste ambiente os

Evangelhos foram escritos -, essa figura feminina não recebeu, de imediato, muita importância. Se historicamente pouco se sabe a respeito de Jesus, menos ainda se conhece da história desta mulher que, por milênios, está a arrebatando corações de cristãos católicos e a ser objeto de devoção e de culto em todo o mundo.

No Evangelho de Marcos, nada é mencionado a respeito do nascimento ou *infância* de Jesus. O evangelista inicia narrando, de pronto, a vida pública do Filho de Deus. O nome de Maria surge pela primeira vez quando do relato da admiração e questionamento dos que ouviam a pregação de Jesus na sinagoga: "*Não é este o carpinteiro, filho de Maria, irmão de Tiago, José, Judas e Simão?*" (...) (Mc 6,3).

Em Mc 3, 31-35, ele relata o mesmo conflito entre Jesus e sua família de Nazaré que encontramos em Mt 12, 46-50 e Lc 8, 19-21, identificado na mesma resposta dada por Jesus: "*Quem fizer a vontade de Deus, esse é meu irmão, irmã e mãe.*" Os três evangelistas confirmam essa pertença de Jesus à grande família: o Povo de Deus, sua família espiritual. O Reino que Ele veio anunciar ultrapassa Israel, ele é universal (cf. BIGOTTO, 2011, p. 167).

Esses foram momentos de dor vividos por Maria. O seu coração de mãe a levava a proteger o filho, pois certamente ela teve momentos de dúvidas: realmente ele era o "*Filho do Altíssimo*" (Lc 1,32), conforme lhe havia anunciado o anjo?

Aquele menino que ela gerou, embalou e educou agora não mais lhe pertencia, os laços de sua pequena família haviam se rompido e seu Filho agora pertencia a todo o povo de Israel e, por extensão, a todo o Povo de Deus a todos que n'Ele creem.

Embora tenha sido a escolhida por Deus para ser a mãe do Salvador, a ela não foi concedido nenhum privilégio. Maria sofreu todas as dores advindas da maternidade: a partida para assumir sua missão, a aparente rejeição por parte do filho amado, o sofrimento do filho no flagelo e morte na cruz.

Em Marcos, Maria não aparece como protagonista; ela é apenas um membro da família de Jesus, sua maternidade não é destacada. Jesus se distancia de sua família biológica, indicando que Ele agora pertence a uma nova família, a daqueles que fazem a vontade do Pai. O evangelista não tem a preocupação de destacar o papel de Maria na humanidade de Jesus (cf. MURAD, 2016, p. 40).

O evangelista Mateus inicia o seu relato com a genealogia de Jesus a partir de Abraão e Davi e termina em José, "*o esposo de Maria da qual nasceu Jesus, chamado Cristo*" (Mt 1,16); ele não é o pai biológico, é apenas o pai legal de Jesus,

o que segundo a lei judaica é suficiente para legitimá-lo como pertencente à casa de Davi (cf. MURAD 2016, p. 45). Nada é dito a respeito da genealogia de Maria, embora ela tenha tido papel relevante na realização do plano divino de salvação, pois todo ser humano é gerado no ventre de uma mulher. E a escolhida por Deus foi Maria, esta virgem judia que concebeu sem ter conhecido homem algum, ou seja, a encarnação do filho de Deus é uma obra divina sem participação masculina. “Foi o poder criador do Espírito Santo que agiu em Maria”(AZEVEDO 2001, p. 164).

Em toda a sua narrativa, Mateus tem a preocupação de ligar Maria a seu filho. “*A origem de Jesus Cristo foi assim: Maria, sua mãe, ...*” (Mt 1,18). Quando José, angustiado, pensava em rejeitar Maria, o anjo lhe aparece em sonho e lhe diz: “*José, filho de Davi, não temas receber Maria, tua mulher, pois o que nela foi gerado vem do Espírito Santo*” (Mt 1, 20). Na visita dos magos: “*Ao entrar na casa, viram o menino com Maria, sua mãe, ...*” (Mt 2, 11); (...). Na fuga para o Egito: “*Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egito.*” (Mt 2, 13). No retorno a Israel: “*Levanta-te, toma o menino e sua mãe e vai para a terra de Israel, ...*” (Mt 2,20). “*Ele se levantou, tomou o menino e sua mãe e entrou na terra de Israel*” (Mt 2, 21). Para o evangelista, Maria é figura necessária para confirmar a humanidade do filho de Deus, é a mãe que gera o homem Jesus, mas o que importa é o menino, é a Ele que os magos vieram visitar, é ele quem José deve proteger da fúria de Herodes e é o menino que deve voltar para Nazaré depois da morte deste (cf. BIGOTTO, 2011, p. 76).

(...). “Tendo recebido um aviso em sonho, partiu (José) para a região da Galileia e lá foi morar numa cidade chamada Nazaré para que se cumprisse o que foi dito pelos profetas: Ele será chamado Nazareno” (Mt 2, 23).

Na primeira parte do Evangelho de Mateus, fica clara a intenção de destacar a concepção virginal de Maria e o seu papel de mãe; enfatiza sua importância, legitima a humanidade de Jesus, dado que é nesta fase da vida que os seres humanos mais precisam de proteção materna.

Em outra passagem, o evangelista cita a mãe e mostra um Jesus que parece romper com seus laços familiares para dizer que Ele não pertence apenas àquela pequena família de Nazaré, mas sim à grande família que faz a vontade do Pai, o Povo de Deus.

“Estando ainda a falar às multidões, sua mãe e seus irmãos estavam fora, procurando falar-lhe. Eis que tua mãe e teus irmãos estão fora e procuram falar-te. Jesus respondeu àquele que o avisou: ‘Quem é minha mãe e quem são meus irmãos?’ E apontando para os discípulos com a mão disse: ‘Aqui estão minha mãe e meus irmãos, porque aquele que fizer a vontade de meu Pai que está nos céus, esse é meu irmão, irmã e mãe’ (Mt 12,46-50).

Sempre que narra algum fato da vida de Jesus em que Maria se faz presente, o evangelista tem a preocupação de pôr em relevo que ela é a mãe de Jesus. Quando pregava na sinagoga de Nazaré, as pessoas incrédulas perguntavam: “Não é ele o filho do carpinteiro? Não se chama a mãe dele Maria (...)?” (Mt 13,55).

Mateus silencia a respeito da vida e da personalidade desta mulher, a ela não atribui nenhum gesto, nenhuma fala que possa transparecer algo a respeito de suas qualidades ou de sua espiritualidade. Para o evangelista, ela simplesmente é parte integrante da família de Jesus e como mãe e, de acordo com a tradição judaica, a ela cabe o papel de educar o filho na fé. O evangelista destaca dois fatos da vida desta mulher, a concepção virginal e a maternidade do Messias (cf. MURAD, 2016, p. 47).

No Evangelho de Mateus podemos encontrar pistas para o culto e a devoção a Maria. Ela está sempre ligada a seu Filho, que é o centro das narrativas do evangelista. Maria deve ser louvada pela sua maternidade, mas o culto deve ser dirigido a seu filho Jesus, é Ele que importa, é Ele que foi enviado pelo Pai para redimir a humanidade.

Diferentemente de Mateus, Lucas - o evangelista que mais valoriza Maria - nos apresenta, uma mulher forte, corajosa, que tem papel importante na vida de Jesus desde a concepção virginal até sua vida pública. Ele destaca o papel decisivo dela para a concretização do plano de Deus de enviar seu Filho para o anúncio do Reino. Neste Evangelho, Maria é uma mulher que age e toma decisões, dotada de uma fé profunda, ela acolhe a Palavra de Deus e a põe em prática (cf. UMBRASIL, 2012, p. 78).

Maria é apresentada a partir do anúncio do anjo Gabriel, enviado por Deus a Nazaré, cidade da Galileia: “*Alegra-te cheia de graça, o Senhor está contigo*” (Lc 1, 28). Maria ficou intrigada com tal saudação e no seu íntimo tentava entender o significado de tal anúncio quando o anjo completou: “*Não temas, Maria! Encontraste graça junto de Deus. Eis que conceberás no teu seio e darás à luz um filho e o*

chamarás com o nome de Jesus” (Lc 1, 30-31). Essa jovem judia que estava noiva de José certamente ficou perturbada, pois não convivía com seu noivo; mas depois que o anjo esclareceu que ela havia sido a escolhida para, por obra do Espírito Santo, dar à luz o *Filho do Altíssimo*, ela consentiu com o seu *fiat*, que tornou possível a encarnação do Messias.

E Maria, tomada de encantamento e júbilo pela saudação do anjo “*Alegrete!*”, humildemente, acolheu a mensagem do anjo, se colocou como serva e, movida por uma fé profunda, aderiu ao plano de Deus e deixou que Ele agisse livremente em seu corpo e em seu destino. Ela se deixou moldar pelo Espírito Santo como o barro na mão do oleiro (cf. Jr, 18,6) e aos poucos aquela jovem foi se tornando a mulher que há milênios vem influenciando gerações, porque em seu ventre gerou o homem Jesus, o Filho de Deus.

Foi também através do anjo Gabriel que Maria soube da gravidez tardia de sua prima Isabel (cf. Lc 1,36) e ela, já levando Jesus em seu ventre, se colocou a caminho para colaborar no tempo final de sua gestação. O Espírito Santo mais uma vez se manifestou no encontro de Isabel e Maria, duas mulheres especialmente escolhidas por Deus, uma para gerar aquele que viria preparar a chegada e outra para ser a genitora do próprio Messias: “(...) e Isabel ficou repleta do Espírito Santo. Com um grande grito, exclamou: *‘Bendita és tu entre as mulheres e bendito o fruto do teu ventre!’*” (Lc 1, 41,42). Foi no momento sublime desse encontro que Maria entoou o seu *Magnificat*, inspirado no canto de Ana (cf. 1Sm 2,1-10), donde se deduz que ela conhecia as Escrituras em profundidade, fato que seguramente decorria de sua vivência religiosa.

Em seu canto, Maria glorifica a Deus e reconhece a sua pequenez, a sua condição de serva; ela chama atenção para si apenas quando diz: “*Doravante todas as gerações me chamarão de bem-aventurada*” (Lc 1, 48), pois o importante é o seu Senhor, foi Ele que a cumulou de graças; ela foi tão só instrumento na obra da salvação. Esta frase é profética, todas as gerações a chamarão de bem-aventurada, não por seus próprios méritos, mas por ter sido especialmente agraciada por Deus, por ter sido ela a escolhida entre tantas jovens judias para uma vocação única: gerar em seu ventre o Salvador.

Em Lc 2, 4-7, encontramos o relato do nascimento de Jesus enquanto Maria e José estavam em Belém obedecendo à ordem de Quirino, governador da Síria, para que se fizesse o recenseamento. O evangelista relata também a visita dos

pastores que encontraram o menino deitado em uma manjedoura junto a Maria e José (cf. Lc 2,16).

Por certo Maria, ao ver como os pastores reagiram ao encontrar o menino, lembrou do anúncio do anjo e tentava compreender como se concretizaria a missão do Filho do Altíssimo: “*Maria contudo, conservava cuidadosamente todos esses acontecimentos e os meditava em seu coração*” (Lc 2,19).

Se Maria ficou perplexa diante da reação dos pastores ao ver o menino, qual não foi sua inquietação diante da profecia de Simeão dirigindo-se a ela, quando da apresentação de Jesus no Templo: “(...) e a ti, uma espada traspassará tua alma!(...)” (Lc 2, 35). Ela deve ter-se questionado: O que acontecerá comigo? Que espada será esta? Como será minha vida ao lado deste menino? Que dores me esperam? Sua fé, porém, a fazia continuar acreditando no anúncio do anjo, apesar de todas as incompreensões e angústias que sofria (cf. MURAD, 2016, p. 62).

Jesus crescia no seio de uma família judia, cumpridora fiel, ao que tudo indica, dos preceitos de sua religião. Assim, quando Jesus completou doze anos, seus pais foram com Ele a Jerusalém para a festa da Páscoa; ao retornarem, porém, o menino afastou-se do grupo de peregrinos tendo ficado em Jerusalém. Somente depois de três dias é que seus pais o encontraram pregando no Templo entre os doutores da lei. Nesta cena aparece um diálogo direto entre mãe e filho. “*Ao vê-lo, ficaram surpresos, e sua mãe lhe disse: ‘Meu filho, por que agiste assim conosco? Olha que teu pai e eu, aflitos, te procurávamos’*” (Lc 2,48).

Este relato, novamente, traz os primeiros sinais de que Jesus não pertencia apenas àquela pequena família. Ele veio para uma missão grandiosa: cuidar das coisas do Pai, anunciar o Reino.

Apesar de seu *fiat*, foi paulatinamente que Maria tomou consciência do real significado do anúncio do anjo e, momentos como este e como o do conflito entre Jesus e sua família biológica (cf. Lc 8,19-21) - também relatado por Mateus e Marcos, lhe causavam angústia e geravam incertezas; ela, contudo, se mantinha firme ao lado de seu Filho e tudo guardava em seu coração (cf. Lc 2, 51).

Quando Jesus responde “*Minha mãe e meus irmãos são aqueles que ouvem a Palavra de Deus e a põem em prática*” (Lc 8,21), Ele ultrapassa sua humanidade, revelando-se Filho de Deus e ao mesmo tempo indicando que todos os que acreditarem em sua mensagem e a vivenciarem serão seus irmãos.

Outro episódio da vida adulta de Jesus descrito por Lucas - que demonstra o quanto Jesus quer ver ampliada sua família, - é quando, durante uma pregação, em meio a uma grande multidão, uma mulher levanta a voz para exaltar o papel da mãe:(...) *“Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram! Ele, porém, respondeu: “Felizes, antes, os que ouvem a palavra de Deus e a observam.”* (Lc 11, 27,28). Nos relatos seguintes, Lucas silencia no que tange a Maria. Embora seja o evangelista que demonstra mais preocupação com ela, o final de sua vida não lhe interessa. Ele não menciona sequer se ela estava ou não junto a seu Filho nos momentos derradeiros de sua existência humana, a hora final da paixão e morte na cruz.

O Evangelho de Lucas dá destaque a Maria, ressalta sua importância na concepção e na vida do jovem Jesus e embora, com seu canto do *Magnificat*, Maria dê glórias a Deus, ela também profetiza sobre o seu papel na história da cristandade: *“...doravante todas as gerações a chamarão de bem-aventurada”*. Esta frase legitima o culto e a devoção a ela dirigidos por todas as gerações seguintes. Como humilde serva que abriu seu coração e acolheu a palavra de Deus ela se torna exemplo para toda a humanidade. Deus cumula de graças todos aqueles que ouvem o Seu chamado e se deixam transformar por Ele.

No Evangelho de João, o nome de Maria não aparece, ela é citada apenas como “mãe” e como “mulher” (cf. UMBRASIL, 2012, p. 83). O evangelista nada diz a respeito da concepção de Jesus, nem de sua infância e de suas relações familiares.

A figura de Maria aparece duas vezes no quarto Evangelho. As referências à mãe e à mulher acontecem em momentos fortes da vida de Jesus: Nas núpcias de Canaã, quando ele realiza seu primeiro milagre e inicia sua vida pública:

“No terceiro dia, houve um casamento em Canaã da Galileia e a mãe de Jesus estava lá. (...). Então a mãe de Jesus lhe disse: ‘Eles não têm mais vinho’. Respondeu-lhe Jesus: ‘Que queres de mim mulher? Minha hora ainda não chegou’.
Sua mãe disse aos serventes: ‘Fazei tudo o que ele vos disser’ ” (Jo 2, 1-5).

Maria poderia ter tentado resolver a situação sozinha, mas recorre a Jesus e, a partir desse fato, Ele passa a ser o personagem principal; é Ele que providencia o melhor vinho e é sua mãe que O coloca no centro; é ela que o introduz na vida pública (cf. BIGOTTO, 2011, p. 175).

Nesta passagem do Evangelho vemos uma mãe vigilante, preocupada com a falta de vinho, pois sem o vinho, a alegria da festa está comprometida; então ela interfere junto a seu Filho para que a festa continue animada. Assim, Maria demonstra sempre estar atenta às necessidades dos mais fracos, dos pobres. Nesta passagem o evangelista retrata a mulher que indica o caminho a seguir para que todos possam usufruir da alegria de pertencer ao grupo de “*amigos*” de Jesus. É Ele que devemos seguir, tal como Jesus próprio afirma (Jo, 14,6): “*Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida. Ninguém vem ao Pai a não ser por mim*”. Assim como ela se colocou como serva, fazendo a vontade do Pai, ela clama a todo o Povo de Deus que ouça o seu chamado e que faça aquilo que Ele pede.

Este enunciado do Evangelho de João também tem gerado a crença de Maria intercessora, embora a afirmação do próprio Jesus: (...) “*Ninguém vem ao Pai a não ser por mim*” (Jo, 14,6). O papel de Maria é de, com seu exemplo de serva e sua firmeza de fé, conduzir os crentes até seu Filho para que façam aquilo que Ele disser, é Ele que providencia o vinho da alegria, é preciso atenção para ouvi-Lo.

A outra referência à mãe de Jesus é no relato do momento derradeiro da sua vida humana, instante no qual Ele demonstra preocupação com sua mãe e a confia aos cuidados do discípulo amado:

“Perto da cruz de Jesus, permaneciam de pé sua mãe, a irmã de sua mãe, Maria, mulher de Clopas, e Maria Madalena. Jesus então, vendo a mãe e perto dela, o discípulo a quem amava, disse à mãe: ‘Mulher, eis aí teu filho!’ Depois disse ao discípulo: ‘Eis aí tua mãe!’ E a partir dessa hora, o discípulo a recebeu em sua casa” (Jo 19, 25-27).

A Igreja tem entendido que, na narração do evangelista João, se está a ressaltar a figura de Maria como mãe do discípulo amado e que, neste gesto, ela está a receber como filhos todos os cristãos. Maria também assume o papel de mãe da Igreja, o corpo místico de Cristo.

Os que permaneceram aos pés da Cruz eram os que realmente acreditaram que aquele que ali agonizava era o Messias: Sua mãe e o discípulo amado, que se tornaram a célula inicial da grande família de Jesus, de todos que n’Ele creem e que formam a Igreja invisível (cf. BIGOTTO, 2011, p. 169).

O evangelista relata que Maria esteve junto a seu Filho em sua vida terrena, no início de sua vida pública, nas bodas de Canaã, e no momento final de sua peregrinação aqui na terra, ou seja, ela esteve sempre junto a seu Filho nos

momentos decisivos de sua vida porque acreditou no anúncio do anjo. Aquele homem que ela gerou realmente era o *Filho do Altíssimo*, o Messias tão esperado pelo povo de Israel.

Em muitos momentos, certamente Maria não compreendia o significado dos acontecimentos que envolviam seu Filho e tudo guardava em seu coração. No silêncio ela meditava e se deixava conduzir pelo Pai que através do anjo lhe anunciara a concepção do Verbo divino. Como mulher de fé ela se abre à vontade de Deus, esvaziando-se de seus sonhos e desejos para que nela Ele encontre espaço. Ela foi a primeira a acolher o projeto de amor de Deus Pai que se realizaria em seu filho Jesus.

À luz dos Evangelhos, percebemos, nas diferentes narrativas dos evangelistas, que Maria permaneceu ao lado de Jesus durante toda a Sua existência humana, desde o nascimento até a morte de cruz. Conforme o relato dos Atos dos Apóstolos, ligado a algumas das primeiras comunidades cristãs, Maria está presente junto aos apóstolos: “(...) *Todos estes, unânimes, perseveravam na oração com algumas mulheres, entre as quais Maria, a mãe de Jesus, com seus irmãos*” (At 1,14).

Esse mesmo grupo reunido, e Maria entre eles (cf. At 2,1), recebeu o Espírito Santo que os renovou, lhes deu força e coragem para sair a anunciar a Boa Nova da salvação a todos os povos. Nesta passagem bíblica como em outras, Maria é apenas citada, nada fala, mas certamente esta *mãe* emanava segurança e coragem para o grupo de seguidores de seu Filho que até então estavam inseguros sem entender o que havia acontecido com Aquele a quem haviam seguido e tinham aprendido a amar (cf. MCKNIGHT, 2006, p. 118).

Maria foi duplamente cumulada de graça e sendo fiel ao seu *fiat* tornou-se discípula de seu próprio Filho e, por sua humilde servidão, por sua fé inabalável, por sua obediência, por aceitar livremente a vontade de Deus, nela ficaram marcados os sinais que configuram o papel especial que ela exerceu na história da salvação (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 24), e, por isso, tornou-se exemplo de seguimento de Cristo para todos os crentes.

Os textos bíblicos relatam o essencial sobre Maria mantendo o foco em seu filho Jesus e oferecem o fundamento para a devoção e o culto a ela, estes sempre a

crescer e a se ampliar com a agregação das experiências das primeiras comunidades relatadas pela Tradição^{2,3}. As Sagradas Escrituras e a Tradição, portanto, se complementam para dar suporte à reflexão, à devoção e ao culto a Maria até os dias de hoje. Conclui-se, de conseguinte, que o essencial sobre Maria se encontra nas Escrituras; elas relatam a vida desta mulher-mãe que esteve junto a seu Filho da manjedoura à cruz sem nunca atrair atenção especial a ela, mas sim exercendo o seu papel de mãe, que se mantém na retaguarda, velando pelo sucesso e bem-estar do fruto de seu ventre (cf. NGUYEN VAN THUAN, 2002, p. 20).

As Escrituras, no pouco que falam de Maria, descrevem uma mulher que ouve e tudo guarda em seu coração; ela silencia e com o seu silêncio ela nos ensina que é assim que Deus nos fala. É silenciando que ouvimos a sua voz e teremos condições de entender o que ele quer de nós. Foi isso que aconteceu com Maria, na sua humildade, no seu silêncio, ela ouviu e entendeu a missão que o Senhor lhe havia reservado.

Desde a Igreja primitiva até os tempos atuais, os teólogos têm encontrado nas narrativas do Segundo Testamento uma sólida base para as reflexões teológicas sobre Maria. As Escrituras não dizem tudo sobre ela, mas é a partir delas que as doutrinas são formuladas e as devoções são criadas.

O sentimentalismo, aliado a interesses pessoais e necessidade de afirmação de poder, fez com que a Maria da devoção popular tenha se distanciado da Maria dos Evangelhos; o culto e a devoção a ela dirigidos se desvincularam de seu Filho Jesus.

A despeito das breves passagens em que Maria é mencionada nas Escrituras, passados dois mil anos de história do cristianismo essa figura feminina continua sendo objeto de reflexões teológicas. Papas, teólogos de renome e leigos se debruçam sobre a esta mulher que continua despertando admiração e louvor por parte de muitos dos cristãos e exercendo forte influência sobre a cultura ocidental. Além de ser objeto de culto e louvor de cristãos pelo mundo afora, sua figura continua sendo lembrada na literatura, na pintura, na música, enfim, nas artes em geral.

² Movimento de trazer, conservar e transmitir conhecimentos e valores no correr da história do Povo de Deus (MURAD, 2016, p. 120).

³ O conceito de Tradição vincula três elementos: a herança dos apóstolos, as Escrituras e a vida eclesial. Ela se torna o caráter normativo da vida de oração da Igreja universal para as questões de fé (WOLFF, 2007, p. 54).

A maravilhosa escultura de Michelangelo Buonarroti (1475-1564), a *Pietà*, resume toda a vida de Maria e certamente foi inspirada nesta mulher forte e corajosa que do parto à cruz viveu mais momentos de dúvidas, de dores do que de alegrias, mas que perseverou no seu papel de mãe, acolhendo seu Filho e acreditando na recompensa da glória eterna.

São muitas as faces de Maria que podem inspirar as mulheres de hoje: a mãe exemplar, a mulher forte e corajosa que enfrentou todos os preconceitos de seu tempo e a mulher de fé inabalável que se manteve firme ao lado do Filho até o momento derradeiro da cruz; bem assim, a alegria de viver a glória da ressurreição de Jesus, de tal intensidade quanto o júbilo de que manifestara o anjo Gabriel seria ela tomada ao receber o anúncio de que seria a mãe de Jesus (cf. Lc, 1,28). Com o seu exemplo de vida, Maria desafia as mulheres a viverem com coragem diante de Deus (cf. McKnight, 2006, p. 12).

Em seu canto *Magnificat* “*Maria vê a realidade das contradições sociais e as denuncia corajosamente*” (BOFF, 2006, p. 360). Com seu exemplo, cristãos de todos os credos podem nela se inspirar para buscar o Reino de Deus e sua justiça, onde “amar ao próximo como a si mesmo” se torne uma realidade.

As divergências apontadas pelos reformadores em relação a Maria - quando firmaram o entendimento de que a salvação se dá somente pela graça, somente pela fé, somente pelas Escrituras - são decorrentes de conflitos doutrinários, políticos e sociais, de interpretações mais emanadas da razão humana, da mente, sem perscrutar as emoções do coração para compreender o sentido do dom da vida por ela sublimado ao gerar o divino-humano; daí o conseqüente silêncio sobre Maria na maioria das igrejas da reforma.

Maria, mesmo que sucintamente, está na Bíblia e se os protestantes creem na Bíblia, precisam crer no que a Bíblia diz sobre Maria (cf. MCKNIGHT, 2006, p. 13).

As Escrituras falam pouco de Maria mas dizem tudo sobre ela. O que ela significa para a cristandade e todo o mistério sobre a missão do seu Filho está resumido no seu canto *Magnificat* (cf. Lc, 1,46-55).

2.2 MARIA NA IGREJA PRIMITIVA

No tempo em que Jesus peregrinou na terra, as mulheres não tinham seu valor reconhecido; sequer eram admitidas como discípulas pelos mestres da época. (cf. ALMEIDA, O Mensageiro de Santo Antonio, junho de 2016, p. 30).

Jesus, que veio anunciar um novo tempo, agiu de modo diverso. Ele acolhe as mulheres, elas O seguem, servem a Ele e aos doze e são fiéis até o fim (cf. Lc, 23,27).

Tanto Jesus acolheu e valorizou as mulheres que elas desempenharam papel importante no mistério da Ressurreição.

Foi Maria Madalena, certamente uma das personagens mais enigmáticas do Segundo Testamento e nominalmente presente nas passagens mais marcantes da vida de Jesus, a primeira a anunciar o sepulcro vazio: “*Retiraram o Senhor do sepulcro e não sabemos onde o colocaram*” (Jo 20,2). Foi ela quem por primeiro anunciou o grande mistério e foi a ela a quem por primeiro Jesus ressuscitado apareceu (cf. Jo 20,16); e ela saiu a anunciar aos discípulos: “*Vi o Senhor*” e as coisas que Ele lhe disse (Jo 20,18). Daí a ser considerada a primeira apóstola, embora tenha Maria Madalena sido relegada a um segundo plano dentro da tradição cristã católica romana.

Maria Madalena, a mulher que foi purificada, de quem foram expulsos os sete demônios, recebe agora o Cristo. A apóstola, a discípula de Cristo, que foi testemunha de sua paixão e ressurreição é assumida pelas comunidades cristãs primitivas, principalmente pelas gnósticas e pela Igreja Ortodoxa (cf. Biografia - Santa Maria Madalena, Sociedade das Ciências Antigas p. 7; www.sca/uploads/news/id134/mariamadalena.pdf - acesso em 11/12/2017).

“Quanto mais ela era reverenciada pelas comunidades gnósticas, mais a igreja de Roma lhe atribuía o epíteto de ‘mulher caída’. A partir do século III, sob o domínio de Roma, as mulheres deixaram de ter participação ativa nas comunidades cristãs, pois eram marcadas pelo pecado original e exemplos de impureza. Apenas Maria, a mãe de Jesus, tem seu *status* inalterado, passando a englobar em si todas as características positivas dos mistérios femininos” (Biografia - Santa Maria Madalena, Sociedade das Ciências Antigas, p. 13; www.sca/uploads/news/id134/mariamadalena.pdf - acesso em 11/12/2017).

Em 3 de junho de 2016, solenidade do Sagrado Coração de Jesus, durante o Jubileu da Misericórdia, o papa Francisco elevou ao grau de festa a memória de Santa Maria Madalena, celebrada a partir de então no dia 22 de julho para ressaltar “a relevância desta mulher que demonstrou um grande amor a Cristo e que foi tão amada por Cristo” (Aleteia Brasil, jul 21, 2017 em <https://pt.aleteia.org/2017/07/21/maria-madalena-uma-grande-santa-escondida-sob-lendas-infundadas/>) acesso em 27/03/2018.

Maria Madalena e Maria, a mãe de Jesus, foram consideradas de modo diferente na igreja primitiva, sendo Maria Madalena muitas vezes comparada a pecadora e a mãe de Jesus, a Maria Imaculada, desde o início cheia de graça. Todavia, a figura feminina relevante no Segundo Testamento que prevaleceu é Maria, a mãe de Jesus, citada sempre em relação a seu Filho.

Os estudiosos que se debruçaram sobre os primeiros tempos do cristianismo ressaltam que a veneração a Maria surgiu já nas primeiras comunidades cristãs. Adolf von Harnack (1851-1930) diz: “*O círculo de onde procederam as narrações da infância sentia uma grande veneração por Maria, a quem colocava em primeiro plano juntamente com seu Filho*” (in LARRAÑAGA, 2015, p. 23,24).

Também Rudolf Bultmann, em suas pesquisas sobre Jesus histórico, deduz que as primeiras comunidades cristãs sentiam “*uma devoção especial e notória pela Mãe do Senhor*” (in LARRAÑAGA, 2015, p. 24).

O primeiro século do cristianismo é marcado pela fé em Cristo Filho de Deus, testemunhada pelos que com Ele conviveram e pelos primeiros líderes cristãos; entre o povo, entretanto, surgia a curiosidade a respeito da mulher que havia gerado o homem Jesus e, assim, fundamentadas nas afirmações dos evangelistas Lucas e Mateus, a reflexão sobre Maria vai crescendo e incorporando a Tradição.

Os Padres Apostólicos que, a partir dos conhecimentos transmitidos pelos apóstolos, tinham aprendido diretamente de Jesus através de suas mensagens e seus exemplos - e os preservaram sob a ação do Espírito Santo -, posteriormente relatados nas Escrituras e pelos que procuraram entender e explicar o que elas nos comunicam, nos legaram a herança cultural da Igreja e nos deixaram os primeiros apontamentos importantes da doutrina e da devoção a Maria; estas, constituintes da fonte do culto que permeia a espiritualidade cristã até os dias atuais.

Santo Inácio de Antioquia (+c. 110) fala de Maria e sua maternidade virginal: afirma que Maria é quem garante a união da divindade e da humanidade na pessoa de Jesus (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p.30). Na sua condição de humano, Ele nos salva. Esta ligação entre a maternidade de Maria e a humanidade de Jesus que possibilitou a salvação é traço comum nos escritos dos Padres Apostólicos. Assim a reflexão *mariológica*, desde os primórdios do cristianismo, está subordinada à reflexão *crisológica*.

Para Irineu de Lião (c. 140-c. 202), se Jesus, obediente ao Pai, resgata o ser humano e recupera o seu destino - a perfeição para o qual fora criado -, assim também Maria é a nova Eva que desfaz o pecado da primeira. Maria é causa de salvação, ao contrário de Eva que é causa de morte. Devido a sua obediência, Maria é o elo entre Cristo e a Igreja e se constitui exemplo para todos os crentes. (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 33).

Agostinho de Hipona (354-430), considerado por muitos o mais importante pensador mariano entre os padres ocidentais (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 52), deixa transparecer em sua obra grande admiração e devoção para com Maria; conquanto esta não tenha sido o foco de suas reflexões teológicas. O bispo de Hipona dá grande destaque à concepção virginal de Maria quando afirma: “*Concipiens virgo, pariens virgo, virgo grávida, virgo foeta, virgo perpetua*” (AGOSTINHO, 2014, p.89) (*Maria é virgem ao conceber, virgem ao dar à luz, virgem quando grávida, virgem no parto, virgem para sempre*). Assim o faz por se dedicar a refletir sobre o pecado original, fonte da ruptura da primeira aliança proposta por Deus à humanidade quando da criação do Universo:

“...o corpo de Cristo, ainda que tomado da carne de uma mulher, a qual havia sido concebida segundo a lei da propagação da espécie, todavia nela a carne de Jesus Cristo não foi concebida em pecado, como tampouco a carne concebida nela foi carne de pecado, apenas semelhante à carne do pecado (cf. Rm 8,3)” (AGOSTINHO, 2014, p. 43).

Para Agostinho, Maria é o protótipo da Igreja e também a mãe mística de todos os membros do Corpo de Cristo (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 53).

Embora a preocupação primeira de Agostinho fosse o esclarecimento da identidade de Jesus, era através do conhecimento da origem de Maria que ele buscava conhecer a Sua identidade e, assim, seus escritos muito contribuíram para o crescimento da devoção mariana na Igreja. Seu pensamento também influenciou a

formulação dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção e contribuiu para as reformas do Concílio Vaticano II (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 52).

Os santos Padres defendiam a concepção virginal de Maria para enfatizar a divindade de Jesus. Maria era, então, apresentada como modelo de santidade e sua virgindade não era entendida apenas fisicamente, mas também indicava abertura interior, obediência e fidelidade a Cristo.

2.3 ORIGEM DAS DEVOÇÕES E CULTOS

A devoção a Maria teve início já na igreja primitiva, quando a virgindade de Maria já era vista como um sinal de santidade daquela que foi escolhida para ser a mãe do Filho de Deus. Logo e desde o início, toda referência a Maria tem como tema de fundo o seu Filho. Se, para o cristão, o centro da fé é Cristo, para chegar até Ele o caminho é (por) aquela que o gerou: Maria.

Santo Inácio de Antioquia (bispo entre 68 e 107) defende a humanidade de Jesus afirmando que “Cristo foi concebido em Maria e nascido de Maria” e que sua virgindade pertence a um “mistério escondido de Deus” (O culto da Igreja Primitiva, disponível em: www.ofielcatolico.com.br - acesso em 05/06/17).

A crença na concepção virginal de Jesus, o filho de Maria, é introduzida nas confissões de fé dos primeiros cristãos como podemos constatar:

(1) No Símbolo dos Apóstolos, que tem sua origem no Símbolo Batismal do tempo dos catecúmenos: “*Creio (...) e em Jesus Cristo, seu único Filho, Nosso Senhor, que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria (...)*” (GRUPO DE DOMBES, p. 23).

(2) No Símbolo Niceno-Constantinopolitano, que é uma ampliação do Símbolo dos Apóstolos resultante dos dois primeiros concílios ecumênicos: Niceia 325 e Constantinopla 381: (...) “*Creio em um só Senhor, Jesus Cristo, Filho Unigênito de Deus (...), que foi concebido pelo poder do Espírito Santo, nasceu da Virgem Maria (...)*” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, p. 58).

A maternidade e a virgindade de Maria fundamentados nos escritos de Mateus e Lucas tornam-se o ideal do cristão. Aquela mulher, que livremente aceitou o chamado de Deus para com Ele colaborar na humanização de Seu filho e que se manteve fiel até o momento derradeiro, passa a ser para os crentes exemplo de seguimento de Seu filho.

O ser humano por natureza busca sempre uma relação com o sagrado. Das diferentes formas desta relação é que vai surgindo a diversidade dos cultos. Nos primórdios do cristianismo, a devoção a Maria foi também nascendo e se firmando a partir de práticas individuais ou coletivas que viam naquela mulher exemplo de fé, esperança e fidelidade e a exaltação de sua virgindade faz com que ela seja vista como modelo de integridade não só física, que confirma o mistério da salvação, mas também espiritual, que a faz merecedora de culto e louvor.

Mesmo muitos textos apócrifos, como o Protoevangelho de Tiago - que, embora tivessem foco em Jesus -, demonstravam que os primeiros cristãos tinham interesse em conhecer a história dessa mulher que havia gerado o homem Jesus e foram, deste modo, estimulando e alimentando a piedade mariana. Nestes textos, Maria é descrita como mulher doce, atenciosa, zelosa e acima de tudo humilde, no seu canto *Magnificat* e que demonstrara durante toda a vida pública de seu Filho.

Orígenes (185-254) usou o termo *Theotokos* (mãe de Deus), título este que foi plenamente assumido pelo Concílio de Éfeso (431): Maria é a mãe de Deus ou a portadora de Deus e, em 451, o Concílio de Calcedônia confirma este título e esclarece que Maria é “Mãe de Deus segundo a humanidade”, ou seja, ela é a mãe do Filho de Deus encarnado, ela não é anterior a Deus e nem é uma deusa. A partir de Éfeso, *Theotokos* ou “mãe de Deus”, passou a ser expressão de louvor mariano; as igrejas começaram a ser dedicadas a Maria como a igreja Santa Maria Maggiore em Roma, uma das maiores igrejas do Ocidente, e festas em seu louvor começaram a ser celebradas (cf. PELIKAN, 2000, p. 84, 85).

As festas que inicialmente celebravam Maria (8 e 9 de dezembro, concepção; 8 de setembro, nascimento; 21 de novembro, apresentação; e 15 de agosto, assunção), foram extraídas tanto das Escrituras quanto de textos apócrifos; partiram da devoção popular e passaram a ser assumidas pelas igrejas locais. A festa da concepção de Maria iniciou no Oriente no século VII, a partir das narrações do Protoevangelho de Tiago; também no final do século VI, influenciada pelas narrativas lendárias sobre o final da vida de Maria, surge a festa da assunção. No Ocidente, se falava em *Transitus Mariae*, no Oriente o termo usado era “dormição”, que subentendia sua morte e não excluía a ideia de ter sido levada ao céu (cf. ARCIC, 2005, nº 40).

A crença na assunção tem origem na promessa da ressurreição dos mortos e na crença de Maria como *Theotokos* e Sempre Virgem, pois aquela que deu à vida

o Filho de Deus mereceria estar associada à vitória de Seu Filho sobre a morte e, também como Ele, ser glorificada; seu corpo não poderia sofrer corrupção (cf. ARCIC, 2005, nº 40).⁴

Com a expansão do cristianismo para diferentes povos e culturas, a devoção e o culto a Maria foram crescendo. Desde a citação em Lc 11,27: *“Felizes as entranhas que te trouxeram e os seios que te amamentaram!”*, passando pelos escritos dos Padres Apostólicos e pelos escritos apócrifos e em diferentes momentos históricos, a devoção e o culto foram assimilando elementos culturais e diversas expressões passaram a surgir e à figura de Maria vão sendo incorporados diversos rostos e diferentes modos de ser. Do sentimento e do coração dos fiéis, devoções populares vão sendo agregadas à doutrina da Igreja.

Com o desejo manifestado pelos fiéis de entrar em sintonia com a mãe do Salvador, confiando que ela é grande expressão do amor de Deus na história da humanidade, os cristãos se incentivam a expressar sua devoção através de diferentes formas: reza do terço, romarias, consagrações, novenas; formas estas que vão se firmando na religiosidade popular e adquirindo valor como tal; assumiam um caráter educativo, formando para as virtudes cristãs e motivando para a vida eclesial.

A devoção a Maria não é essencial para a fé dos cristãos católicos; contudo, em diferentes tempos e pelo exemplo devocional de muitos líderes católicos, ela tem sido mais ou menos valorizada. Para os fiéis católicos é muito clara a diferença de culto e adoração que se eleva à Trindade e o culto e devoção que se presta a Maria.

Antes, no século IV, o bispo Epifânio estabeleceu uma regra clara a ser seguida pelos seus fiéis: *“Que Maria seja honrada. Que Pai, Filho e Espírito Santo sejam adorados, mas que ninguém adore Maria”* (Adoração somente a Deus: há exageros no culto católico? - parte 2, disponível em: www.ofielcatolico.com.br, acesso em 05/06/2017).

Nos tempos atuais, o papa João Paulo II expressava uma profunda devoção à mãe de Jesus e exemplos assim, vindos de um grande pastor, ensejam, por

⁴ No Oriente, fala-se da “dormição” de Maria. A igreja ortodoxa celebra a festa da Dormição no dia 15 de agosto, a maior festa mariana, preparada por quinze dias de jejum e abstinência e prolongada até o dia 23 de agosto. Isso faz o mês de agosto considerado o mês mariano (Celso Kallarrari, A Assunção de Maria aos Céus, disponível em: www.abiblia.org>Artigos, acesso em: 24/4/2018).

vezes, certos exageros na devoção popular, criando uma razoável distância entre os documentos da Igreja e o que realmente é praticado pelos fiéis. Se Maria é tão intensamente lembrada pelos fiéis católicos é por ter sido ela o perfeito exemplo de seguimento de seu Filho; logo, louvar Maria também é uma forma de agradecer sua generosidade e desprendimento na participação na obra de salvação.

2.4 MARIA NA IDADE MÉDIA

A Teologia e a Filosofia no segundo milênio foram fortemente influenciadas pela escolástica, que usa a razão para iluminar a crença. O contexto cultural muda com os tempos e os mesmos textos bíblicos passam a ser lidos sob uma outra ótica e novas interpretações vão surgindo, embora a verdade seja sempre a mesma.

Os teólogos adeptos da metodologia escolástica tinham como ponto de partida o Concílio de Calcedônia - que afirmava Jesus humano e divino, passaram a se distanciar das Escrituras e a valorizar sempre mais a Tradição com o argumento da lógica; e, assim, muitos ensinamentos marianos foram criados de forma dedutiva e deixando de lado um estudo indutivo do Segundo Testamento.

Esta tendência é facilmente perceptível nas afirmações de que “*era apropriado*” falar disto.

Com o crescimento das festas marianas e uma crescente ênfase na humanidade de Cristo, fez-se necessário buscar nas Escrituras referências para iluminar o lugar da Virgem Maria na economia da salvação. Crescia a meditação sobre a vida de Jesus e de Maria, as práticas devocionais populares aumentaram e surgem então, além dos textos escolásticos, pinturas, esculturas e vitrais para representar situações e fatos da vida tanto de Jesus quanto de Maria, o que facilitava o entendimento dos fiéis iletrados e que conseqüentemente não tinham acesso às Escrituras ou a outros escritos.

Um dos primeiros autores a usar o método da razão, iluminando o conteúdo da crença para “realçar a fé que busca entendimento”, foi Santo Anselmo de Canterbury (1033-1109) (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 59-60). Ele fala de Maria sempre em referência a seu filho Jesus:

“Pois Deus gerou o Filho, por meio de quem todas as coisas foram criadas, e Maria deu à luz como o Salvador do mundo. Sem o Filho de Deus, nada poderia existir; sem o Filho de Maria, nada poderia ser redimido”.

Concepção virginal e imaculada concepção eram temas que permeavam as discussões dos teólogos na Idade Média. Por volta de 1099-1100, Anselmo, para falar de Cristo, escreveu o tratado *“A respeito da concepção virginal e do pecado original”*, em que evitou referências às Escrituras para tentar dar uma base racional para as crenças dependendo apenas da inteligência, do entendimento. Considerando quem era Jesus, ele afirmava que *“era apropriado que a virgem ficasse radiante com a maior pureza que uma criatura podia ter”* (PERRY, KENDALL, 2015, p. 60).

Santo Tomás de Aquino (1225-1274), importante teólogo da Idade Média, também defendeu a ideia de que era apropriado que a Maria fosse atribuído o mais alto grau de pureza para que pudesse estar em harmonia com seu divino Filho; embora ela tenha sido concebida com pecado original, d’Ele ela foi purificada. Ele afirmava que, sendo Santuário do Espírito Santo e Tabernáculo do Filho de Deus, nunca houve nela *“nenhuma inclinação ao pecado, nem ela jamais teve nenhuma experiência de concupiscência carnal”* (PERRY, KENDALL, 2015, p. 63). Essas afirmações são decorrentes da associação do pecado à sexualidade e consequente valorização do celibato.

As reflexões a respeito das diferentes realidades de Maria ao mesmo tempo Virgem e *Theotokos*, que refletem as duas naturezas de Jesus, geram forte veneração mariana. A imagem dela como mulher perfeita e bela retratada em pinturas, esculturas e vitrais, atrai uma certa idolatria com o risco de desviar os cristãos da fé em Cristo.

Teólogos da Alta Idade Média desenvolveram reflexões a respeito de Maria como “símbolo” da Igreja e como Nova Eva, o que a associava a Cristo. A figura de Maria como representante da Igreja e da humanidade redimida, mudou para Maria distribuidora das graças de Cristo (cf. ARCIC, 2005, p. 34).

Ao lado das discussões teológicas sobre a imaculada concepção e assunção, os crentes passaram a atribuir a Maria o poder de distribuir as graças de Cristo aos fiéis e interceder em favor deles tanto na terra quanto no céu; sob este ângulo, ela passou a ser vista como fazedora de milagres. A doutrina mariana, portanto, sofre forte influência da afetividade e da experiência pessoal dos crentes. Essas ideias oriundas da devoção popular influenciaram o pensamento teológico da época.

Teólogos como Bernardo de Claraval, Dionísio - o Cartuxo, Jean Gerson, compreendiam Maria como *mediatrix* (mediadora) ou *cooperatrix* (cooperadora), embora a entendessem sempre como subordinada a Cristo (cf. DOMBES, 2005, p. 39).

De sua vez, a intercessão dos santos tem sua origem na época das perseguições aos cristãos, período em que se solicitava aos designados ao martírio que, quando chegassem à glória do Senhor, intercedessem pelos que aqui na Terra permaneciam no cativeiro.

Desde então, o culto aos santos é reconhecido e valorizado, pois eles enaltecem o mistério de Cristo e estimulam o Seu seguimento, sendo exemplos de vivência dos valores cristãos de fé, justiça e caridade. Seus exemplos de resistência nas adversidades nos ensinam que o verdadeiro cristão é leal até as últimas consequências.

Por ser Maria elevada à condição de santa, as comunidades passaram a recorrer a ela em busca de sua intercessão junto a seu Filho e a Deus Pai nos momentos de grande dificuldade. Ela passou a ser venerada por seu exemplo de servidora, humildade, sensibilidade ao sofrimento das pessoas, como o fez com sua prima Isabel. Dessa forma, ela é compreendida como exemplo de confiança no amor e na justiça divina: “(...) *dispersou os homens de coração orgulhoso. Depôs poderosos de seus tronos e a humildes exaltou. Cumulou de bens os famintos...*” (Lc 1, 51-53).

Maria, na comunhão dos santos, passou a ser invocada como redentora dos cativos, medianeira entre Deus e os homens, refúgio dos pecadores, títulos estes que denotavam um certo distanciamento das Escrituras. Foi neste período também que surgiram orações e hinos como *Salve Regina* (Salve Rainha); *Alma Redemptoris Mater* (Bondosa Mãe do Redentor); *Angelus*, que têm sua origem nos franciscanos e que consiste em rezar uma Ave-Maria ao ouvir o badalar dos sinos chamando para a oração noturna, costume que até hoje faz parte do culto mariano na Igreja Católica (cf. DOMBES, 2005, p. 39).

Embora a doutrina e a devoção mariana tenham sofrido influência dos teólogos escolásticos, estas não se distanciaram totalmente das Escrituras e nem tão pouco de Jesus. Exemplo disso é a oração do rosário, um louvor a Maria e uma meditação sobre a vida de Jesus.

Essa mulher de quem as Escrituras falam brevemente tem influenciado fortemente a cultura ocidental nos últimos dois milênios até os dias de hoje. Na música, por exemplo, autores que, por seus talentos escreveram seus nomes na história, buscaram na Virgem Maria inspiração para suas composições. Vale citar Brahms, Dvorák, Schubert, Vivaldi, entre outros, e Verdi que, em sua ópera “*A força do destino*”, faz a personagem Leonora suplicar o perdão, a proteção e a intercessão da Virgem Maria (cf. PELIKAN, 2000, p. 173).

É notória também a figura de Maria em outras artes, como iconografia, pintura, escultura, com destaque para a *Pietà* (1498-9/1500) de Michelangelo Buonarroti, e na literatura, como o louvor a ela nos cantos finais da *Divina Comédia* de Dante; e outras inúmeras obras que falam de Maria, a exemplo de poetas que nela se inspiraram e ainda se inspiram para criar suas odes. Ela tem sido reverenciada como nenhum outro ser humano na face da Terra, pois nela se encontram personificadas as virtudes da “*fé, esperança e caridade*”.

No final da Idade Média, o culto e a devoção a Maria estavam fortemente impregnados de misticismo. Como intermediária entre Deus e os homens, na crença popular lhe atribuíam poderes divinos; era dela que provinham os milagres; a mulher humilde e tão humana, serva do Senhor, estava quase esquecida.

No decorrer dos séculos, Maria, essa mulher arrebatadora que, além de ser fonte de inspiração, tem vivido no coração dos fiéis - ora como exemplo a ser seguido, ora como medianeira de graças, ora como mãe a quem os fiéis suplicam que interceda junto a seu Filho por um “vinho novo” na festa da vida. A sua profecia “*Doravante as gerações todas me chamarão de bem-aventurada*” (Lc 1,48) tem se confirmado geração após geração.

A sociedade medieval era teocêntrica e o poder político era exercido em conexão com o poder religioso. A ética e a moral daquela sociedade eram fortemente influenciadas pela religião; seus preceitos eram estabelecidos pelo poder eclesial da Igreja. A influência e a liderança da Igreja de Roma eram sentidas, para além do espiritual, nos campos político, social e cultural, onde se percebia um rígido formalismo a gerar intransigências que levavam a perseguições e condenações.

Em fins da Idade Média, a sociedade passa a se rebelar contra esse *status quo* e vive tempos de convulsões políticas, sociais e religiosas. Surgem grandes ressentimentos contra a Igreja, que claramente havia se desviado de seus propósitos. O poder papal entra em declínio devido a disputas políticas, nepotismo e

falta de liderança espiritual; conseqüentemente, a liderança da Igreja vai se esmaecendo.

Neste tempo de incertezas e questionamentos, a atitude do papa Leão X, autorizando a compra de uma vaga no colégio eleitoral que escolhia o líder do Sacrossanto Império Romano por uma família nobre à qual pertencia Alberto de Brandemburgo, foi fator decisivo para desencadear o movimento que receberia o nome de Reforma.

Com a ajuda decisiva do papa, o arcebispo Alberto foi o escolhido. Para manter o seu poder, o papa precisava comprar mais três dioceses. Leão X autorizou, então, uma venda especial de indulgências, sendo que parte do dinheiro arrecadado se destinaria para tal pagamento e parte para financiar as obras da Catedral de São Pedro em Roma.

Martinho Lutero (1483-1546), um monge agostiniano, inconformado com essa situação e com muitas outras questões que, ao seu entendimento, estavam desvirtuando o papel da Igreja, fixou, no dia 31 de outubro de 1517, as noventa e cinco teses na porta da igreja do Castelo de Wittenberg, cidade onde residia e desenvolvia seu trabalho (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p.64). Esta era a maneira pela qual se despertava a comunidade acadêmica para um debate sobre determinado assunto. Esta data acabou por marcar o ponto de partida da Reforma, que tem como fundamento a salvação dar-se somente pela fé, somente pela graça, somente pela Escritura.

O princípio *sola Scriptura* tinha a intenção de atingir principalmente a intercessão de Maria e dos santos, além dos excessos da devoção mariana e lendas criadas durante a idade média a respeito de Maria e dos santos (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 41).

O movimento desencadeado por Lutero teve a adesão de outros teólogos como João Calvino (1509-1564), francês que, devido às perseguições, se radicou na Suíça; Melanchton (1497-1560), alemão, amigo de Lutero; Zwinglio (1484-1531), suíço; entre outros.

Calvino não dá muito destaque ao tema Maria; ele ressalta sua dimensão histórica, destaca a ação do Espírito Santo e afirma sua virgindade antes, durante e depois do parto sem dar muita ênfase ao milagre da virgindade, como Lutero. Para ele, Maria é exemplo do que deve acontecer com o cristão. Para Calvino, Maria perde sua particularidade doutrinal diante de Cristo e diante da Igreja; sua

particularidade é apenas histórica, porque é única. O título de Mãe de Deus é por ele rejeitado; ela é Mãe do Filho de Deus e a sua função primordial é mestra da salvação e da fé, é modelo de escuta, de compreensão, de testemunho. Para o reformador, a comunidade cristã deve ser exortada a imitá-la e não a adorá-la (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 48).

Melanchton reafirma a ideia da necessidade da orientação cristocêntrica de todo o pensamento mariano. Maria deve ser venerada pelo seu exemplo e não deve ser considerada igual a Cristo; ela é reconhecida como “pura”, “santa”, “Virgem” e digna de maior glória. Assim sendo, reza pela Igreja. À Maria e a todos os santos, os cristãos devem agradecer a Deus por eles e tê-los como exemplo de fé (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 45).

Zwinglio, por sua vez, demonstra interesse com o tema Maria, legitima a piedade mariana, mas não a adoração, mantém certos cultos marianos como festa da Anunciação, da Assunção, da Candelária, e o *Angelus*; mantém a *Ave-Maria* na sua parte inicial, descartando sua intercessão. O reformador dá destaque à virgindade perpétua de Maria que para ele explica o mistério da encarnação. Ele não aceita a imaculada concepção, Maria é pura e imaculada por sua fé e sua obediência exemplar e não desde a concepção; ela é santa devido ao seu papel histórico e não antes. Em respeito à devoção popular e não por razões teológicas, ele mantém, em Zurique, a festa da Assunção e também retoma a figura da diaconia eclesial de Maria: a piedade mariana deve conduzir a Igreja à sua tarefa caritativa e social. Os seguidores de Zwinglio não acolheram seu pensamento a respeito de Maria (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 46, 47).

A adesão desses reformadores facilitou a expansão do movimento reformista por toda a Europa. Como a base do poder econômico era o poder religioso, as divergências religiosas geraram conflitos sociais e o poder político da Igreja Católica ficou diminuído. Era o início de uma nova era para a Igreja e para toda a sociedade europeia.

Devido ao radicalismo de alguns reformadores, com destaque para os seguidores de Calvino, várias partes da Europa viveram momentos de violência com destruição de Igrejas e imagens e mortes de muitos cristãos (cf. PELIKAN, 2000, p. 208-209). Exemplo dessa violência foi o vivido com a invasão holandesa no nordeste do Brasil; estes, querendo impor a religião calvinista aos brasileiros, protagonizaram cenas de horror nas igrejas, assassinando fiéis e sacerdotes em nome da fé (Papa

torna santos os primeiros trinta mártires do Brasil: Saiba quem são eles – disponível em <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2017-10-14/santos.html> - acesso em 22 de dezembro de 2017).

Por necessário, anote-se que, antes da fragmentação provocada pelo movimento deflagrado por Lutero, ocorrera já uma primeira divisão entre a cristandade. Nos séculos V e VI, as igrejas Orientais “menores” ou “separadas” formaram dois grupos: a Igreja nestoriana da Pérsia e as cinco Igrejas monofisitas da Armênia, da Síria (denominada Igreja "Jacobita"), no Egito (a Igreja Copta da Etiópia e da Índia). Como resultado da primeira divisão, a Ortodoxia tornou-se restrita, em seu lado oriental, principalmente ao mundo de língua Grega. Ocorreu então a segunda separação, convencionalmente datada em 1054. O corpo principal dos cristãos torna-se então dividido em duas comunhões: na Europa ocidental a Igreja Católica Romana, sob o Papa de Roma; no Império Bizantino, a Igreja Ortodoxa do Oriente. (cf. A Santa Igreja Ortodoxa, Bispo Kallistos Ware – tradução Pe. Pedro Oliveira, disponíveis em www.ecclesia.com.br - acesso em 16/12/2017).

Embora as diferenças de cultura e de doutrina, as Igrejas ortodoxas partilham muitos elementos com a Igreja Católica, dentre eles a comunhão dos santos e grande devoção a Maria. Em relação a Maria, (1) professam também os dogmas da *Theotokos* (mãe de Deus) e da Virgindade de Maria; contudo, creem que Maria foi concebida com o pecado original e, então, purificada por Deus (logo, tem diferenças quanto à Imaculada Conceição); e não aceitam enquanto dogma a Assunção, permanece a ideia de “dormição” de Maria e professam que Maria já está glorificada junto de Deus; (2) cultivam práticas devocionais distintas, dado que não possuem imagens em formas de estátuas, mas sim ícones marianos como expressão simbólica e orante.

Os ortodoxos nos ensinam a nós, católicos romanos, “uma devoção fundada nas figuras e imagens bíblicas, a centralidade de Jesus, o lugar especial de Maria na comunhão dos santos, Maria como imagem realizada da comunidade cristã e as representações simbólicas, que nos abrem ao mistério infinito de Deus”. (MURAD, O Domingo – Semanário Litúrgico-Catequético n. 54).

3 MARIA NA TEOLOGIA PÓS REFORMA DO SÉCULO XVI

Nas suas contestações iniciais, Lutero não incluiu o culto ou devoção a Maria; pelo contrário, ele continuava a falar dela com fervor e a tinha como intercessora. Quando o duque João Frederico da Saxônia lhe solicitou orientações de como governar de forma cristã, foi ao *Magnificat* de Maria que ele recorreu. Os tempos eram difíceis e Maria foi seu consolo, já que fora enquanto estivera exilado no castelo de Wartburgo que ele concluiu a redação do livro “*Magnificat, o louvor de Maria*”. Ao concluir sua obra ele diz:

“Pedimos a Deus uma compreensão adequada deste Magnificat, para que ele não apenas brilhe e fale, mas esteja aceso e viva em corpo e alma. Que Cristo nos permita isso por intercessão e por causa de sua amada mãe Maria” (LUTERO, 2015, p. 78).

Embora Lutero, o precursor da Reforma, reconhecesse Maria como a mãe de Deus, virgem perpétua e santa, as críticas às práticas religiosas dos tempos medievais, acabaram por incluir o culto e a devoção a Maria. Sendo ela vista como milagreira e quase divina, descentralizava a fé em Cristo, o que perturbava reformadores e teólogos católicos, como Erasmo e Thomas More, que não foram devidamente ouvidos; enquanto para os adeptos da Reforma, a posição de Maria e dos santos mudou radicalmente, para os católicos tudo continuou praticamente igual.

Tendo por fundamento um dos preceitos básicos da Reforma - *sola Scriptura* -, os reformadores passaram a rejeitar não só a doutrina da mediação de Maria e dos santos, mas também as devoções e crenças que haviam se disseminado na Idade Média, pois argumentavam que não tinham fundamento bíblico e não reconheciam a autoridade da Tradição.

Em 1530, o auxiliar e companheiro de Lutero Filipe Melanchthon, apresentou ao imperador Carlos V, o líder do Sacro Império Romano, o documento que continha os 21 artigos da doutrina luterana e apontava os sete erros que Lutero identificava na Igreja Católica Romana, documento este conhecido como *Confissão de Augsburgo*. No artigo XXI, intitulado “*O culto aos santos*”, o autor reforça a afirmação que o único mediador entre Deus e os homens é Cristo, o que excluía a mediação de Maria, aceita e difundida na Igreja Católica. Para Lutero a invocação dos santos é

possível, sendo estes entendidos como os membros vivos e mortos da Igreja invisível, mas rejeita a ideia de mediação obtida pela oração (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 45).

Lutero procurou harmonizar a doutrina católica sobre Maria com as suas ideias. Até o final de sua vida ele afirmou a santidade e a virgindade perpétua daquela que ele reconhecia como a mãe de Deus, mas defende que a teologia mariana deva ficar sujeita à cristologia. Maria para Lutero é uma personagem histórica e não dogmática, é mãe da Igreja e mãe de cada membro da Igreja em que o Cristo é irmão de todos (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 42, 43).

Outros teólogos, que como ele tinham intenções de corrigir os excessos nos cultos e devoções marianos, não seguiram a mesma linha e Maria foi deixando de ser figura relevante na fé dos cristãos reformados.

A Reforma protestante de Lutero desencadeou outros movimentos reformistas que se espalharam pela Europa e focavam suas críticas no culto aos santos e nos exageros das devoções e cultos marianos que tinham proliferado durante a Idade Média e que, no entendimento dos reformadores, não tinham base bíblica. O objetivo era a volta às Escrituras para delas abstrair os ensinamentos a respeito da salvação e da vida cristã, posto que entendiam terem as verdades bíblicas sido esquecidas ou deturpadas pela Tradição.

Com o passar do tempo, teólogos da Reforma e da pós-Reforma centralizavam em Maria tudo o que eles entendiam estar errado na Igreja Católica; contudo, a partir da segunda geração da Reforma já se falava pouco de Maria. Apenas três temas mereciam certa discussão: (1) A necessidade da concepção virginal de Jesus; (2) a virgindade perpétua de Maria, se podia ou não ser bíblicamente fundamentada; e (3) a concessão do título *Theotokos* (portadora de Deus ou Mãe de Deus), se Maria seria merecedora, tal como a ela havia sido atribuído no Concílio de Éfeso, realizado em 431 (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 65).

Lutero e seus seguidores criaram novos desafios para a Igreja Católica e, para enfrentá-los, o papa Paulo III convocou o Concílio de Trento (1545-1563); Concílio este que foi fortemente influenciado pela filosofia, pela teologia escolástica e também pelo pensamento de São Tomás de Aquino. Após esse Concílio, a teologia católica passou a valorizar a Tradição, deixando um papel secundário às escrituras e, assim, a devoção e o amor a Maria foram crescendo entre os cristãos

católicos e a Maria da Bíblia foi se distanciando da Maria da devoção, chegando a certos exageros e que também de certa forma induziram a proclamação dos dogmas marianos: Imaculada Conceição e Assunção.

3.1 A IGREJA EPISCOPAL ANGLICANA E MARIA

Os ecos da Reforma foram sentidos na Inglaterra, que já vivia um período de controvérsias iniciado com Anselmo (1034-1109), quando assumiu o arcebispado de Cantuária com a condição de que as terras antes pertencentes à Igreja fossem devolvidas e que o arcebispo fosse conselheiro do rei para assuntos religiosos. O clima de descontentamento com o poder da igreja de Roma se acentuava e se fortaleceu com as pregações de John Wycliff (1328-1384), clamando por um retorno à igreja primitiva nas práticas e na doutrina (cf. KICKHÖFEL, 1995, p. 22). O ápice do descontentamento se deu no reinado de Henrique VIII (1491-1547) ao ter o pedido de anulação de seu casamento rejeitado pelo papa Clemente VII.

A Igreja Episcopal Anglicana nasceu em 1534 com um decreto do Parlamento. A igreja da Inglaterra separou-se oficialmente da igreja de Roma, o que aconteceu depois que Thomas Cranmer (1489-1556), arcebispo de Cantuária, anulou o casamento de Henrique VIII. Este mesmo arcebispo escreveu, em 1549, o Livro de Orações Comum (LOC), que foi revisto ao longo do tempo e contém a crença e os preceitos da Igreja da Inglaterra ou Igreja Anglicana e que até os dias de hoje é o referencial de crença e culto da Igreja Episcopal Anglicana (cf. KICKHOFEL, 1995, p. 22, 23).⁵

A devoção mariana na Inglaterra se manteve, mesmo após a ruptura com a Igreja de Roma. No *Devocionário do rei*, de Henrique VIII, de 1545, constavam a Ave-Maria e as invocações dos santos. Com a morte de Henrique VIII, o Arcebispo

⁵ O LOC, Livro de Orações Comuns é o livro de orações de toda a Igreja e de todos os anglicanos. Cada uma das Igrejas Anglicanas tem o seu livro e, embora algumas diferenças, todos tem um “padrão” comum. O LOC contém a história, as teologias, eclesiologias e espiritualidades das Igrejas da Comunhão Anglicana, sua forma ou seu método de celebrar a Fé (os atos poderosos de Deus, o Evangelho) e de se organizar como Igreja (Ordem). O modo anglicano de entender o sentido da Palavra de Deus está no LOC. (Dom Sumio Takatsu em www.centroeestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/liturgia/livro_de_oracao_comum_no_anglicanismo.pdf) acesso em 27/03/2018.

Cranmer, influenciado pela Reforma no continente europeu, eliminou as invocações a Maria e aos santos no *Devocionário do rei*, de Eduardo VI, em 1553 (cf. KLEIN, 2012, p. 110). Em 1559, foram adotados os *Trinta e Nove Artigos* de Religião da Igreja da Inglaterra. Estes artigos resumem a crença da igreja anglicana. Com relação à virgem Maria reza o art. II:

“O Filho, que é o Filho do Pai, gerado do Pai desde a eternidade, e consubstancial ao Pai, assumiu a natureza humana no seio da bem-aventurada Virgem, de sua substância: de forma que duas Naturezas complexas e perfeitas, isto é, a Divindade e a Humanidade, foram unidas numa só Pessoa, para nunca serem separadas, das quais procede um só Cristo, verdadeiro Deus e verdadeiro homem.” (KLEIN, 2012, p. 110).

A Comunhão Anglicana mantém a Tradição Católica da igreja una, mas também incorpora a Tradição Protestante, as doutrinas reformadas de *sola scriptura* e *sola gratia* coexistem com as tradições litúrgicas e espirituais dos Pais da Igreja. Os séculos de tradição legados pela patrística⁶ e pela escolástica⁷ são respeitados e são acrescidos da renovação trazida pela reforma protestante.

Na comunhão Anglicana, cada Província ou Igreja é autônoma e autocéfala sendo que umas se identificam mais com a tradição católica - as anglo-católicas, e outras mais com a tradição protestante. Historicamente, o espaço reservado à Virgem Maria na Igreja Anglicana, tem sido bem mais significativo do que o espaço reservado a ela em outras comunidades da Reforma. Em todo o mundo encontram-se paróquias e catedrais dedicadas à Virgem Maria. Valem citar: St. Mary's Cathedral em Edimburgh, Escócia; Igreja de St. Mary em Nackington, Inglaterra; Igreja de St. Mary em Hong Kong; no Brasil, em Caxias do Sul, a paróquia da Virgem Maria e em Belém (PA), a paróquia de Santa Maria. Também é prática

⁶ Normalmente se considera o período da Patrística o que vai dos Apóstolos até S. Isidoro de Sevilha (560-536) no Ocidente; e até a morte de S. João Damasceno (675-749), no Oriente, o gigante que corajosamente combateu o iconoclasmo. Esses gigantes da fé católica ao longo desses sete séculos defenderam e formularam a fé, a liturgia, a catequese, a moral, a disciplina, os costumes e os dogmas cristãos; por isso são chamados de “Pais da Igreja” porque lhes traçaram o caminho. Quando o Papa João Paulo II esteve no Brasil a primeira vez em 1981 se referiu a eles dizendo que “são eles os melhores intérpretes da Sagrada Escritura” disponível em: (<https://blog.cancaonova.com/felipeaquino/2012/10/09/voce-sabe-o-que-e-a-patristica/>, acesso em 13/11/2017).

⁷ Escolástica ou escolasticismo (do termo latino scholasticus, e este por sua vez do grego σχολαστικός [que pertence à escola, instruído]) procura reconciliar declarações aparentemente contraditórias (da Escritura e/ou da razão) utilizando definições exatas de termos, dividindo o material em categorias e depois formulando teorias (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 59).

comum nas grandes igrejas e catedrais, dedicar-se uma capela à memória da Virgem. Nas paróquias com forte tradição anglo-católica podem ser encontradas imagens e ícones de Maria. Outra prática comum é a peregrinação mariana. Anualmente milhares de pessoas se dirigem à capela de Nossa Senhora de Walsingham, na Inglaterra, para lembrar de seu exemplo, de sua dedicação ao Senhor e agradecer a Deus por ela. Além disso, existem no mundo várias comunidades religiosas anglicanas que vivem a espiritualidade mariana. Também existem na Comunhão anglicana comunidades monásticas que podem ser celibatárias ou não, mistas ou não, que tem Maria como exemplo e padrão de espiritualidade (cf. AQUINO, 2015, artigo, p. 1, 2).

A Igreja Anglicana crê como ora. *Lex credendi Lex orandi*. Com relação à Virgem Maria, o LOC contém o que a Igreja crê e as referências a ela, além dos Credos Apostólico e Niceno, encontram-se no Calendário que registra três datas a ela dedicadas e nas Orações Eucarísticas. Também o Hinário Anglicano contém músicas que fazem referências à Mãe do Salvador (cf. AQUINO, 2015, p. 2, 3).

O LOC de 1662, ainda em uso em algumas paróquias, contém cinco festas marianas: Conceção de Maria, Natividade de Maria, Anunciação, Visitação e Purificação ou Apresentação. No LOC de 1987, revisto e atualizado, encontram-se três datas dedicadas a Maria: Dia 25 de março é a festa da *Anunciação* da Bem-aventurada Virgem Maria; dia 31 de maio é a festa da *Visitação* da Bem-Aventurada Virgem Maria; e 15 de agosto é a festa da Bem-Aventurada Virgem Maria. Maria é citada nos prefácios próprios para estas festas (cf. LOC, p. 244).

Na Oração Eucarística II, Maria é mencionada, assim: “*Rendemos-te graças e louvor, ó Deus Todo poderoso, por teu amado Filho Jesus Cristo (...). Pelo poder do Espírito Santo, ele encarnou da Virgem Maria e compartilhou de nossa natureza humana*” (LOC, p.201). A mesma menção é repetida na Oração Eucarística VIII (cf. LOC, p. 213). Nas orações vespertinas o *Magnificat* é rezado ou cantado.

Há de se ressaltar que todas as citações de Maria se dão em referência a seu Filho Jesus; ela é cultuada sempre relacionada ao mistério de Cristo. Também no Hinário, Maria é honrada por ter gerado o Filho de Deus e estes hinos são indicados para as festas litúrgicas que celebram os eventos da história da salvação (cf. AQUINO, 2015, p. 3).

Na comunhão Anglicana, Maria é reverenciada na comunhão dos santos como exemplo de humildade e servidão que ela mesma proclama em seu

Magnificat. Ela é também exemplo de desprendimento e submissão, pois abriu mão de seus sonhos, de seus projetos para acolher plenamente o chamado de Deus Pai e tornar-se a mãe do Salvador. A Virgem também é reconhecida como a mais Bem-Aventurada de todas as mulheres por ter gerado em seu ventre Aquele que veio para nos salvar. Nenhuma outra mulher teve ou terá o privilégio de amamentar e acalantar o Filho do Altíssimo. Ela é também um exemplo de santidade, totalmente dedicada à vontade de Deus (cf. AQUINO, 2015, p. 4).

O hino 107 do Hinário Episcopal de autoria do Rev. Henrique Todt Júnior (1909-1989), próprio para a festa da Anunciação, exemplifica bem a posição de Maria no culto anglicano.

“Honra demos a Maria, Virgem bem-aventurada
 Adoremos a seu filho, luz do céu a nós mandada.
 Deus-menino veio à terra, Virgem-Mãe lhe deu beleza.
 Fez-se carne o eterno Verbo, nossa é dele a natureza.
 Honra ao filho de Maria! Em seu lar de piedade,
 Nem pobreza nem fadiga. Nele impedem a bondade.
 Seu amor à mãe bendita é constante, puro e forte:
 Se deveres os separam, nela pensa até a morte.
 Toda a glória ao Paráclito- cante sempre a santa Igreja.
 Essa mesma trilogia, lá no céu Maria entoa.
 Repetida pelos santos, pela terra inteira ecoa!”
 (AQUINO, 2015, p.20).

Na Igreja Anglicana não existe culto mariano; o culto é sempre cristocêntrico, dirigido à Santíssima Trindade. Maria é apenas citada, nunca invocada; as orações não são dirigidas a ela. Os cristãos anglicanos, embora reconheçam o seu valor na obra da redenção como a mulher que em seu ventre gerou o filho de Deus, não lhe prestam culto ou louvor e não clamam por sua interseção. Todas as orações são dirigidas a Deus por intermédio de Jesus Cristo. Embora orem pelos santos que na glória possam interceder pela igreja, não creem que os santos possam tomar ciência das orações a eles dirigidas.

No Brasil, a Igreja Episcopal Anglicana chegou em 1889 quando os primeiros missionários vindos dos Estados Unidos aqui se estabeleceram. A igreja já estava instalada naquele País, no estado de Virginia; em 1823, havia lá sido fundado o Seminário Teológico que sempre demonstrou profundo zelo pela expansão missionária em oposição a outros grupos oriundos da Igreja da Inglaterra, entre eles o grupo anglo-católico; este defendia a ideia de que a igreja não devia fazer missão em países onde os católicos romanos eram atuantes (cf. KICKHÖFEL, 1995, p. 40).

Foi do Seminário Teológico de Virginia que partiram para o Brasil os dois primeiros anglicanos (Kinsolving e Morris), que para cá vieram impregnados pelo espírito missionário e de forte tendência evangélica.

Inicialmente eles se sediaram em São Paulo e no ano seguinte se dirigiram para o Rio Grande do Sul, mais precisamente para Porto Alegre, onde se fixaram com a ajuda de Vicente Brande, um presbiteriano que já atuava na região.

Depois de vários entendimentos, as duas congregações se fundiram e assim nasceu a Catedral da SS. Trindade, que se tornou em uma das mais expressivas congregações anglicanas do Brasil (cf. KICKÖFEL, 1995, p. 56).

Embora “ecumenismo não signifique fusão de igrejas” (WOLFF, 2016, p. 32), a Igreja Episcopal Anglicana iniciou suas atividades no Brasil sendo acolhida pela comunhão presbiteriana e juntas deram exemplo de abertura e acolhimento ao outro, ao diferente.

3.2 OS DOGMAS DE MARIA

No seu livro *Dogma e Anúncio*, Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI) escreve:

“O dogma é a interpretação da Escritura (...). O dogma acentua o caráter ontológico do acontecimento. A Bíblia descreve o fato; o dogma mostra a importância do acontecimento.” (...) (RATZINGER, 2007, p. 54).

Em seu livro *Maria toda de Deus e tão humana*, Afonso Murad define os dogmas:

“Os dogmas são como placas que indicam o caminho de nossa fé. Foram criados para ajudar a comunidade eclesial a se manter no rumo do Santuário vivo que é Jesus. Funcionam como balizas, sinalizadores, arrimos e proteção (MURAD, 2016, p. 127).

Frei Clodovis M. Boff, em *Dogmas Marianos*, define-os assim:

“Os dogmas são ‘mistérios’, maravilhas, milagres – palavras que evocam tudo o que Deus operou em Maria. As verdades dogmáticas são ‘abismos de luz’. São como janelas que se abrem para o mistério infinito” (BOFF, 2016, p. 11).

Como verdades de fé por Deus reveladas, os dogmas são infalíveis e imutáveis, porém são reformáveis. Eles podem ser atualizados, sua linguagem pode ser adaptada conforme a cultura de cada tempo para que continuem respondendo aos anseios dos cristãos; sua essência, porém, não pode ser modificada (cf. MURAD, 2016, p. 129).

Os dogmas centrais do cristianismo foram definidos já nos primeiros séculos, dado que se fazia necessário esclarecer as diversas interpretações das Escrituras e definir com clareza a essência da fé cristã. Os concílios ecumênicos dos primeiros séculos do cristianismo [Niceia (325), Éfeso (431), Calcedônia (451), Constantinopla II (553) e Constantinopla III (680-681)] debateram acerca dos conflitos existentes no meio cristão e sintetizaram no credo nicenoconstantinopolitano o essencial da fé oficial dos cristãos (cf. MURAD, 2016, p. 128).

Estes Concílios também tiveram a preocupação de esclarecer a posição de Maria na Igreja Católica; dois entre os quatro dogmas marianos, foram proclamados nestes concílios.

Os quatro dogmas marianos são: ***Maternidade divina, Virgindade perpétua, Imaculada Conceição e Assunção.***

Maternidade divina. A preocupação era esclarecer o nascimento de Jesus: era Ele verdadeiramente homem e verdadeiramente Deus? Como explicar o surgimento dessa dualidade? As discussões giravam em torno de Maria: seria ela a mãe de Deus? O vocábulo *Theotokos*, assumido pelos cristãos com o significado de Mãe de Deus, aquela que gerou o homem Deus, suscitou embates no seio da Igreja.

Nestório, patriarca de Constantinopla, defendia que Maria, por ser somente humana, não poderia dar à luz uma divindade. Ela deveria ser chamada de “*Christotokos*” (aquela que deu Cristo à luz), pois seria absurdo afirmar uma criatura como mãe do Criador. Cirilo, patriarca de Alexandria, defendia o título de *Theotokos* (mãe de Deus), a que tornou real a encarnação do Verbo. A disputa era entre a Igreja do Ocidente (Alexandria) e a Igreja do Oriente (Antioquia), que tinham entendimento teológico diverso a respeito da maternidade de Maria.

Em 431, o Concílio de Éfeso não deu voz a Nestório e solenemente atribuiu a Maria o título de *Theotokos*, título este que deveria ser plenamente assumido pelos cristãos; revestindo-se, portanto, de poder dogmático.

Os Concílios que se seguiram, Calcedônia (451), Constantinopla II (553) e Constantinopla III (555), confirmaram este título ao aceitar, de certa forma, as ideias de Nestório, afirmando que ela é “Mãe de Deus segundo a humanidade”. Era preciso esclarecer que Maria não era a mãe da Trindade, que não era anterior a Deus; ela é a mãe do Filho de Deus encarnado (cf. MURAD, 2016, p. 137, 138).

Santo Ambrósio (339-397), bispo de Milão, responsável pela conversão de Santo Agostinho, resume Maria em uma frase: “*Maria é templo de Deus e não Deus no templo*”.

A confirmação do título Theotokos pelos Concílios não encerrou as discussões e polêmicas sobre o assunto. Embora seja este o dogma mariano que mais encontra consenso entre as igrejas cristãs, continua sendo objeto de estudo e discussão, passando pelo Vaticano II até os tempos atuais.

São dois os motivos pelos quais outras igrejas cristãs aceitam este dogma mariano: (1) encontra fundamentação nas Escrituras; e (2) foi proclamado em um Concílio ecumênico.

Embora as referências a Maria, na maior parte das igrejas da Reforma, praticamente se restringem aos credos que mencionam a concepção e a maternidade virginal de Maria: “*concebido do Espírito Santo e nasceu da Virgem Maria*”, os principais reformadores, como Lutero, Calvino e Zwinglio, admitiam o título “Mãe de Deus” e reconheciam seu papel na história da salvação; seus seguidores, porém, não dão destaque à figura de Maria em suas comunhões (cf. BOFF, 2016, p. 16).

Lutero, em seu *Magnificat – O Louvor de Maria* escreve: “*As ‘coisas grandes’ nada são senão o fato de Maria ter chegado a ser mãe de Deus.(...). Por essa razão ela é uma pessoa especial dentre todo o gênero humano*” (LUTERO, 2015, p. 43).

No Segundo Testamento, aparece com frequência a remissão a Maria como mãe de Jesus; logo, se Jesus é o Deus Filho, Maria é a mãe de Deus. No Evangelho de Lucas (1, 32), na narração do anúncio do anjo, temos: (...) “*Ele será grande, será chamado Filho do Altíssimo*”. E o Altíssimo é Deus Pai. Isabel recebe Maria em sua casa com a saudação: (...) “*Donde me vem que a mãe do meu Senhor me visite?*” A quem Isabel chama de Senhor, senão a Deus? Portanto, com estas palavras ela dirige uma saudação à mãe de Deus.

Em seus escritos e sermões, Santo Agostinho insiste em dizer que Maria antes de gerar Cristo o concebeu pela fé (cf. AGOSTINHO, 2014, p. 119). Foram a fé e a obediência de Maria que possibilitaram a geração de Jesus em seu ventre por ação do Espírito Santo; é a manifestação da Trindade, o Filho provém de Deus Pai e se encarna em Maria, Sua existência precede a existência de Maria (cf. UMBRASIL, 2011, p. 134).

Se desde os primórdios do cristianismo, buscando entender quem era Jesus, se chegava na figura de sua mãe, era natural, de plano, que a devoção dos cristãos se dirigisse a Maria como Mãe de Deus. Se o título Theotokos despertou controvérsias entre os teólogos daqueles tempos é porque já fazia parte da crença dos povos; o que os Concílios fizeram foi validar esta crença e, como decisão conciliar, não foi tomada por um papa, mas por um conselho de bispos.

Maria recebe o culto e a devoção dos fiéis católicos como Mãe de Deus, Mãe da Igreja e Mãe de cada um dos que a ela recorrem em busca de refrigério para suas vidas. Nela os católicos encontram o aconchego da mãe que educou e zelou pelo seu divino Filho e zela por todos que seguem o conselho dado por ela, nas bodas de Canaã: *“Fazei tudo o que Ele vos disser”*.

Para os católicos, o título de Maria Mãe de Deus é familiar. Ao rezar a Ave-Maria, na segunda parte desta oração, ela é assim invocada e como essa é uma oração diária dos fiéis, incorporada na devoção católica, Maria é honrada com esse título diariamente por milhares de fiéis em todo o mundo.

A imagem de Maria-Mãe é uma das imagens mais retratadas por artistas em todo o mundo o que é um reflexo do sentimento dos fiéis percebido desde os tempos iniciais do cristianismo. Esta imagem de Maria com o Menino já era registrada nas catacumbas desde o século II (cf. BOFF, 2016, p. 14).

Virgindade perpétua. Se Maria concebeu pela ação do Espírito Santo, sem participação masculina, como narra São Lucas em seu Evangelho, é natural o entendimento de que Maria tenha se mantido virgem preservando o ventre que gerou Jesus. Na sociedade machista e patriarcal em que Maria vivia, era conveniente enfatizar a virgindade daquela mulher para, acima de tudo afirmar a divindade do filho por ela gerado.

A crença na virgindade de Maria afirmada desde os primeiros séculos - visto que incorporada no Credo Apostólico: *“Nasceu da Virgem Maria”* e no credo Niceno-

Constantinopolitano (...) “Desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo, no seio da Virgem Maria, ...” (CIC, p. 58, 59) -, se aprofundou de tal modo no seio da Igreja Católica que, depois do Concílio de Constantinopla II (553) afirmar Maria como sempre virgem e o Sínodo de Latrão (649) fazer da virgindade dela um verdadeiro dogma, a Constituição do papa Paulo IV (1555), depois confirmada por outros dois papas, afirma: “*Maria é virgem antes do parto, no parto e depois do parto*” (cf. BOFF, 2016, p. 22).

Os reformadores, Lutero, Calvino e Zwinglio confessam a fé na virgindade perpétua de Maria, respeitando a crença dos tempos que precederam a Reforma, que não foi questionada na época da separação e que permanece na fé de um grande número de cristãos (cf. BOFF, 2016, p. 23).

Muitos fiéis católicos, ao se referirem a Maria, a chamam simplesmente de Virgem, o que denota que esta crença está enraizada na fé. Com a evolução das ciências e o advento da modernidade, no decorrer dos séculos vão surgindo contestações a respeito deste dogma. Biologicamente, o parto virginal é impossível e para muitos cristãos a virgindade perpétua não tem fundamento nas Escrituras que falam de “irmãos de Jesus”; portanto, Maria teria tido outros filhos.

A igreja católica sempre acreditou e professou a virgindade perpétua de Maria “*como convinha àquela que tinha sido elevada à dignidade incomparável da maternidade divina...*” (SM, 6), nas palavras do papa Paulo VI, em sua exortação apostólica *Signum Magnum*, publicada em 13 de maio de 1967. A virgindade de Maria é parte do milagre e do mistério da encarnação do Filho de Deus e entendida como entrega total e perpétua a Cristo e a seu Reino (cf. BOFF, 2016, p. 24).

Imaculada Conceição. O dogma da Imaculada Conceição foi promulgado pelo papa Pio IX no dia 8 de dezembro de 1854. Este dogma não é aceito pelos protestantes e nem pelos ortodoxos⁸, que o consideram ilegítimo por dois motivos

⁸ Ortodoxo é aquele que segue fielmente um princípio, uma norma ou uma doutrina. Do grego “orthos” que significa “reto” e “doxa” que significa “fé”. É o que está em conforme com a doutrina religiosa tida como verdadeira.
(https://www.google.com.br/search?ei=hdIJWsL2BoaEwQTUw7GQAg&q=ortodoxia+religiosa+significado&oq=ortodoxia+significado&gs_l=psy-ab.1.3.0j0i7i30k1l3j0i7i30k1l2j0i30k1l3.6881.11709.0.18388.19.19.0.0.0.180.1755.10j7.17.0...0..1.1.64.psy-ab..2.17.1755...0i13k1j0i8i7i30k1j0i7i5i30k1j35i39k1j0i13i5i30k1j0i67k1j0i131k1.0.BMALfs_VNHg acesso em 13/11/2017)

básicos: não tem fundamento nas Escrituras e não foi promulgado por um Concílio Ecumênico.

As Igrejas ortodoxas entendem que o dogma oficializou uma crença da tradição ocidental fortemente influenciada pelas reflexões de Santo Agostinho a respeito do pecado original e que não encontra respaldo nas Escrituras. Entendida desta forma, a Imaculada Conceição gera o entendimento de que Maria já nasceu santa, ela não passou pelas provações a que todos os seres humanos são submetidos no embate constante entre o bem e o mal, entre o pecado e a graça. Além disso, esses argumentos são insuficientes também por não terem passado pelo crivo de um Concílio Ecumênico.

Os protestantes, fiéis ao princípio de valorização das Escrituras, refutam o dogma por nelas não encontrarem fundamentos e não consideram válidos os argumentos do “*senso da fé*” dos fiéis, da Tradição, da intervenção do magistério e a recepção das definições magisteriais que a Igreja Católica entende serem suficientes para a promulgação do dogma. Somam-se a esses argumentos também o fato de o dogma não ser proclamado por um Concílio Ecumênico (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 130).

Na época da proclamação do dogma, a doutrina da Imaculada Conceição já estava incorporada à fé dos fiéis; é que a devoção mariana fora crescendo no decorrer dos séculos, principalmente na Idade Média e aceita e propagada pelo magistério da Igreja sem o necessário cuidado para estabelecer certos critérios visando a não distanciar a Maria da devoção popular da Maria dos Evangelhos.

O louvor a Maria distinguia católicos de protestantes; naqueles tempos de Contrarreforma era importante firmar esta distinção.

O próprio papa Pio IX em sua Carta Apostólica *Ineffabilis Deus* (capítulo 5), apresenta a seguinte justificativa:

“(…), esta mesma doutrina, admitida desde os tempos antigos, profundamente radicada na alma dos fiéis e admiravelmente propagada no mundo católico, pelo cuidado e pelo zelo dos Bispos, foi professada pela Igreja de modo o mais claro, quando esta não hesitou em propor a Conceição da Virgem ao culto público e à veneração dos fiéis”(ID, 5).

A proclamação do dogma apenas tornou obrigatória e imutável uma crença que já fazia parte da vida dos cristãos católicos, diferentemente dos protestantes que, como os católicos, acreditam na santidade de Maria na comunhão dos santos,

porém entendem que a fé em Cristo não necessita da afirmação Imaculada Conceição (cf. GRUPO DE DOMBES, 2005, p. 131). Os ortodoxos, por sua vez, entendem que a humanidade de Maria faz com que ela traga consigo a marca do pecado original; mas foi purificada, sem nunca ter pecado, para assumir a maternidade divina e assim pode ser louvada como Imaculada Conceição, jamais como dogma (cf. MURAD, 2016, p. 178).

O dogma da Imaculada Conceição tem sua origem na fé simples do povo, no sentimento comum, no *sensus fidelium*, em relação a uma crença que já vinha desde a Igreja primitiva.

Se entendermos Maria como templo de Deus, tal qual a definiu Santo Ambrósio, certamente nela o pecado original, segundo a concepção de Santo Agostinho, não encontra guarida. Ela foi por Deus cumulada de graça e deu o seu *Sim* para que esta graça, obsequiosamente recebida, se efetivasse na realização do plano de salvação.

Deus Pai desde sempre escolheu a jovem virgem de Nazaré, tornando-a isenta de todo o pecado, dando-lhe a plenitude da pureza humana, preparada para, no seu ventre, gerar Jesus o Salvador.

Por graça divina é que Maria foi isenta de todo pecado; plenamente humana e cheia de graça foi mulher forte e corajosa que com seu *fiat* se abriu ao projeto de Deus e, por obra do Espírito Santo, proporciona o início de um novo tempo, tempo de esperança em uma nova vida, em um novo Reino.

O dogma da Imaculada Conceição mostra a ação da graça de Deus em Maria, graça esta que se estende para toda a humanidade pois revela a misericórdia de Deus para com os que ouvem o seu chamado e O acolhem.

Assunção. O dogma da Assunção foi proclamado pelo papa Pio XII em 1º de novembro de 1950, época em que o mundo se encontrava ferido por duas guerras mundiais em apenas meio século (1914-1918 e 1939-1945); o povo descrente precisava de um novo alento, necessitava de consolo e de sinais de esperança em um futuro melhor, sem dor, sofrimento e pecado. É nesse contexto histórico que o dogma é proclamado.

Assim como o dogma da Imaculada Conceição, o dogma da Assunção também sofre rejeição por parte das igrejas protestantes e da igreja ortodoxa, com

os mesmos argumentos: não tem fundamentação bíblica sólida e não foi definido em um Concílio Ecumênico.

É que os evangelhos silenciam sobre o final da vida de Maria; os últimos relatos sobre a mãe de Jesus encontram-se nos Atos dos Apóstolos. As narrativas sobre ela se encerram com a figura de mãe e seguidora de seu Filho, presente entre os apóstolos na vinda do Espírito Santo.

A doutrina desenvolvida a respeito da partida de Maria deste mundo está diretamente ligada à divindade de seu Filho. Se proclamada Imaculada Mãe de Deus - embora totalmente humana -, seu corpo, templo de Deus, não poderia sofrer corrupção; pelo contrário, deveria ser glorificado.

Embora o cuidado dos primeiros cristãos com os corpos dos apóstolos e dos mártires, não existe nenhum assentamento totalmente confiável sobre a morte de Maria e sobre o destino que foi dado a seu corpo. O Concílio de Éfeso, que atribuiu a Maria o título de Mãe de Deus, despertou a curiosidade a respeito dos últimos dias e da partida deste mundo daquela mulher que em seu ventre havia gerado o Filho de Deus.

No final do século IV, aparecem as primeiras referências à “dormição de Maria”. No século VI, o imperador Maurício fixa a data de 15 de agosto para celebrar o *trânsito* ou *dormição* de Maria; a partir daí a celebração se difunde no Oriente e chega a Roma no século VI com o papa Sergio I, mas não oficialmente.

Aos poucos, o termo *dormição* vai sendo substituído por *assunção* e com o crescimento da devoção mariana, no século VIII, a Assunção se expande e as manifestações devocionais vão surgindo como manifestações espontâneas e não obrigatórias (cf. MURAD, 2016, p. 182).

Nos séculos que se seguiram, os cristãos louvavam Maria glorificada junto a seu Filho sem especificar detalhes de sua morte ou a respeito do paradeiro de seu corpo. Depois da definição do dogma da Imaculada Conceição começaram os movimentos que pediam que a crença da Assunção fosse também transformada em dogma.

Até 1940, cerca de 6,5 milhões de assinaturas solicitando a definição do dogma (o que significava quatro em cada cinco dioceses do mundo fazendo este pedido) já haviam chegado a Roma. Em 1946, o papa Pio XII consultou os bispos do mundo inteiro para verificar o sentimento dos cristãos em relação ao dogma e obteve mais de 98% de respostas favoráveis (cf. BOFF, 2016, p. 45).

Amparado por estas solicitações que representavam o desejo da ampla maioria dos fiéis católicos, o papa Pio XII, em 1^o de novembro de 1950, solenemente proclamou, então, o dogma da Assunção de Maria ao céu:

“(...) pronunciamos, declaramos e definimos ser dogma divinamente revelado que a imaculada Mãe de Deus, a sempre Virgem Maria, terminado o curso da vida terrestre, foi assunta em corpo e alma à glória celestial”(MD 44).

Em sua Constituição Apostólica *Munificentissimus Deus*, o papa entende que a crença na Assunção de Maria ao céu pode ser justificada por vários motivos, dentre eles: (1) seu Filho que a amava queria também ver glorificada aquela criatura que havia merecido o privilégio de ser por Deus escolhida para fazer parte do Seu mistério; e (2) como a Igreja já havia proclamado Maria toda pura, isenta de pecado, seu corpo, de conseguinte, não poderia sofrer corrupção e nem esperar a redenção do final dos tempos.

Em suma: os dogmas marianos contêm a essência de Maria. Deus preservou do pecado original aquela que Ele escolheu para ser a mãe de seu Filho e na fidelidade absoluta ao Senhor lhe concedeu o dom da virgindade perpétua. Como prêmio a esta entrega total ao projeto divino, ela foi acolhida na glória (cf. UMBRASIL, 2011, p. 135).

Se entendermos os dogmas “como placas que sinalizam o caminho de nossa fé para chegarmos a Jesus” (MURAD, 2016, p. 127), os dogmas marianos ajudam a seguir o exemplo dessa mulher tão humana, mas tão especialmente agraciada por Deus e que soube tão bem fazer frutificar as graças recebidas. Maria, mais do que qualquer santo, é quem melhor indica o caminho para os seguidores de seu Filho.

Os dogmas, portanto, ajudam a melhor viver a espiritualidade mariana e, se Maria sinaliza o caminho para o encontro com Cristo - vivendo em intimidade com a mãe -, mais facilmente se chega ao Filho, o núcleo central da fé de todos os cristãos. É que “Os dogmas são ‘mistérios’, maravilhas, milagres – palavras que evocam tudo o que Deus operou em Maria. As verdades dogmáticas são ‘abismos de luz’. São como janelas que se abrem para o mistério infinito” (BOFF, 2016, p. 11).

Embora a Igreja proclame sua assunção ao céu, a Virgem Maria não se desligou da terra. Sua presença é percebida por todos que se sentem seus filhos e a ela recorrem ao chamá-la carinhosamente de Nossa Senhora.

3.3 O CONCÍLIO VATICANO II

Passados quase quinhentos anos do Concílio de Trento (1545-1563) e de duzentos e cinquenta do Concílio Vaticano I (1846-1878) - período todo em que a Igreja vinha enfrentando os desafios provocados pela Reforma e pós Reforma -, era tempo de convocar um novo Concílio para situar a Igreja nos novos tempos, pois o terceiro milênio se aproximava e os desafios agora eram outros. O anseio pela recuperação da unidade perdida era evidente, era necessário situar a Igreja no contexto do pluralismo religioso daquele momento histórico (cf. BRIGHENTI, 2016, p. 25).

Nestes tempos, dando continuidade às devoções e cultos a Maria, surgidos na Idade Média e acrescidos de certos exageros resultantes das polêmicas católico-protestantes, tinha-se a impressão de que Cristo ficara em segundo plano. Era preciso purificar essas devoções para que a Virgem passasse a ocupar o lugar que lhe era próprio tanto na doutrina quanto no culto e na devoção, dado que não era ela o centro da fé dos cristãos.

Em 1942, durante a Segunda Guerra mundial, o papa Pio XII consagra o mundo ao Imaculado Coração de Maria; já que, segundo os pastores de Fátima, a Virgem, em suas aparições, lhes tinha transmitido este pedido. Gestos como este sensibilizam um povo lancetado e machucado pela guerra e fazem crescer ainda mais as devoções marianas para buscar conforto maternal e suporte para enfrentar tanta dor e sofrimento (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 77).

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado como Concílio Ecumênico pelo papa João XXIII (1958-1963) e composto por muitos padres impregnados por essa forte devoção mariana, encontrou muitas resistências e, por mais de quatro anos, se ocupou do culto e da devoção a Maria; por fim, decidiu que para falar dela não seria necessário um documento à parte e a incluiu no documento sobre a Igreja.

Nas reflexões a respeito do ecumenismo, o Concílio, considerando a rejeição ao culto e à devoção marianos, surgidos desde o início da Reforma, levou em conta os possíveis reflexos das afirmações mariológicas em seus documentos. Estava-se a objetivar a possibilidade de uma abertura ecumênica com a real intenção de aproximar os católicos dos cristãos reformados; donde a doutrina mariana fora, por isso, inserida na Constituição sobre a Igreja e não em um

documento separado, o que poderia segregar Maria ainda mais do mistério de Cristo (cf. MURAD, 2016, p. 206).

Este foi um dos documentos que mais demandou discussões e veio a ser um dos mais importantes do Concílio Vaticano II, a Constituição dogmática *Lumen Gentium*. O capítulo VIII deste documento é o que situa Maria no contexto cristológico e eclesial e desde sua promulgação, em 21 de novembro de 1964, pelo papa Paulo VI (1963-1978), o pontífice continuador do Concílio fundamenta o papel de Maria sob uma nova perspectiva, purificando o culto e a devoção sem abandonar a riqueza da Tradição e das Escrituras e reafirmando as verdades dogmáticas.

O documento conciliar reconhece a Virgem Maria como “*verdadeira Mãe de Deus Redentor*”, intimamente ligada a seu Filho e templo do Espírito Santo, e esclarece a intenção do Concílio quando expõe a doutrina acerca da Igreja e o papel da Virgem Santíssima:

“O sagrado Concílio, ao expor a doutrina acerca da Igreja, na qual o divino Redentor realiza a salvação, pretende esclarecer cuidadosamente não só o papel da Virgem Santíssima no mistério do Verbo encarnado e do Corpo místico, mas também os deveres dos homens resgatados para com a mãe de Deus, mãe de Cristo e mãe dos homens, sobretudo os fiéis” (LG, 54).

Maria é situada na economia da salvação e definida como “*membro eminente e inteiramente singular da Igreja, seu tipo e exemplar perfeitíssimo na fé e na caridade*” (LG, 53). Fica, assim, melhor esclarecido o papel da Virgem no mistério de Cristo e da Igreja e enfatizado o foco cristológico do culto e da devoção a ela dirigidos. Ocupando um lugar especial na comunhão dos santos, Maria é a mãe que mostra o caminho e conduz os cristãos a seu Filho, colaborando para que todos um dia participem da glória do Ressuscitado.

Os padres conciliares foram fiéis à Maria da Sagrada Escritura e à leitura que se tem feito dela, desde os Padres da Igreja até os teólogos contemporâneos. Foi um retorno às fontes deixando de lado os excessos da devoção mariana dos tempos medievais e dos que surgiram no confronto com as igrejas protestantes.

Ao discorrer sobre a missão de Maria o documento conciliar reconhece que o único mediador é Cristo, mas esclarece que no seu papel de mãe que gerou, alimentou e acompanhou seu Filho durante toda a sua peregrinação terrena, desde que elevada ao céu, continua maternalmente cuidando dos seus filhos aqui na terra.

A Virgem, ao lado de seu Filho na glória eterna com sua ajuda materna, continua cooperando para a salvação dos seus filhos; é a continuidade da missão por ela assumida, quando, com seu *fiat*, se dispôs a colaborar com o projeto divino de redenção da humanidade, conquistando assim um lugar especial na comunhão dos santos.

O documento ressalta ainda que “*as várias formas de piedade para com a Mãe de Deus,[...] tem a virtude de fazer com que, honrando a mãe, melhor se conheça, ame e glorifique o Filho*” (LG, 66).

Em todo o documento, é notável a ênfase dada ao sentido cristológico da doutrina, da devoção e do culto marianos; tudo diz respeito a Cristo. Tudo se resume no amor filial a ela dedicado que faz com que o cristão chegue mais próximo de Cristo e conseqüentemente da Trindade, que é o fim único de todo culto, louvor e adoração.

Os primeiros anos após o Vaticano II foram de reflexão e renovação na Igreja, do clero e de todos os cristãos católicos. Ao mesmo tempo em que crescia o entusiasmo por uma igreja renovada, as novas orientações relativas ao culto e à devoção a Virgem Maria propostas pelos documentos conciliares provocavam um certo silêncio nos meios católicos, pois pareciam tirar o brilho e o fulgor das devoções marianas. Com o passar do tempo, novas luzes sobre a reflexão mariana vão surgindo, os documentos conciliares são melhor compreendidos e Maria continua ocupando lugar de destaque na fé dos cristãos católicos.

O papa Paulo VI, preocupado com os rumos que a devoção mariana parecia tomar, em homilia proferida em 24 de abril de 1970, no Santuário mariano de Nossa Senhora de Bonaria, na Ilha da Sardenha, chama a atenção dos fiéis:

“Se quisermos ser cristãos, devemos ser marianos, isto é, devemos reconhecer a relação essencial, vital, providencial que une Maria a Jesus e que abre para nós o caminho que a Ele conduz” (vatican.va/holy-father/paul_vi/index-it.htm - acesso em 15/09/2017).

Em 1974, passados dez anos do início do Concílio, o papa Paulo VI se mostrava sensibilizado com o silêncio mariano no seio da Igreja e, no dia 2 de fevereiro de 1974, promulgou a Exortação Apostólica *Marialis Cultus* com o intuito de esclarecer as reais intenções do Concílio Vaticano II e promover uma renovada devoção mariana (cf. CREDERE OGGI, n. 142, p. 10).

O pontífice ressalta que Maria é exemplo de atitude espiritual com que a Igreja celebra os divinos mistérios se, estando ela perfeitamente unida a Cristo, é excelentíssimo modelo de Igreja na ordem da fé e da caridade (cf. LG, 16).

O documento chama a atenção para o referencial bíblico; as orações, cantos e outros textos a respeito da mãe do Senhor devem ter inspiração bíblica de modo a conduzir a uma piedosa veneração a ela, mas que também despertem os fiéis para encontrarem na Palavra de Deus luzes e critérios para viver de acordo com os ensinamentos nela contidos (cf. MC, 30).

As orações tradicionais do Rosário e do *Angelus* são recomendadas, na medida em que se constituem louvores e súplicas a Virgem, eficazes para promover a vida cristã e o empenho apostólico (cf. LG, 42).

Por fim, Paulo VI conclama o clero para incrementar uma salutar devoção mariana, que trará proveito para a Igreja e toda a sociedade.

Os documentos *Lumen Gentium* (cap. VIII) e *Marialis Cultus* fundamentam a devoção mariana nas Escrituras e na Tradição, reforçam sua origem bíblica e fundamento cristológico, enfatizam que a devoção à Mãe de Jesus é essencial à fé católica e deve ser objeto de reflexões teológicas e de práticas pastorais.

“Por Maria e com Maria” se chega a Jesus é o que ensinam as Escrituras quando falam da jovem mulher que se doa inteiramente ao seu Senhor e profeticamente entoia em seu canto *Magnificat*: “*doravante todas as gerações me chamarão de bendita*”. Profecia esta que se realiza desde os primórdios da Igreja quando ela já era venerada pelos seguidores de seu Filho, como atestam os escritos dos Padres da Igreja.

Os escritos dos Padres da Igreja relatam a vivência de comunidades de fé que no prelúdio do cristianismo foram formadas por pessoas que conviveram com Jesus e sua mãe. Do testemunho destes primeiros cristãos, deduz-se que Maria foi uma mulher especial, uma santa que, além de ser tomada como exemplo de vivência cristã, é merecedora de culto e de devoção por parte dos seguidores do seu Filho, os cristãos.

3.4 DEVOÇÃO E CULTO A MARIA NA IGREJA CATÓLICA PÓS CONCÍLIO VATICANO II

Entre as igrejas nascidas da Reforma, existem divergências com relação à posição de Maria na obra da redenção, sendo que em algumas comunidades ela é simplesmente ignorada. A Igreja Católica, porém, atribui a ela um lugar elevado na história da salvação e, sempre tendo como referência seu filho Jesus, continua a lhe prestar culto e devoção. Os cristãos católicos veem nela todas as qualidades essenciais da vida cristã: a fé, o amor e a caridade.

Para os cristãos católicos, Maria, com seu modo de viver, ajuda a perceber a presença de Deus no cotidiano da vida. Nos momentos de alegria e nos momentos de dificuldades, ela se manteve fiel ao projeto divino porque acreditou que, mesmo sem se revelar, Deus estava com ela enquanto humanamente acompanhava a trajetória do divino Filho.

Mesmo depois da morte de cruz de seu Filho, Maria continuou a exercer seu papel de mãe, pois se mantinha junto aos apóstolos na espera da vinda do Espírito Santo. Como membro daquela comunidade, ela participa da geração da Igreja que, edificada sobre a “pedra” Pedro e tendo ele como primeiro pastor, deu continuidade ao projeto de Cristo, levando sua mensagem aos povos de todo o mundo. É que Pedro, ao reconhecer o Messias, o Filho de Deus (cf. Mt, 16,16), d’Ele recebe a missão de “pedra” sobre a qual há de se levantar a comunidade dos discípulos de Jesus (cf. ALMEIDA, 2016 – jun/ago, p. 26).

Como mãe da Igreja e de todos os cristãos, Maria é louvada e venerada, por ser da natureza humana todo filho dedicar a sua mãe um carinho especial. A Igreja Católica lhe presta culto e louvor na liturgia e nas devoções.

O papa Paulo VI, em sua Exortação Apostólica *Marialis Cultus*, atualizou o calendário litúrgico do Rito Romano no particular aspecto do culto à Virgem Maria, em decorrência das normas emanadas do Concílio Vaticano II (cf. MURAD, 2016, p. 211).

No calendário litúrgico vigente em todo o mundo, as celebrações marianas são divididas em solenidades, memórias e festas. As solenidades são quatro e se constituem ocasiões de culto e louvor para celebrar as verdades dogmáticas .

Dia 1º de janeiro é a solenidade de Maria Santíssima, Mãe de Deus; dia 25 de março, Anunciação do Senhor; dia 15 de agosto, Assunção de Maria ao céu; e

dia 8 de dezembro, Imaculada Conceição. Estas celebrações são as mais importantes, já que diretamente ligadas ao centro da fé cristã e identificam a plena relação de Maria com o mistério de Cristo e da Igreja.

No tempo do Advento, que inicia o calendário litúrgico, e prepara o Povo de Deus para celebrar a vinda do Senhor, faz-se lembrança de Maria, em 8 de dezembro, como aquela que foi pelo Pai preparada para gerar seu Filho, a Imaculada Conceição.

No tempo de Natal, em 1º de janeiro, a solenidade de Maria Mãe de Deus, a mulher que em seu ventre gerou o homem filho de Deus; a humilde serva que, como disse Santo Ambrósio, é templo de Deus, pois nela Ele encontrou morada. Maria é celebrada como a mãe de Deus, nossa mãe e Rainha da paz.

Na solenidade da Anunciação do Senhor (25 de março), Maria é celebrada por seu *Fiat* pelo qual o Verbo se fez carne para, como homem, anunciar o projeto do Pai: um novo Reino que foi por Ele iniciado e cuja continuidade cabe a todos que n'Ele creem.

Em 15 de agosto, Assunção de Maria, faz-se memória da glorificação junto a seu Filho. É Maria plenamente unida a Jesus. A Igreja celebra nesse dia a perfeita comunhão de Maria com a Trindade a ela concedida por graça divina.

As lembranças celebram apenas um aspecto ou um título da Virgem Maria. São sete as memórias marianas, das quais quatro são obrigatórias e três facultativas. As obrigatórias são: dia 22 de agosto, Nossa Senhora Rainha; dia 15 de setembro, Nossa Senhora das Dores; dia 7 de outubro, Nossa Senhora do Rosário; e dia 21 de novembro, Apresentação de Nossa Senhora. As facultativas são: Coração Imaculado de Maria (sábado após a solenidade do Sagrado Coração de Jesus, que, por sua vez, é sempre realizada na sexta-feira da semana seguinte à Festa de Corpus Christi); Nossa Senhora do Carmo, dia 16 de julho; e Dedicção da Basílica de Santa Maria Maior, dia 5 de agosto.

As festas são três e celebram Maria em estreita relação com seu filho Jesus: dia 2 de fevereiro, Apresentação do Senhor; dia 31 de maio, Visitação; e dia 8 de setembro, Natividade de Maria.

O papa Francisco, com um Decreto publicado em 3 de março de 2018, determinou a inscrição da Memória da Bem-aventurada Virgem, Mãe da Igreja no Calendário Romano Geral, “memória esta que será celebrada todos os anos na segunda-feira depois de Pentecostes. (Decreto sobre a Memória de Maria Mãe da

Igreja em www.vatican.va/pt/vaticano/news/2018-03/decreto-de-maria-mae-da-igreja-calendario-romano.html - acesso em 27/03/2018).

Nem todas as festas marianas estão contempladas no calendário litúrgico; outras festas são celebradas nas Igrejas locais em respeito à religiosidade de diferentes povos e em diferentes localidades, ligadas a um fato significativo. Por exemplo, o dia 12 de outubro, em que, no Brasil, se celebra Nossa Senhora da Conceição Aparecida, liturgicamente alçada ao grau de solenidade. Esta data remete ao encontro da imagem pelos pescadores no rio Paraíba do Sul, na segunda quinzena do mês de outubro de 1717. Em 12 de dezembro, celebra-se a festa de Nossa Senhora de Guadalupe, a padroeira da América Latina. Esta data faz lembrança da aparição da Virgem ao índio Juan Diego em 1531, no México, em que ela lhe deu provas de sua presença para levá-las ao bispo. O importante nessas celebrações é manter o vínculo entre a Virgem Maria e o centro da fé cristã que é seu filho Jesus.

O papa Paulo VI recomenda que, sempre que possível, o sábado seja dedicado à memória da Virgem Maria (cf. MC 9). A Igreja também presta culto a Maria de forma significativa na Prece Eucarística III: Que Ele *“faça de nós uma oferenda perfeita para alcançarmos a vida eterna, com os vossos santos: a Virgem Maria Mãe de Deus”* (MC 10).

A liturgia⁹ é o culto oficial das Igrejas; já as devoções são expressões que surgem da prática dos fiéis nos mais diversos ambientes culturais e vão sendo incorporadas pelo clero e pela comunidade dos crentes.

As orações litúrgicas sempre são dirigidas à Trindade e o único mediador entre o Pai e a humanidade é Jesus (cf. 1 Tm 2,5). Durante sua peregrinação terrena, Cristo contou com a colaboração da comunidade dos apóstolos que, além dos doze, contava também com mulheres, entre elas sua mãe. Assim os cristãos entendem que Deus conta com seus filhos para dar continuidade à implantação do Reino trazido por Jesus. Essa colaboração se dá aqui na terra quando se vive segundo a Palavra, promovendo a vida, vivendo em fraternidade.

⁹ A palavra Liturgia vem do grego λειτουργία, que significa ação do povo. Para a Igreja Católica, a Liturgia apresenta-se como o fio condutor de toda e qualquer ação religiosa, segundo definição do Concílio Vaticano II.

“Toda celebração litúrgica, enquanto obra de Cristo e do seu corpo, que é a Igreja, é ação sacra por excelência” (Sacrosanctum Concilium, n. 7). <https://noticias.cancaonova.com/mundo/o-que-e-a-liturgia/> acesso em 13/11/2017).

O cristão que vive segundo a Palavra, faz da sua vida uma oração, está plenamente em contato com o Criador, colaborando na implantação do Reino; mas oração também é uma conversa com Deus e com os que já estão na glória, da qual são merecedores por terem, durante sua vida terrena, sido especiais construtores do Reino. Este é o caso dos santos e de Maria que conforme afirma o Concílio Vaticano II “ocupa depois de Cristo lugar mais elevado e também o mais próximo de nós” (LG, 54).

Para os cristãos católicos é uma verdade segundo a qual os reconhecidamente santos que partiram desta vida continuam colaborando com a missão de Jesus, principalmente por terem legado exemplos de fé profunda, de vidas exemplares e que, a par de terem deixado valiosos ensinamentos, tem o poder de intercessão junto à Trindade, buscando socorro para os que aqui imploram ajuda e proteção (cf. MURAD, 2016, p. 205).

Maria é o mais perfeito exemplo de santidade, de doação plena ao projeto divino; assumindo a maternidade do filho de Deus, ela também se torna mãe de todos os cristãos e passa a ocupar um lugar especial na obra da salvação.

O amor e a veneração dos cristãos católicos a Maria se manifesta das mais variadas formas. Em todas as Igrejas existe pelo menos uma imagem da Virgem. São diversas as faces de Maria retratadas nestas imagens, reflexo das diferentes culturas em que ela é venerada.

Nossa Senhora de Fátima tem a doce face de uma jovem europeia, própria da região portuguesa em que teria aparecido aos três pastores. Nossa Senhora da Conceição Aparecida é a virgem negra esculpida no tempo da escravatura; os escravos batizados tinham fervor especial pela Imaculada Conceição, herdado dos colonizadores portugueses. Nossa Senhora de Guadalupe retrata a face do índio mexicano que buscava em Maria consolo para o sofrimento imposto pelos colonizadores espanhóis. As diferentes faces de Maria e os diferentes títulos de Nossa Senhora remetem sempre àquela Maria que está glorificada junto a Deus Pai, ao lado de seu Filho e fazem recordar o seu exemplo de fé, de doação livre e plena ao projeto de Deus.

As diferentes imagens de Maria assumindo as faces dos mais diversos povos procuram retratar a mulher cumulada de graças, a mãe que a todos acolhe, sejam brancos, negros, asiáticos ou índios e são um convite à oração e à contemplação.

O culto e a devoção a Maria fazem parte da identidade católica dos cristãos. Embora a Igreja lhe preste culto na liturgia, é na devoção que se manifesta com mais intensidade a veneração dos fiéis.

A imagem de Maria, mãe, consoladora dos aflitos, intercessora e medianeira de todas as graças é muito forte na religiosidade dos cristãos católicos. Maria é a mãe de Cristo e da Igreja e assim os fiéis se sentem amparados por aquela mãe muito próxima deles.

As devoções partem do coração, do amor filial a Maria; foram surgindo ao longo do tempo; algumas permaneceram e foram incorporadas pelo clero, outras foram substituídas ou reformuladas; a intensidade também varia de comunidade para comunidade. As mais presentes nos dias de hoje são: o rosário, as novenas, as promessas, as romarias, e diversas fórmulas de consagração. Todas estas manifestações são válidas porque ajudam a manter a fé no mistério da Santíssima Trindade. São também meios de evangelização; com a proteção de Maria os fiéis chegam a Cristo, o centro da vida espiritual.

É o seu exemplo de seguimento, de submissão à vontade do Pai e da abertura à ação do Espírito Santo que devem nortear a caminhada em busca da santidade por todos os fiéis.

O rosário surgiu como oração dos simples, que não sabiam ler e não podendo recitar os salmos, recitavam as cento e cinquenta Ave-Marias meditando sobre toda a vida de Jesus nos mistérios da alegria, da dor e da glória (cf. BIGOTTO, 2011, p. 196).

O rosário é a oração que tem importante fundo cristológico. A terça parte, conhecida como terço, é uma coroa de cinquenta rosas intercaladas dez a dez por um pai-nosso. O rosário, até 2002, era composto de cento e cinquenta Ave-Marias; em cada uma das dezenas, um mistério da vida de Jesus é meditado: mistérios gozosos, gloriosos e dolorosos. Os mistérios gozosos são os mistérios da alegria; medita-se sobre o anúncio da vinda do Salvador e os primeiros anos de sua vida terrena. Os mistérios gloriosos indicam a glória do Senhor e de Maria. Os mistérios dolorosos remetem à dor do fim da vida humana do Filho de Deus.

Em 2002, o papa João Paulo II, em sua carta apostólica *O Rosário da Virgem Maria*, propôs o acréscimo dos mistérios luminosos para meditar sobre a missão de Jesus. O rosário passou a ter, então, quatro terços (cf. MURAD, 2016, p. 215).

O terço - como o próprio nome o indica: terça parte do rosário - é oração diária de muitos dos devotos de Maria e também muitos grupos de fiéis se reúnem para rezá-lo. Quando bem rezado, meditando sobre os mistérios da vida e missão de Jesus, leva a um profundo encontro com Ele, ao mesmo tempo em que contempla a invocação a Sua mãe.

A Introdução da Carta Apostólica do papa João Paulo II *Rosarium Virginis Mariae* fala assim do rosário:

“O Rosário, de facto, ainda que caracterizado por sua fisionomia mariana, no seu âmago é oração cristológica. Na sobriedade dos seus elementos, concentra a *profundidade de toda a mensagem evangélica*, da qual é quase um compêndio. Nela ecoa a oração de Maria, o seu perene *Magnificat* pela obra da Encarnação redentora iniciada no seu ventre virginal.

Com ele, o povo cristão *frequenta a escola de Maria*, para deixar-se introduzir na contemplação da beleza do rosto de Cristo e na experiência da profundidade do seu amor. Mediante o Rosário, o crente alcança a graça em abundância como se as recebesse das mesmas mãos da Mãe do redentor” (RVM 1).

A novena tem longa tradição na Igreja Católica. É um período de nove dias consecutivos com orações de súplicas, agradecimentos ou pedidos para viver uma vida cristã mais profunda. São muitas as novenas dirigidas a Maria; as mais comuns são: novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Nossa Senhora das Graças, de Nossa Senhora Medianeira e de Nossa Senhora da Medalha Milagrosa.

As romarias ou peregrinações são viagens a santuários, feitas em grupo ou individualmente para agradecer uma graça recebida ou para pagar uma promessa por ter algum pedido realizado. O termo romaria tem origem nas viagens feitas a Roma e hoje se aplica a viagens aos Santuários e a lugares sagrados. As distâncias podem ser curtas ou longas, percorridas a pé, a cavalo, de carro ou de ônibus, não importa o meio de locomoção; elas proporcionam aos fiéis uma profunda experiência de fé.

Nas romarias aos santuários marianos, através de Maria, contemplando as imagens da Virgem, o que os fiéis buscam é o encontro com o Sagrado, com o Divino.

Chegar aos santuários, colocar-se diante da imagem da Virgem Maria, faz o crente sentir-se no coração da mãe e abraçado por Deus.

A consagração a Nossa Senhora é prática comum entre os cristãos católicos que entendem Maria medianeira de todas as graças. Ao se consagrar a ela, os cristãos católicos se sentem protegidos pela mãe que vela pela vida de seus filhos.

Na liturgia ou nas manifestações devocionais, Maria é lembrada como a mulher que foi escolhida para uma missão especial no seio do povo de Deus e que com seu *fiat* e seu exemplo de seguimento de seu Filho tem lugar de destaque no coração dos cristãos católicos. A Maria de Nazaré, humilde jovem que com seu *fiat* abriu o caminho para o seguimento de Jesus, se faz presente na vida da quase totalidade dos cristãos católicos.

Na América Latina e, em especial, no Brasil, a Igreja Católica tem um acentuado perfil mariano. O Documento de Aparecida que firma as diretrizes e os rumos para a Igreja no continente, destaca Maria como discípula e missionária (cf. DAp 6,1.4),ressalta que a Maria dos Evangelhos, mulher forte e mãe, é a grande missionária e continuadora da missão de seu Filho, mas é também formadora de missionários; nela os cristãos encontram inspiração para se tornarem verdadeiros discípulos e seguidores de Jesus.

No Brasil, o documento 105 – Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade - reforça o Documento de Aparecida chamando a atenção para o perfil mariano da Igreja, que ilumina a compreensão do papel dos leigos. (...) *“Em Maria, mulher leiga e santa, os fiéis leigos e leigas encontram razões teológicas para a compreensão de sua identidade e dignidade no povo de Deus”* (CNBB, doc. 105, 115).

Tanto no seio da Igreja quanto no coração dos fiéis, Maria, depois da Trindade, ocupa o lugar mais especial. Sua figura desperta generosa veneração pelo seu modo de viver o seguimento de seu Filho. Seguir seu exemplo, tentar viver a fé profunda que ela viveu, significa aproximar-se sempre mais do seu filho Jesus.

Maria foi a primeira que amou Jesus, que O acolheu, que Lhe abriu o coração e tornou-se a primeira seguidora e a primeira missionária. Louvar Maria é também agradecer por sua vida, por seu acolhimento e pedir que como mãe, acolha também em seu coração todos os cristãos que tem para com ela um sentimento filial.

Todo culto e devoção dedicados a Maria são manifestações de fé no seu Filho e a esperança de um novo tempo no novo Reino que Ele veio anunciar. Através de Maria, templo de Deus, os cristãos católicos louvam e glorificam Jesus e toda a Trindade.

O culto e devoção a Maria fortalecem a fé dos cristãos e os mantêm na constante busca da santidade rumo à eternidade. Dirigindo orações à Virgem, os cristãos se mantêm em ligação com seu filho Jesus.

Incorporar o modo de ser de Maria, todas as suas virtudes, é aspiração dos que a ela recorrem. É procurando viver como ela viveu que torna cada um dos fiéis um cristão autêntico, que vive de acordo com a vontade do Pai conforme ensinou seu Filho Jesus. Assim, será possível conquistar um mundo melhor, com menos desigualdades, em que todos se reconheçam filhos de Deus e irmãos de Jesus.

4 DIÁLOGO CATÓLICO – ANGLICANO EM TORNO DE MARIA

Um dos sentidos etimológicos de ‘diálogo’ indica antagonismo de entendimento (intelecção) sobre determinados temas que integram, no caso, a cultura religiosa católica e anglicana. Daí a se buscar o outro sentido de ‘diálogo’, que é o que confere a possibilidade de, através dele, serem encontrados pontos em comum, convergentes (antes, se opunham um ao outro) que permitam uma caminhada de fé autêntica e eficaz a conduzir a uma autêntica vivência do Evangelho do Reino.

No século XVI, as igrejas oriundas do processo de Reforma provocado por Martinho Lutero rejeitaram as devoções marianas na forma como a tradição católica apresentava. Essas igrejas ficaram apenas com as citações bíblicas sobre Maria, não desenvolvendo uma doutrina própria sobre temas como concepção virginal, maternidade de Jesus, assunção, entre outros.

A Igreja de Roma se encontrava enfraquecida porque conduzida por um clero com excessivo poder econômico, com prestígio moral em baixa e pouca preocupação com a condução espiritual dos fiéis. O clima era propício para questionamentos e busca de mudanças.

Enquanto na Alemanha a Igreja sofria rupturas decorrentes da implementação da teologia proposta por Lutero, outros reformadores surgiam na Europa, entre eles Calvino (1509-1564), um teólogo francês que defendia a ideia da predestinação do homem para a salvação ou para a perdição e que se referia a Maria como “um tesouro de graça”. Suas ideias, juntamente com as ideais de Lutero, contribuíram para a reformulação da Igreja da Inglaterra.

Depois do rompimento com Roma, Lutero não abandonou as reflexões sobre a Virgem Maria ao enfatizar que toda a doutrina mariana deve ser compatível com a Sagrada Escritura e a justificação pela fé. Calvino em suas pregações e em seus comentários bíblicos também reflete sobre Maria e sua posição em relação a Cristo e à Igreja.

A Igreja Anglicana é herdeira dessas duas vertentes da Reforma. Suas Províncias, Dioceses ou Paróquias - embora estejam em comunhão com a Sé de Cantuária, sendo autônomas e autocéfalas -, assumem diferentes práticas e diferentes atitudes nos diversos países e em diversas culturas. Umas são mais

católicas - as anglo-católicas, outras mais reformadas, umas são tradicionais outras são carismáticas.

Na tradição anglicana, todavia, Maria é honrada e respeitada por ter trazido ao mundo o Salvador. Embora os cristãos anglicanos não a entendam como intercessora e a ela não dirijam orações, ela é um ponto de união entre católicos e anglicanos.

Partindo deste consenso em torno da figura de Maria e desde os primórdios da Igreja Episcopal Anglicana, o diálogo entre as duas igrejas a respeito da mãe do Salvador tem se mantido e se aprofundado ao longo dos séculos; tanto teólogos quanto autoridades eclesiais anglicanas têm procurado esclarecer o papel da Virgem na história da salvação e quão merecedora de honras ela pode ser.

No século XVIII, John Wesley (1703-1791), clérigo anglicano e iniciador do movimento que deu origem à Igreja Metodista, escreveu em “Carta a um Católico Romano:

“Creio que Ele (Jesus) foi feito homem ligando a natureza humana à divina, numa Única Pessoa, tendo sido concebido pela extraordinária atuação do Espírito Santo, e nascido da abençoada Virgem Maria, que, tanto antes, como depois de O ter concebido, continuou virgem e imaculada” (KLEIN, 2012, p. 110).

No século XIX, líderes do Movimento de Oxford enalteceram, em suas obras, a Virgem Maria [John Keble – (“*O ano cristão, 1827*”) , Edward Bouverie Pusey – (“*The Doctrine of the Real Presence, 1855*”) e John Henry Newman – (“*An essay on the development of Christian doctrine, 1889*”)]. John Newman aderiu, em 1846, à Igreja Católica Romana e foi elevado a Cardeal.

No século XX, A. Allchin, em “*O testemunho da Comunhão Anglicana*”, publicado na revista *Concilium*, de abril de 1966, escreveu sobre os dogmas marianos promulgados pela Igreja de Roma em 1854 e 1950, assim:

“A Comunhão Anglicana talvez seja o único lugar da Cristandade em que um número considerável de fiéis que acreditam nestas doutrinas e vive juntamente, dentro do mesmo corpo, com outros que não acreditam.”

O autor observa que apenas uma minoria aceita as duas doutrinas; mesmo assim não como partes primárias da fé, mas como verdades secundárias, merecedoras de um devido lugar na devoção cristã, mas subordinadas às verdades

que são primárias, em citação a considerações feitas por H.S. Box (cf. KLEIN, 2012, p. 111).

De sua vez e também no século XX, o teólogo anglicano John Macquarrie (*in* Maria para todos os cristãos) asseverava, a respeito do dogma da Assunção:

“Há ainda uma considerável confusão entre os anglicanos no que concerne à comemoração adequada da Bem-aventurada Virgem na liturgia e dos acontecimentos específicos de sua vida que devem ser celebrados. Sem dúvida, a confusão acabará se resolvendo, e uma abertura neste sentido já foi feita na Escócia e nos Estados Unidos. Os ventos sopram na direção certa, na minha opinião, mas soprarão com força maior se houver um maior entendimento da posição de Maria na fé e na devoção cristãs em vez de insistir em elevar a crença da Assunção à categoria de dogma. A promulgação de um dogma pela autoridade papal é ainda um problema para muitos anglicanos que buscam um estreitamento das relações com Roma, e não duvido de que é esta questão da autoridade, e não uma divisão profunda em torno da pessoa de Maria, que torna o dogma da Assunção um motivo de controvérsia”(MACQUARRIE, 2006, p. 91, 92).

Um dos documentos mais recentes, resultante deste constante diálogo entre as duas denominações, é *Maria: graça e esperança em Cristo*, publicado em 2 de fevereiro de 2004 pela Comissão Internacional Anglicano-Católica (ARCIC), elaborado por autoridades da Igreja Católica Romana e da Comunhão Anglicana.

As autoridades eclesiásticas das duas comunhões de fé reunidas em Seattle (USA), tendo como base as Sagradas Escrituras e a Tradição comum dos tempos anteriores à Reforma, refletiram, a respeito de Maria, sobre os pontos de unidade que permanecem nas duas comunhões, sobre os pontos divergentes e como superá-los na busca da unidade sonhada, a *koinonia*¹⁰.

No Brasil, desde 1982, existe a CONAC (Comissão Nacional Anglicano-Católica) que estão em constante diálogo sobre temas comuns à prática religiosa das duas igrejas, entre elas o culto mariano¹¹.

Outros teólogos e estudiosos da religião pertencentes à comunhão anglicana, isoladamente ou em conjunto com teólogos de outras denominações, têm

¹⁰ Koinonia é um substantivo do adjetivo koinon (“comum”) que designa uma sociedade ou mesmo uma comunidade no sentido de convivência e apoio mútuo. No contexto da polis grega, designa as relações que cidadãos iguais possuem entre si, com aspectos comunitários e coletivos. Na koinonia politike, cidadãos, tanto aristocratas, como proprietários medianos, ou mesmo os camponeses, são iguais no campo de batalha e cada cidadão cobre seu companheiro. Ou seja, todos lutam pelo bem-comum (<https://revistas.pucsp.br/index.php/reveleiteo/article/download/28601/20093> - acesso em 13/11/2017).

¹¹ Home Page da Casa da Reconciliação.
www.casadareconciliacao.com.br/organismosecumenicos/conac, acesso em 2/11/2017.

refletido sobre a Virgem Maria e várias obras com esse tema tem sido publicadas ao longo dos anos.

O presbítero e teólogo anglicano Reverendo John Macquarrie (1919-2007), membro da Sociedade Ecumênica da Bem-aventurada Virgem Maria, em seu livro *Maria para todos os cristãos* - cuja primeira publicação data de 1990, ao discorrer sobre a importância de Maria no diálogo ecumênico, aborda temas controversos, como os dogmas marianos e as devoções católicas, e conclui com a convicção de que em Maria é possível encontrar motivos para a reconciliação dos cristãos .

No ano de 2006, Scot Mcknight (1953-), também teólogo anglicano, publicou o livro *A Verdadeira Maria* com o subtítulo: *podem os cristãos evangélicos acolher a mãe de Jesus?*

O autor inicia sua obra dizendo que algumas controvérsias teológicas acabaram ofuscando a verdadeira Maria. A mulher que livremente aceitou os desígnios de Deus para sua vida e acompanhou o Filho que gerou até a cruz, é merecedora de respeito e exemplo de fé a ser seguido, pois ela verdadeiramente direciona os cristãos a seu filho Jesus. A verdadeira Maria é aquela dos primeiros séculos do cristianismo, que teve sua imagem deturpada por teólogos e fiéis no decorrer dos séculos.

O teólogo anglicano Tim Perry e o padre jesuíta Daniel Kendall, sj, fizeram, em 2013, dar a público o livro *A Santíssima Virgem Maria*, em que produzem uma análise da história da devoção mariana ao longo dos séculos e comentários sobre várias obras que no decorrer dos tempos foram escritas por teólogos e estudiosos da religião.

As reflexões conduzem sempre à intenção das duas comunhões, anglicana e católica, de caminhar juntas e se respeitando mutuamente, sem abrir mão de suas crenças e tradições.

Com a abertura ecumênica proporcionada pelo Concílio Vaticano II, os diálogos interconfessionais cresceram e muitos grupos evangélicos se dedicaram ao estudo do papel da Virgem Maria na caminhada de fé dos cristãos.

Na segunda metade do século XX, o grupo de Diálogo Luterano-Católico nos Estados Unidos publicou uma série de ensaios sobre a Virgem Maria, seu papel em relação a Cristo e à comunhão dos santos e neles registrando pontos de convergência e pontos de divergência entre as duas comunhões.

Na Europa, um grupo composto por católicos, luteranos e outros cristãos reformados, de língua francesa, denominado Grupo de Dombes, publicou o documento *Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos santos* em que juntos refletem sobre as diferenças entre suas crenças em relação a Maria e se elas realmente são motivo de divisão entre as igrejas.

O grupo norte-americano Evangelicals and Catholics Together (Evangélicos e Católicos Juntos), fundado em 1994, publicou, em 2015, o livro *Evangelicals and Catholics Together at Twenty*, que contém as reflexões resultantes dos vinte anos de diálogo; dentre elas, a que consta do capítulo VII (artigo dado ao conhecimento público no final de 2009) com o título: “Do Whatever He Tells You. The place of the Blessed Virgin Mary in Christian Faith and Life” (“Fazei tudo o que Ele vos mandar. O lugar da Santíssima Virgem Maria na fé e na vida dos cristãos”) (cf. PERRY, KENDALL, 2015, p. 109).

Como o título já diz, a intenção é fazer um exame conjunto entre católicos e evangélicos do papel de Maria na vida e na fé dos cristãos e tendo como referência a Sagrada Escritura; é nela que está a verdade, verdade que pode reconduzir à unidade.

Embora Maria não seja objeto de culto e louvor de todos os cristãos, no decorrer dos tempos, católicos e não católicos tem refletido sobre a vida e o legado desta humilde jovem de Nazaré, que livremente abandonou seus sonhos para assumir a grandiosa missão de inaugurar um novo tempo para o povo de Deus.

Assumindo a maternidade divina, Maria tornou-se a mulher que exerceu influência já nas comunidades primitivas e há mais de dois milênios se faz presente na vida cultural, social e política do Ocidente influenciando gerações após gerações.

4.1 DIFERENÇAS E DIVERGÊNCIAS

A crença dos cristãos católicos e conseqüentemente o culto e a devoção dedicados a Maria têm seu fundamento nas Escrituras e na Tradição. Já os cristãos pertencentes às igrejas oriundas da Reforma e pós-Reforma, para justificar a ausência de Maria em suas orações ou manifestações de fé, usam o argumento de que as Escrituras nada falam a respeito desta ou daquela crença a respeito dela ou não reconhecem a autoridade do magistério eclesial para proclamar verdades de fé.

Para os cristãos católicos, a Sagrada Escritura contém os ensinamentos que fundamentam a fé, porém creem também nos ensinamentos da Tradição e no magistério eclesial. Foi o próprio Jesus que falou aos discípulos sobre a vinda do Espírito Santo e que com eles permaneceria para sempre (cf. Jo 14, 16). O Espírito Santo, sempre presente, dará continuidade à obra de Jesus em inspirando seus seguidores para cumprirem a missão da continuidade da implantação do Reino.

A comunhão anglicana diferentemente de outras igrejas oriundas da Reforma, aceita e respeita a tradição patrística, mas também acolhe a doutrina reformada da *sola gratia* e *sola Escripura* (cf. AQUINO, 2004, p. 1).

Decorrente do acolhimento da doutrina reformada, surgem as diferenças e divergências entre as comunhões católica romana e a comunhão anglicana. Em relação a Maria, a igreja da Inglaterra continuou aceitando a doutrina da igreja primitiva, diferentemente de outras igrejas reformadas; fato este que fez com que se mantivesse este elo com a Igreja de Roma. Essa proximidade tem proporcionado encontros e diálogos entre os representantes das duas comunhões em torno da figura de Maria (cf. NASCIMENTO, p. 4).

Os documentos resultantes dos diálogos entre a comunhão anglicana e a católica romana tem o objetivo de aproximar as duas comunhões, mas nem sempre encontram recepção plena entre os cristãos anglicanos e católicos. Os documentos são resultantes do esforço comum de chegar à unidade, o que não significa uniformidade. Eles trazem uma releitura das diferenças e divergências, com perceptível respeito mútuo e empenho para chegar a uma convergência teológica.

A interpretação das Escrituras de acordo com os anglicanos cria um ponto de divergência com os cristãos católicos quanto à interseção de Maria e dos santos. Embora reconheçam a Comunhão dos Santos, a ideia de que eles possam ouvir os clamores dos que na terra permanecem, e por eles interceder junto a Deus Pai, não é aceita pelos anglicanos (cf. AQUINO, 2004, p. 4).

Cristãos católicos e anglicanos reconhecem Maria como a Virgem mãe do Salvador, todavia, divergem quanto ao culto e ao louvor a ela dirigidos. Na comunhão anglicana todo culto e louvor é dirigido à Trindade. Os cristãos anglicanos louvam a Deus pelo que Ele tem feito em favor de seu povo através de Maria; com o canto do Magnificat eles prestam louvor a Deus com ela (cf. ARCIC, 2006, p. 52).

As orações são “com” os santos, sendo que a Comunhão dos Santos é entendida como a comunhão dos que aqui na terra estão unidos a Cristo como

membros vivos de seu Corpo Místico e com os que já se encontram na glória celeste, entre eles Maria que ocupa um lugar especial. As orações são dirigidas ao Pai por meio de Cristo sendo este o único mediador.

Maria ocupa um lugar especial na economia da salvação, mas o reconhecimento de seu papel não deve obscurecer a doutrina de Cristo e da Igreja. A mediação de Maria não é reconhecida; a única mediação entre Deus Pai e seus filhos se dá por Jesus Cristo (cf. NASCIMENTO, p. 4).

Na comunhão anglicana, não existe a prática de pedir a Maria e aos santos que alcancem graças junto a Deus Pai em favor dos que aqui na terra permanecem. A oração da “Ave Maria” é aceita na sua primeira parte, mas é reticente quanto à segunda, ao dizer: “...rogai por nós...”. Na liturgia, Maria é mencionada, mas não destacada; a ela não são dirigidos louvores ou preces.

Outro ponto em que não acontece convergência plena entre as comunhões católica romana e anglicana são os quatro dogmas marianos: Maternidade Divina, Virgindade Perpétua, Assunção e Imaculada Conceição.

O dogma da Maternidade divina é aceito por praticamente todas as igrejas oriundas da Reforma, entre elas a igreja anglicana. A compreensão que se tem é que o termo *Theotokos* (mãe de Deus), surgiu de um debate cristológico e não mariológico, afirmando que Jesus é verdadeiramente homem, porque gerado em um ventre humano, mas é também verdadeiramente Deus porque gerado sob a ação do Espírito Santo. Católicos e anglicanos entendem que o termo não traz consigo a ideia de que Maria, como mãe de Deus tenha existido antes Dele; pelo contrário, *Theotokos* apenas reforça a divindade de Jesus, o Filho que Deus enviou ao mundo para propor uma nova aliança. Os anglicanos aceitam plenamente este dogma pois entendem que ele diz mais de Cristo do que de Maria ao pôr em relevo a divindade do Filho e não da mãe (cf. ARCIC, 2005, p. 50).

O dogma da Virgindade de Maria, por sua vez, é motivo de consenso entre católicos e anglicanos. Estes entendem que também este dogma exalta a divindade de Jesus como professado no Credo apostólico: “concebido pelo Espírito Santo e nascido da Virgem Maria”. A concepção de Jesus se deu de maneira especial, por ação divina; logo, proclamar a virgindade da mãe ao conceber é exaltar a divindade do Filho. O que gera certo desconforto para alguns cristãos anglicanos é a afirmação da virgindade perpétua.

Para os cristãos reformados, a alusão à virgindade perpétua de Maria não tem significado fisiológico por entenderem que Maria teve outros filhos com seu esposo José, conforme relatos dos Evangelhos: (Mc 3,31-35; Mc 6,3; Mt 12, 46-50; Lc 8,19-21).

A virgindade de Maria é entendida como um sinal de pureza, castidade, sincera abertura ao projeto divino, obediência e fidelidade a Cristo (cf. ARCIC, 2005, n.31). Assim entendido, esse dogma tem recepção plena na comunhão anglicana, tanto que, na maioria das vezes, a referência a Maria é feita como Santíssima Virgem Maria.

Os outros dois dogmas marianos sofrem sérias restrições nas igrejas reformadas, por entenderem estas que os dogmas foram proclamados apenas por uma parcela da Igreja de Cristo, a Igreja Católica Romana, e os cristãos reformados não foram chamados a participar do debate (cf. AQUINO, 2015, p. 6).

A crença na Imaculada Conceição tem sido motivo de discussão e controvérsia desde a igreja primitiva. Teólogos como Sto. Alberto Magno, S. Bernardo, S. Boaventura se opunham à ideia entendendo que a purificação da Virgem tenha se dado no ventre materno após a concepção. Não existe, portanto, uma aceitação plena desta crença desde antes da Reforma, o que reforça os argumentos de parte dos anglicanos para a não aceitação do dogma (cf. PELIKAN, 2000, p. 263).

A doutrina e devoção mariana católica foi influenciada pelas polêmicas católico-protestantes, que resultaram em expressivo crescimento do fervor e da espiritualidade popular mariana. O culto mariano passou a conter certos exageros, fenômeno que, de certa forma, contribuiu para a proclamação dos dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção.

A proclamação dos dois dogmas sofreu influência decisiva no senso dos fiéis (*sensus fidelis*) e não tem sólido fundamento nas Escrituras, algo que contraria a teologia dos reformadores.

Os reformadores que aceitaram Maria sempre virgem, entre eles Lutero, tinham a intenção de enfatizar que o Salvador, embora todo humano, não era pecador.

Além da falta de catolicidade na proclamação do dogma da Imaculada Conceição, a divergência se dá também quanto à infalibilidade papal e à imposição da crença neste dogma a todos os fiéis (cf. ARCIC, 2005, p. 49).

Na bula *Ineffabilis Deus* (1854), o papa Pio IX declarou a doutrina do dogma infalível e exigiu a crença de todos os fiéis: "...Esta doutrina, pois, deve ser crida firmemente e inviolavelmente por todos os fiéis" (BOFF, 2010, p. 33).

Essas declarações papais geraram e geram divergências e conflitos entre cristãos católicos e reformados quando tomadas ao pé da letra. O fato de Maria ter sido concebida sem o pecado original é aceita por grande parte dos cristãos que entendem que esta não deve ser uma verdade dogmática imposta a todos os crentes.

De sua vez, o dogma da Assunção é rejeitado por parte dos cristãos anglicanos, que não aceitam que ela tenha sido corporal. Ela foi chamada à presença de Deus da mesma forma que ocorrerá com todos que morrerem na graça.

Entre as igrejas reformadas, a Igreja Episcopal Anglicana é a que mais preservou a teologia da igreja dos primórdios e como consequência é a que mantém a maior proximidade com a Igreja Católica Romana.

Decorrente do fato de as Igrejas da comunhão anglicana serem autônomas, as diferenças e divergências variam de comunidade para comunidade. Aquelas que foram mais receptivas às mudanças trazidas pelos reformadores se distanciaram mais da Igreja Católica Romana como um todo e as que não sofreram grande influência da teologia reformada se mantêm muito próximas da Igreja Católica Romana (cf. AQUINO, 2005, p. 1).

Como consequência destas diferenças, o reconhecimento do papel de Maria na economia da salvação varia de comunidade para comunidade.

As divergências que permanecem são como feridas provocadas pela ruptura e que não foram ainda cicatrizadas. Os rancores, desamores e até ódios gerados nos tempos iniciais da separação permanecem como sombras que geram dificuldades de entendimento de posições que não são antagônicas; pelo contrário, são similares com interpretações distintas e que, por falta de diálogo, não são mutuamente reconhecidas.

As diferenças e divergências que permanecem são em relação à doutrina e aos cultos marianos. Com relação à pessoa de Maria e à Comunhão dos Santos, as duas comunhões entendem que são exemplos de vida que fortalecem a fé e que Maria deve ser honrada como Virgem Santíssima e mãe de Deus, mas discordam quanto à intercessão. A crença de que os Santos e Maria possam interceder a Deus

Pai por algum pedido feito por fiéis aqui na terra não é partilhada pela comunhão anglicana.

Os dogmas marianos recentes, Imaculada Conceição e Assunção, são questionados não tanto pelas verdades contidas mas pelo modo de proclamação. Teria o papa autoridade para impor uma verdade dogmática que não passou por discussões em um concílio ecumênico? Não seria antes necessário detectar nas Escrituras essas verdades? Esse discernimento só é considerado autêntico quando feito em um Concílio (cf. ARCIC, 2005, n. 62).

4.2 DOCUMENTOS DO DIÁLOGO

O órgão oficial do diálogo teológico entre a Igreja Romana e a Comunhão Anglicana é a Comissão Internacional Anglicano-Católica Romana (ARCIC), criada em 1970 e composta por lideranças das duas comunhões, com a participação de dez (10) anglicanos e oito (8) católicos. As publicações das declarações conjuntas, que resultam dos encontros realizados, são de responsabilidade desta comissão¹².

As declarações não são documentos oficiais nem da Igreja Católica Romana, nem da Comunhão Anglicana; são documentos propostos para reflexão, avaliação e sujeitos a revisões.

A declaração que tem como foco Maria havia sido anunciada em 1999 e foi publicada em 2005 com o título *Maria: graça e esperança em Cristo*. A inspiração para a publicação veio da encíclica *Ut unum sit* do papa João Paulo II (1995), em que no item 79 fala de Maria como “Mãe de Deus e Ícone da Igreja”.

O documento não desfaz todas as divergências teológicas que separam as duas comunhões, pois, como antes se averbara, os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção continuam os principais pontos de conflito.

Em 1981, a ARCIC, na declaração “A autoridade na Igreja II”, já chamava a atenção para as divergências com relação aos dogmas: “...levantam um problema particular para os anglicanos, que não consideram que as definições precisas dadas por estes dogmas estejam suficientemente apoiadas nas Escrituras”.

¹² Serviço de Notícias da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil; www.sn.ieab.org.br, acesso em 02/10/2017.

Passados quase vinte anos em que o diálogo se manteve, as divergências, embora amenizadas por interpretações diversas, permanecem.

O documento de 2005 é dividido em quatro seções. A primeira - *Maria segundo as Escrituras* - reflete sobre o papel de Maria na Sagrada Escritura; reconhece que “é impossível ser fiel à Escritura e não levar Maria a sério”.

O parágrafo 30 traz a seguinte declaração ao resumir o entendimento da comissão sobre os relatos bíblicos a respeito de Maria:

“O testemunho bíblico convoca todos os que creem, em qualquer geração, a chamar Maria de ‘bem-aventurada’; esta mulher judia de origem humilde, esta filha de Israel que vive na esperança de justiça para o pobre, a qual Deus abençoou e escolheu para se tornar a virgem mãe de seu Filho por meio da descida do Espírito Santo. Devemos bendizê-la como ‘serva do Senhor’, que deu livre consentimento para o cumprimento do plano de salvação de Deus; como mãe que guardou todas as coisas em seu coração; como uma refugiada buscando asilo em terra estrangeira; como a mãe transpassada pelo sofrimento inocente de seu próprio filho; e como mulher à qual Jesus confiou seus amigos” (ARCIC, 2005, n. 30).

A segunda seção - *Maria na tradição cristã* - incursiona sobre o tempo da igreja indivisa, que compõe a tradição comum: os primeiros concílios, os Padres da Igreja, que foram os primeiros teólogos do cristianismo. Foi neste tempo da igreja primitiva que a afirmação da virgindade de Maria se estabeleceu, ao partir do princípio de que a concepção pela ação do Espírito Santo confirma a divindade de Jesus. Também a virgindade perpétua de Maria foi afirmada pelos Padres da Igreja sendo que a virgindade não é entendida apenas como integridade física, mas como total abertura e obediência a Cristo, o que faz de Maria um perfeito modelo de discipulado e de fecundidade espiritual. Por igual, o termo *Theotokos* (Mãe de Deus) é atribuído a Maria neste tempo. O documento afirma que católicos romanos e anglicanos, juntos, professam Maria como *Theotokos* baseados na decisão do Concílio de Éfeso e na declaração de fé de Calcedônia:

“Um só e mesmo Filho [...] gerado segundo a divindade antes dos séculos pelo Pai e, segundo a humanidade, por nós e para nossa salvação, gerado da Virgem Maria, Mãe de Deus” (ARCIC, 2015, n. 34).

As duas comunhões veem Maria como a Nova Eva e símbolo da Igreja, crenças estas herdadas da Tradição e concluem que Maria está inseparavelmente ligada a Cristo e à Igreja.

Segue a reflexão sobre o crescimento das devoções marianas na Idade Média e as controvérsias teológicas que surgiram. O documento evidencia também que a reação dos reformadores contra tais excessos foi decisiva para a ruptura com a Igreja de Roma que, na interpretação radical das Escrituras, firmaram a crença de que Jesus é o único mediador entre Deus e a Humanidade. Essa posição contrariava a religiosidade popular e até as ideias de alguns teólogos que tinham em Maria uma mediadora de graças e até fazedora de milagres.

Os reformadores ingleses continuaram a acolher a doutrina da Igreja primitiva no que dizia a respeito de Maria (cf. ARCIC, 2005, n. 44, 45). O entendimento é que as Escrituras dizem que Maria foi preparada para ser a mãe do Redentor e, pelo seu consentimento e doação plena ao plano de Deus, ela deve ser exemplo de santidade, obediência e fé para todos os cristãos. Ela é digna de louvor com a comunhão dos santos e declarada sempre Virgem.

Na terceira seção - *Maria como exemplo de graça e esperança* -, Maria é vista como aquela que ocupa um lugar especial na economia da graça por ter sido escolhida por Deus para dar à luz o Cristo. Saudada pelo anjo Gabriel como “cheia de graça” ela livremente respondeu ao chamado divino. Nesta saudação do anjo e na pronta aceitação de Maria está implícita sua preparação anterior; Deus operava nela desde o início e a preparou para carregar em sua própria carne o novo Adão (cf. ARCIC, 2005, n. 55).

O documento esclarece que, embora não haja nas Escrituras um relato explícito sobre o fim da vida de Maria, existem algumas passagens que dão o modelo da escatologia¹³ antecipada; assim se torna transparecido na narrativa de Estevão (cf. At 7, 54-60); na promessa de Cristo crucificado ao ladrão que pedia clemência (cf. Lc 23,43); no relato de que Elias subiu ao céu em meio à tempestade (cf. 2Rs 2,11); no caso de Henoc, que foi arrebatado por Deus (cf. Hb 11,5; cf. Gn 5,24). Considerando estes modelos de escatologia antecipada, Maria pode ser vista

¹³ “Escatologia” é uma palavra de origem grega. É composta por duas palavras: eschaton, que quer dizer “último”, e logos, “doutrina, tratado”. Então, escatologia é o tratado ou a doutrina sobre as últimas coisas. A igreja aparece como parte desse processo escatológico que caminha rumo à casa do Pai: “a igreja visível simboliza a casa paterna para a qual o povo de Deus está a caminho e na qual o Pai ‘enxugará toda lágrima de seus olhos’ (Apocalipse 21, 4). <https://afeexplicada.wordpress.com/2011/11/19/escatologia-o-significado-desta-palavra/> acesso em 13/11/2017.

como discípula fiel, totalmente dedicada a Deus em Cristo e, assim sendo, ela é sinal de esperança para toda a humanidade (cf. ARCIC, 2005, n. 56).

Na reflexão sobre os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção, o parágrafo 60 afirma:

“Concordamos, juntos, que o ensinamento sobre Maria nas duas definições de 1854 e 1950, compreendidas dentro do modelo bíblico da economia da graça e da esperança, delineada aqui, pode ser entendido consoante o ensinamento das Escrituras e das antigas tradições comuns”(ARCIC, 2005,n.60).

A dificuldade surge da definição de dogma, que na compreensão católica, é um ensinamento “revelado por Deus” e que deve ser crido por todos os fiéis. Para os anglicanos, a Sagrada Escritura contém a revelação de tudo o que é necessário para a salvação e nada que não conste nela pode ser aceito como artigo de fé. A dúvida que emerge a respeito das doutrinas marianas é se elas foram reveladas por Deus. Os dois últimos dogmas foram definidos pelo bispo de Roma em consenso com a fé dos fiéis e não por um Concílio. Novamente, os Concílios Ecumênicos ensinam de acordo com as Escrituras e demonstram que as condições necessárias para que um ensino seja de *fide* foram encontradas. Foi assim que aconteceu na definição de *Theotokos*, que é plenamente aceita por anglicanos e católicos. Anglicanos e católicos romanos entendem que as doutrinas da Imaculada Conceição e Assunção devem ser entendidas à luz da verdade mais central: a identidade de Maria como *Theotokos*, que é consequência da fé na encarnação (cf. ARCIC, 2005, n. 62).

Analisando a possibilidade de restauração de uma comunhão plena, a declaração sugere que:

“(...) a adoção de uma perspectiva escatológica poderia aprofundar nossa compreensão partilhada do lugar de Maria, na economia da graça e a tradição da Igreja a respeito de Maria que ambas as comunhões aceitam” (ARCIC, 2005, n. 63).

A declaração traz ainda a seguinte reflexão: para uma futura restauração da comunhão plena, seria pedido aos anglicanos que aceitassem as definições dogmáticas de 1854 e 1950? Os católicos romanos entendem que seria difícil em uma comunhão plena exigir que uns aceitem certas doutrinas e outros não (cf. ARCIC, 2005, n. 63).

A quarta seção reflete sobre *Maria na vida da igreja*. Decorrente da reação dos reformadores contra os excessos da devoção mariana no final da Idade Média - que muito contribuiu para a separação das igrejas, a posição de Maria na Igreja Anglicana foi se tornando divergente da católica romana.

Muitas crenças são comuns, porém com ênfases diferentes. Anglicanos refletem sobre o exemplo bíblico de Maria e a tem como inspiração e modelo de discipulado enquanto que católicos romanos enfatizam o ministério de Maria na economia da graça e a comunhão dos santos.

Nas orações privadas e nas orações litúrgicas os cristãos anglicanos louvam a Deus pelo bem que tem feito em Maria e por meio dela. Ao cantar o Magnificat eles louvam a Deus com ela, como fazem com todo o povo de Deus e a comunhão dos santos.

Católicos e anglicanos são atraídos pela figura materna de Maria e pela mulher que enfrentou as maiores dificuldades, desde a gravidez inesperada até o calvário; os anglicanos, porém, entendem que os cristãos devem ver em Maria a mãe da nova humanidade, que deve ser louvada por sua relação com seu Filho e por sua colaboração na obra redentora de Jesus.

Desde o reconhecimento de Maria como *Theotokos* pelo Concílio de Éfeso, a prática de rogar a Maria para interceder junto ao seu Filho Jesus só tem crescido na Igreja católica romana. O Concílio Vaticano II referendou esta prática afirmando que "(...) a função maternal de Maria em relação aos homens de modo algum ofusca ou diminui a única mediação de Cristo; manifesta antes a sua eficácia" (LG,60).

Os cristãos anglicanos, ao contrário, rejeitam o papel de Maria como intercessora por entenderem que pode obscurecer o papel de Cristo como único mediador, à luz do relato da primeira carta a Timóteo: "Pois há um só Deus, um só mediador entre Deus e os Homens, um homem, Cristo Jesus, que se deu em resgate por todos" (1Tm 5,6).

No entendimento anglicano, a mediação da graça de Deus por meio de seres humanos nos ministérios da Igreja como os ministérios da Palavra e dos Sacramentos, não obscurece a mediação de Cristo porque não permanece ao lado d'Ele mas é feita por meio d'Ele.

Quanto aos santos, as orações são dirigidas a eles, pedindo que orem pelos que aqui na terra permanecem, sem a convicção de que possam exercer qualquer intercessão junto a Deus Pai (cf. ARCIC, 2005, n. 70).

Na conclusão da declaração, fica evidente a disposição de cristãos católicos e anglicanos de buscarem entendimentos que possam conduzir a uma comunhão plena e que isso é possível com uma leitura cuidadosa e ecumênica das Escrituras, iluminada pelas tradições comuns.

Depois de colocadas todas as reflexões sobre o papel de Maria na Igreja e na vida dos fiéis, a crença comum das duas comunhões fica bem explícita e resumida neste item número 78 da declaração:

“Que Maria tem um ministério contínuo que serve o ministério de Cristo, nosso único mediador; que Maria e os santos oram por toda a Igreja e que a prática de pedir a Maria e aos santos para que orem por nós não impede a Comunhão” (ARCIC, 2005, n. 78).

Maria: graça e esperança em Cristo é uma declaração que dá continuidade a reflexões anteriores sobre o papel de Maria na comunhão católica romana e anglicana, é mais um passo na caminhada rumo à unidade sonhada.

O documento, embora esclareça as diferentes ênfases dadas a Virgem Maria nas duas comunhões, não é plenamente aceito pelo clero e pelos fiéis anglicanos.

Uma leitura atenta e cuidadosa esclarece que Maria não pode ser considerada motivo de divisão entre a Igreja Católica Romana e a Igreja Episcopal Anglicana. As duas comunhões sempre que se dirigem a Maria, o fazem em referência a seu Filho. Os pequenos detalhes que diferenciam a devoção e o culto a ela dirigidos não descaracterizam a crença em Maria como a humilde serva escolhida para ser a mãe do Salvador; crença esta comum a anglicanos e católicos romanos. A Virgem Santíssima é sim um elo entre as duas comunhões.

4.3 PERSPECTIVAS PARA CONSENSOS MARIOLÓGICOS

Toda a Igreja cristã tem a mesma origem: a comunidade apostólica formada pelos que acompanharam Jesus na sua peregrinação terrena, entre eles, os apóstolos pessoalmente escolhidos por Ele e também Sua mãe Maria (cf. At 1, 13,14). Hoje, porém, os cristãos não vivem mais esta unidade que certamente foi

desejada por Jesus. A mensagem que Ele veio trazer é única, mas as interpretações são diversas e até divergentes.

A partir dessa pequena comunidade apostólica, a Igreja de Cristo cresceu. Fundamentado nos relatos dos apóstolos e dos que com Cristo conviveram, o Segundo Testamento foi escrito para que as mensagens permanecessem vivas e não fossem deturpadas e ou não se perdessem no tempo.

Fatores sociais, políticos e culturais levam a diversas interpretações das Escrituras o que acaba gerando divergências e conseqüente separação das igrejas. Os antagonismos sociais e culturais acabam gerando separações teológicas e diferentes compreensões da fé cristã vão surgindo.

Desde os primórdios do cristianismo, teólogos e estudiosos da religião tem meditado sobre o que as Escrituras falam de Maria e toda a doutrina, culto e devoção a ela dirigidos são nelas hauridos e fundamentados, embora os cristãos reformados nem sempre tem este entendimento.

Tudo em Maria está ligado à Trindade. Desde o anúncio do anjo, a Trindade se manifesta em Maria. Por obra do Espírito Santo, ela gera o Filho de Deus segundo o anúncio do anjo que fora enviado pelo próprio Pai (cf. UMBRASIL, 2011, p. 135).

Foi por graça divina que ela foi escolhida para colaborar na obra da Redenção e o que fez com que ela acolhesse plenamente o apelo do Senhor foi a sua fé profunda. A sua maternidade fez com que ela fosse a primeira a ser salva, a primeira a ser redimida.

Embora ela tenha papel fundamental na obra da Redenção, não é ela que salva, não é ela que redime. O único salvador e redentor é Cristo.

Se Maria com seu fiat tornou possível a realização do plano divino de enviar ao mundo o filho unigênito de Deus Pai para trazer a mensagem do Reino, é nela - no seu exemplo de fé, de humildade, de disponibilidade - que podemos encontrar saídas para a busca da unidade na vivência do Reino.

Por tudo o que Maria significa na obra de redenção da humanidade é que a doutrina mariana ocupa lugar significativo na Igreja Católica. Dado a certos exageros no culto e na devoção a ela dirigidos, tem-se a impressão de que Cristo ficou de fora; um observador atento, entretanto, perceberá que Ele está sempre subentendido; as orações são sempre dirigidas a Maria com a intenção subliminar de chegar a seu Filho.

O culto e a devoção marianos, muitas vezes impregnados de fatores regionais e culturais, continuam muito fortes entre os fiéis católicos; fatores estes visíveis na devoção mariana do povo brasileiro trazida pelos conquistadores e pregada aos povos conquistados. A festa do Círio de Nazaré é um exemplo claro desse tipo de devoção, bem como a festa em honra a Nossa Senhora da Conceição Aparecida, decorrente da cultura religiosa dos colonizadores portugueses, fiéis devotos da Imaculada Conceição e que davam grande valor espiritual às imagens “aparecidas” (cf. AZEVEDO, 2001, p. 30).

O Concílio Ecumênico Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII, tinha a intenção de inserir a Igreja nos novos tempos e responder aos anseios ecumênicos claramente perceptíveis naquela época. O papel de Maria na Igreja e na vida dos fiéis era motivo de preocupação no que diz respeito à unidade dos cristãos.

Os padres conciliares se mostraram sensíveis aos apelos por uma purificação do culto e da devoção marianos e desde o Vaticano II, graças à abertura ao diálogo ecumênico, alguns progressos já são perceptíveis na busca da unidade reconciliada em relação à sublime missão de Maria na obra da solidificação da nova Aliança entre Deus e a humanidade.

O Concílio é um ponto de partida na intenção da Igreja de melhor situar a Maria dos Evangelhos na liturgia, no culto e na devoção dos fiéis. Os documentos conciliares e pós conciliares denotam claramente esta preocupação.

O capítulo VIII da constituição dogmática *Lumen Gentium* insere Maria no mistério de Cristo e da Igreja; a constituição apostólica *Sacrosanctum Concilium* propôs maior centralidade em Jesus; e a exortação apostólica *Marialis Cultus* foi escrita por Paulo VI com a intenção de reacender o fervor mariano e, ao mesmo tempo, purificar o culto e a devoção marianos ao chamar a atenção para os exageros que dificultam o diálogo ecumênico.

“Sentimos alegria, de fato, ao verificar que uma melhor compreensão do lugar de Maria no mistério de Cristo e da Igreja, também da parte dos irmãos separados, torna mais desimpedido o caminhar para o encontro” (MC 33).

O papa conclui sua exortação solicitando ao clero “um salutar incremento da devoção mariana”.

Embora os documentos eclesiais tragam indicações precisas a respeito do papel atribuído a Maria na Igreja - além de clamarem por uma purificação das

devoções existentes, tanto o clero como os fiéis resistem a mudanças de modos de devoção que estão enraizados na cultura religiosa dos cristãos católicos.

O papa insiste em uma devoção mariana salutar a partir de uma melhor compreensão do lugar de Maria tanto no mistério de Cristo quanto na Igreja. Se muitos fiéis católicos, incluindo parte do clero, desconhecem os documentos, sua aplicação no quotidiano da vida de fé fica prejudicada e as manifestações de devoções Marianas continuam impregnadas dos excessos que foram sendo acrescentados ao longo da história.

Desse modo a verdadeira doutrina da Igreja Católica permanece confinada nos documentos e os cristãos separados são induzidos a interpretações errôneas, o que mantém a distância entre as diferentes comunhões de fé.

A doutrina, a devoção e o culto a Maria vividos na Igreja hoje são resultado de séculos de reflexões em diferentes momentos históricos e em diversas culturas. A divisão das igrejas desencadeada pela Reforma resultou em certos radicalismos por parte de algumas igrejas gerando controvérsias doutrinárias e, também, confrontos para além do plano das ideias; tudo, assim, encaminhando e culminando em atos de violência, mortes de fiéis e destruição de templos.

Se a Igreja Católica, a partir do Concílio Vaticano II, tem acenado para um diálogo com os irmãos separados, este aceno tem trazido consequências muito positivas para a reconciliação. O clima de enfrentamento entre as diferentes comunhões tem dado lugar a um diálogo fraterno e respeitoso.

Muitas das igrejas oriundas da Reforma silenciam a respeito de Maria, não porque a rejeitem – muito ao contrário, reconhecem seu valor na história da salvação -, mas para fazer um contraponto aos exageros das devoções e cultos na Igreja Católica. Para que as diferenças sejam esclarecidas é preciso que todos se abram a um diálogo fraterno que propicie um reconhecimento mútuo de suas doutrinas; o respeito a suas tradições e o objetivo claro de fazer com que Maria seja um ponto de união e não motivo de discórdia ou separação de cristãos são balizas para a convergência e a unidade dos cristãos.

Se parte da Igreja Episcopal Anglicana - a anglo-saxônica - tem um culto a Maria bem próximo da Igreja Católica, o diálogo que conduza a uma vivência comum das duas comunhões fica facilitado e pode ser um ponto de partida para um entendimento maior que conduzirá a Virgem Santíssima ao seu devido lugar no culto

e devoção de católicos e anglicanos e as diferenças doutrinárias e teológicas tendem, progressivamente, a desaparecer.

A Sagrada Escritura é atemporal, suas mensagens são sempre atuais; mas a leitura deve ser feita como discernimento da cultura de cada tempo, como bem adverte o papa Paulo VI na sua Exortação Apostólica *Marialis Cultus*:

“Desejamos, por fim, acentuar que na nossa época, ‘Não diversamente das precedentes, é chamada a aquilatar o próprio conhecimento da realidade com a Palavra de Deus e, para ater-nos ao assunto de que estamos a tratar, a confrontar as suas concepções antropológicas e os problemas que daí derivam com a figura da Virgem Maria, conforme ela está proposta no Evangelho. Desse modo, a leitura das divinas Escrituras, feitas sob o influxo do Espírito Santo e tendo presentes as aquisições das ciências humanas e as várias situações do mundo contemporâneo, levará a descobrir que Maria pode bem ser tomada como modelo naquilo porque anelam os homens do nosso tempo’ ” (MC, 37).

Passados cinco séculos desde o rompimento com a Igreja de Roma, já é tempo de juntos, fazer uma releitura da Maria bíblica com o intuito de buscar a união de todos os cristãos, de curar os pecados cometidos por tantos séculos de separação. Para tanto é preciso uma mente aberta despojada de todos os preconceitos e vaidades humanas, reconhecendo que todos são filhos do mesmo Pai e irmãos de Jesus. O diálogo deve ser entre iguais, entre pessoas e entre instituições sem o pressuposto de uma comunhão superior a outras.

A Maria que os católicos chamam carinhosamente de Nossa Senhora é a serva humilde que, dotada de uma fé profunda e total abertura ao projeto divino, se tornou a primeira missionária e exemplo a ser seguido por todos os cristãos. É esta a mesma Maria que anglicanos e católicos citam nas orações eucarísticas, nos credos e com ela rezam o Magnificat.

Os excessos devocionais dos católicos romanos que podem parecer se distanciarem da Maria dos Evangelhos são decorrentes do sentimentalismo do povo. A figura da mulher que, desde o parto, suporta todas as dores, todos os sofrimentos, da mãe sensível que acolhe todos os filhos em todos os momentos, desperta fortes sentimentos filiais que acabam desvirtuando o culto e devoção. Quando as orações são dirigidas a ela é a seu Filho que querem alcançar, embora esta intenção nem sempre seja explícita.

Com a intenção ecumênica manifestada pela Igreja Católica desde o Concílio Vaticano II, o magistério eclesial tem demonstrado preocupação em centralizar em Cristo todas as orações dirigidas a Maria.

O hoje santo João Paulo II, profundo devoto da Virgem, com sua *Rosarium Virginis Mariae* conclama os fiéis a rezarem o terço, uma oração simples mas que produz muitos frutos. Desde a introdução, e em todo o texto, até a conclusão, ele chama a atenção para o fato de que o rosário é uma oração cristológica: “O Rosário, de fato, ainda que caracterizado pela sua fisionomia mariana, no seu âmago é oração cristológica” (RVM 1).

O Concílio Vaticano II conclama os féis a uma verdadeira piedade mariana. Na medida em que a recepção do Concílio vai acontecendo, os documentos eclesiais vão se adaptando, a teologia mariana vai se desenvolvendo, o culto e a devoção a Maria vão se purificando.

O Documento de Aparecida, que contém indicações pastorais para a América Latina e Caribe, seguindo os apelos do Concílio e procurando melhor situar Maria no culto e na devoção do povo latino americano e caribenho, traz a seguinte menção a ela:

“Como mãe de tantos, fortalece os vínculos fraternos entre todos, estimula a reconciliação e o perdão e ajuda os discípulos de Jesus Cristo a se experimentarem como família de Deus.
Em Maria, encontramos-nos com Cristo, com o Pai e com o Espírito Santo, e da mesma forma com os irmãos” (DAp. 267).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou em 2016 o Documento 105 (Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade) em que ressalta o perfil mariano da Igreja, que tem em Maria um exemplo de fé e caridade, citando o artigo n. 53 da *Lumen Gentium*: “Maria é membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu tipo e modelo excelente na fé e na caridade”.

No ano em que a Igreja no Brasil celebra os 300 anos do aparecimento da imagem de Nossa Senhora nas águas do rio Paraíba do Sul, é perceptível, nos textos elaborados para esta festividade, a preocupação em mostrar Maria como exemplo a ser seguido e como aquela que conduz a Cristo; não a fazedora de milagres, mas a mãe que diz: “Fazei tudo o que ele vos disser!”.

Na apresentação da novena da Festa da Padroeira, de autoria do Pe. João Batista de Almeida, CSsR, este esclarece que os textos da novena e da missa solene foram preparados “a fim de ajudar os devotos a entrar no mistério divino e celebrá-lo com júbilo”. O apelo não é o louvor a Maria simplesmente, mas que este

louvor seja uma forma de se aproximar de seu Filho; ela é louvada e digna de glórias porque nos mostra o caminho para se chegar a Cristo.

Como os documentos evidenciam, a doutrina católica romana do culto e da devoção marianos não propõe uma Maria quase divina, fazedora de milagres; mas uma Maria humilde serva, servidora do Reino e primeira missionária, que deve ser louvada e reverenciada pelo seu papel de destaque na obra da Redenção. É a Maria testemunhada no Segundo Testamento que acolhe a Palavra de Deus e que em seu ventre gera o Filho do Altíssimo.

Para que as controvérsias em relação ao culto e à devoção marianos desapareçam é necessário que esta seja a pauta de muitos encontros, que se realizem à luz da Sagrada Escritura, que levem a um comum entendimento das mensagens bíblicas explicitadas nos documentos e que a impressão passada pela cultura e devoção populares desapareça.

Assim como Lutero se beneficiou do avanço do estado das artes para imprimir textos e para divulgar seus escritos, é preciso que neste tempo em que os meios comunicação se multiplicam de forma intensa, a Igreja faça uso adequado dessas possibilidades e divulgue seus documentos para que possam ser lidos, entendidos e postos em prática pelos fiéis.

Também a questão dos dogmas marianos mais recentes - Imaculada Conceição e Assunção -, que geram divergências entre católicos e cristãos reformados (entre eles os anglicanos), pode ser aclarada.

A reflexão sobre os dogmas deve levar em consideração o contexto histórico em que foram promulgados. As verdades neles reveladas são imutáveis mas devem ser contextualizadas em cada tempo.

Hoje os dogmas da Imaculada Conceição e da Assunção nos transmitem a certeza de que o pecado não triunfa sobre a graça e alimentam a esperança da glória eterna.

Se a Maria tão humana, com sua fé profunda traduzida no seu modo de viver, de seguir seu Filho, foi cumulada de graças e conquistou a glória eterna, o mesmo será concedido aos autênticos seguidores de Cristo (cf. MURAD, 2016, p. 192).

Para um consenso entre anglicanos e católicos é preciso deixar de lado a questão da legitimidade da autoridade papal na proclamação dos dogmas (enquanto forma) e valorizar as verdades (enquanto conteúdo) e o que eles indicam para, a

partir do exemplo de Maria, chegar juntos ao correto caminho a seguir na busca da santidade que conduza à glória eterna.

A figura de Maria pode exercer influência conciliadora para as diferentes tradições cristãs mas também suscita questões que provocaram divisões. Para que se chegue a uma verdadeira reconciliação é preciso que estas questões sejam debatidas (cf. MACQUARRIE, 2006, p. 109).

Maria era uma mulher comum que agraciada por uma vocação especial foi chamada a ser discípula, desafiada a confiar em Deus. Ela enfrentou todos os desafios que os cristãos de hoje enfrentam, portanto ela se constitui em exemplo que nos ensina como seguir Jesus no mundo real, hoje (cf. MCKNIGHT, 2006, p. 158, 159).

A unidade das comunhões deve ser constantemente buscada, dialogando sobre os diferentes entendimentos sobre o papel da Santíssima Virgem Maria na Igreja e na vida dos cristãos. Fundamentados no exemplo desta mulher, poderemos construir um mundo em que os valores cristãos prevaleçam.

A unidade se dará pela busca de sermos todos mais discípulos de Jesus, inobstante os dissensos doutrinários. Na diversidade das doutrinas é preciso buscar a fidelidade ao amor e à justiça do Evangelho.

É preciso dar relevo ao que une e se dar a conhecer sobre o que desune, como irmãos em Cristo e confiantes de que a comunhão plena é possível e será atingida no seu devido tempo. Quando essa comunhão se realizar, juntos cantaremos com ela o *Magnificat* e juntos entoaremos a ela hinos de louvor.

O rompimento da igreja da Inglaterra com Roma não foi radical, os ingleses continuaram com a teologia e a tradição da igreja romana com o acréscimo de algumas ideias reformistas. No que se refere a Maria, católicos e anglicanos reconhecem que ela ocupa um lugar especial na comunhão dos santos mas divergem quanto à devoção mariana. Fiéis ao princípio dos reformadores de *sola Scriptura*, os anglicanos veem em Maria a *Theotokos* que de Deus recebeu toda a graça e reconhecem a concepção virginal tanto que a chamam comumente de Santíssima Virgem Maria.

Para que o acolhimento de Maria na comunhão católica romana e na comunhão anglicana deixe de ter pontos de tensão, é preciso que haja um aprofundamento bíblico, e esclarecimento da doutrina; da parte dos católicos,

cuidado em conduzir as expressões devocionais com mais sobriedade e moderação de forma que sejam condizentes com as Escrituras (cf. UMBRASIL, 2011, p. 185).

É em Maria que podemos encontrar o perfeito modelo de unidade. O cristão que busca a santidade e a glória eterna deve incorporar em sua vida as virtudes desta mulher. Com humildade Maria foi ao encontro de sua prima Isabel e se colocou a serviço para auxiliá-la no tempo final de sua gestação. É isso que nos pede o papa Francisco, uma Igreja em saída que percebe o clamor dos mais necessitados e parte para o encontro levando ecumenicamente esperança e conforto.

Seguindo seu exemplo de discípula fiel até as últimas consequências, seguindo o seu conselho “*Fazei tudo o que Ele vos disser*” e cantando com ela o seu *Magnificat*, formaremos uma só comunhão, viveremos a unidade sonhada.

5 CONCLUSÃO

Depois de pesquisar, examinar, mergulhar em um infindável número de textos que descrevem Maria no contexto histórico da humanidade a partir de seu decidido *fiat*, compromisso de fé e de esperança como portadora da semente da nova aliança querida por Deus para com todos os seus filhos, é possível chegar a uma constatação inevitável: *“De Maria nunquam satis”* (Impossível dizer demais sobre Maria), tal qual asseverava São Bernardo (1090-1153), reconhecido como o Doutor Mariano.

Em Maria e com o seu exemplo, por ter aceitado obedientemente a vontade de Deus anunciada pelo mensageiro anjo Gabriel – gerar a vida de Jesus humano, Filho do divino -, caracteriza-se, com clareza, a missão das mulheres como protagonistas da perpetuação da obra de criação de novos seres humanos; afinal, ao estar a serviço, ser serva do Senhor, devemos nos sentir todas colocadas em uma relação de obediência a Deus para ser as geratrizes de vida a filhos que se unam a Ele e que sejam mensageiros da boa nova da salvação.

Assim como os primeiros Padres da Igreja chamavam Maria de “Nova Eva” [Irineu de Lião (c. 140-c. 202)], a “mãe de todos os viventes”, tem-se hoje a presença de Maria nas Igrejas como aquela que semeia o “germe” da vida de Jesus Cristo no coração de cada um de nós.

Ora, se ela participa na geração de vida em Cristo e com Cristo em nós, como mães biológicas, físicas, que trazemos em nosso ventre novas vidas, devemos seguir o exemplo de Maria com a consciência, desde a concepção, que oferecemos ao mundo novos e mais fiéis discípulos de Jesus por obra e graça de Deus Pai.

É que, na ordem espiritual, Maria é a mãe de Cristo no coração de todo o cristão; seu Filho Jesus é a cabeça da nova humanidade (...) “visto que toda essa humanidade transformada é o Corpo místico de seu Filho; ao dar à luz Jesus, Maria dá à luz todos os membros de Cristo. Ela concebe o Cristo em cada membro de Cristo. Ela transmite a vida d’Ele para qualquer um que O aceita. Essa é a missão que lhe foi confiada aos pés da cruz: ‘Mulher, eis aí o teu filho’. Este ‘eis’ é de uma tremenda intensidade. Ele começa, talvez, querendo dizer, ‘Veja o seu novo filho’ e cresce até significar ‘Aceite o discípulo amado (símbolo de cada um de nós) como seu novo filho’; finalmente ela se torna: ‘Mostre ser a verdadeira mãe de todo ser

humano, seu novo filho, nutrindo cada um dos fiéis com o leite da vida de Cristo” (BONOWITZ, 2013, p. 135-136.).

A dimensão da grandeza de, como mães na ordem terrena, podermos também participar da geração dos discípulos de Jesus, novos membros de Cristo, é que deve ser infundida nos corações de todas as mulheres, pois, assim, se chegaria progressivamente mais próximo do desejo de unidade de todos os cristãos, vivenciando com intensidade os seus atributos de fé, esperança e caridade.

Cristãos que somos, entendemos Cristo presente em todos os nossos semelhantes. Ora, se presente nos irmãos, ele já se configura como tal desde a concepção no seio materno. Sublime missão dos homens para perpetuar a obra de criação de Deus (cf. Gn 1, 26) e trazer ao mundo novos discípulos de Cristo!

O amor terno de Maria, multiplicado e instalado em todas as vidas humanas, vai, desde a Anunciação, moldando o mundo e fazendo circular nele a seiva que alimenta (1) a fé em Deus que nos concede a graça de experimentar seu Reino aqui mesmo; (2) a esperança de que este Reino se torne perceptível e concreto, pela ação do Espírito Santo – especialmente sobre as pessoas a quem incumbe tomar as grandes e mais sensíveis decisões para conduzir os homens em sua caminhada terrena -, que permita diminuir as desigualdades sociais e econômicas em respeito à dignidade da vida humana; e (3) a caridade pela qual se constrói a solidariedade entre as pessoas e com a qual se anima e se alegra o espírito por enxergar em cada um de nossos irmãos um outro Cristo.

Neste contexto, as balizas que foram fincadas pela doutrina das Igrejas que tem em Cristo o centro de nossa fé, devem ser vistas como sinais, arrimos e proteção a nos dirigir na caminhada que a Ele nos conduza; a compreender e assimilar a importância do acontecimento da Sua humanidade; e a abrir as janelas de nosso intelecto para o mistério infinito da bondade e da misericórdia de Deus para conosco, operando em Maria o milagre da nova aliança.

Muito mais do que aceitá-los ou não como verdades de fé, devem eles (os dogmas) configurar Maria como “Nova Eva”, aquela que acolheu a sublime missão de humanizar o Filho de Deus e dar início à divinização de todos os seres humanos pela vivência dos ensinamentos de Cristo e pela união a Deus que, com Sua infinita bondade e misericórdia, nos propôs, através de Maria, a nova Aliança para chegarmos à imortalidade celestial. Embora inescrutável a vontade de Deus, emerge, na pequena compreensão de nós seres humanos e pecadores, que Ele, ao

oferecer a vida e a morte de cruz de Seu Filho, está a nos chamar para a glória de um novo Éden.

Na essência da manifestação da nova aliança de Deus com os homens, conforme o Segundo Testamento, se apreende, em última instância, que Maria foi instrumento d'Ele para conferir humanidade ao Seu Filho. Por isso, as verdades dogmáticas que se formaram pela Igreja Católica em relação a Maria, e acolhidas parcialmente pela Igreja Anglicana, devem tão apenas ser tidas como faróis e bússolas para orientar as pessoas nos caminhos que conduzem a Deus.

Se a Maria os doutrinadores atribuíram, ao longo da caminhada histórica das Igrejas Católica e Anglicana, ter ela concebido Jesus humano por obra e graça do Espírito e, assim, reconhecida como mãe de Deus; ter permanecido imaculada (dogma não plenamente aceito pelos anglicanos); e ter sido assunta aos céus (também não acolhido por inteiro por anglicanos); assim o fizeram, fazem e sempre o farão (*De Maria nunquam satis*) para, mediante indicações formais e simbólicas, designar a qualidade do sublime conteúdo inserido no *fiat* de Maria, do qual emanou o Jesus, manso e humilde de coração.

Parafraseando ditos de Joseph Ratzinger, às vésperas do Concílio Vaticano II – em ensaio sobre “Ideias Fundamentais da Renovação Eucarística do século XX”, Maria representou para a humanidade muito mais do que um tabernáculo de carne e osso, gestando o Filho de Deus, pois a Ele interessa tabernáculos vivos, ter os homens cheios do seu Espírito, prontos em tornar presente o Espírito e a realidade de Jesus Cristo neste mundo. Por sua natureza, portanto e tal qual a Eucaristia, a gestação para outorga do dom da vida a uma nova pessoa é uma realidade que deve ser recebida, é uma exortação para nos impregnar e preencher do espírito de Cristo, para erigir assim os tabernáculos de Deus lá onde realmente são necessários: no meio do mundo em que vivemos, entre os homens que estão ao nosso redor. Por esta razão, (...) Cristo nos chama a sermos seus tabernáculos neste mundo, a termos a coragem do seu Espírito, o Espírito da verdade, de retidão, de justiça e de bondade (cf. RATZINGER, 2016, vol. 7/1).

A presente dissertação, para além de reconhecer a nossa condição humana de limitada capacidade, teve o propósito de nos alertar para estarmos abertos e sedentos a novas interpretações de cada palavra de todos os escritos sobre a mãe de Deus e, acima de tudo, instigados a desenvolver uma constante atitude interior de observação e de juízo de valor sobre a importância de Maria, especialmente para

nós mulheres; por ser ela exemplo universal de mãe para as mães de todos os tempos, a par de simbolizar, para a humanidade, espírito firme de mulher corajosa e destemida que, com humildade e perseverança, soube escrever seu nome na história e conquistar o carinho e o respeito dos que em seu Filho creem.

6 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo, Bispo de Hipona, **A Virgem Maria: Cem textos Marianos com comentários**; tradução Nair Assis de Oliveira. – São Paulo, SP: Paulus, 2014.

ALBERIGO Giuseppe, **Breve História del Concilio Vaticano II: En busca de la renovacion del cristianismo**. – Salamanca, Espanha: Edições Sigueme, 2005.

ALMEIDA, José Antonio de, *Evangelhos Dominicais Comentados*, In: O Mensageiro de Santo Antônio, jul/ago 2016; publicação da Associação Antoniana dos Frades Menores Conventuais. S

ALVAREZ, Rodrigues, **Aparecida** – São Paulo, SP: Editora Globo, 2014.

AQUINO, Rev. Jorge, **Maria na tradição da Igreja Anglicana**. Texto digitado.

AZEVEDO, Manuel Quitério de, **O Culto a Maria no Brasil: História e Teologia**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2001.

BALTHASAR, Hans Urs von (et alii), **O Culto a Maria hoje: Subsídio teológico-pastoral elaborado sob a direção de Wolfgang Beinert**; tradução: Luiz João Gaio. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1979.

BIBLIA de Jerusalém, São Paulo, SP: Paulus, 10^a reimpressão, 2015.

BIGOTTO, Giovanni Maria, **Maria de Nazaré, no coração da Igreja e na vida do povo**; tradução Aloisio Kuhn. – São Paulo, SP: Paulinas, 2011.

BOFF, Clodovis, **Dogmas Marianos: Síntese Catequético Pastoral**. São Paulo, SP: Editora Ave-Maria, 2010.

BOFF, Clodovis, **Introdução à mariologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOFF, Clodovis, **Mariologia social: o significado da Virgem para a Sociedade**. São Paulo: Paulus, 2006.

BOFF, Lina, **Aparecida: 300 anos de romaria em prece**. São Paulo, SP: Paulinas, 2017.

BONOWITZ, Dom Bernardo, **Buscando verdadeiramente a Deus**, Santo André, SP: Editora Mensageiro de Santo Antônio, 2013.

BRIGHENTI, Agenor, **Em que o Vaticano II mudou a Igreja**, São Paulo, SP: Paulinas, 2016.

BRIGHENTI, Agenor, **A Igreja do futuro e o futuro da Igreja: Perspectivas para a evangelização na aurora do terceiro milênio**, São Paulo, SP: Paulus, 2001.

BRUNI, Giancarlo, **Mariologia ecumênica (p. 91-102)**, Padova, Itália: Rivista MESSAGERO DI S.ANTONIO-EDITRICE, 2004.

CAFFAREL, Henri, **Recebe Maria como tua Esposa**, tradução Antonio Bicarato – Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009.

CARDA PITARCH, Jose Maria, **El misterio de Maria** – Toda la doctrina católica sobre la Virgen, Madrid: Sociedad de Educación Atenas, 1984.

CATECISMO da Igreja Católica, São Paulo, SP: Edições Loyola, 2000.

CEGALLA, José, **A virgem da unidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973

COMISSÃO Internacional Anglicano-Catolico Romana. **Mzaria, graça e esperança em Cristo**. São Paulo, SP, Paulinas, 2005.

DECRETO sobre Memória de Maria Mãe da Igreja, disponível em: www.vatican.va/pt/vaticano/news/2028-03/decreto-de-maria-mae-da-igreja-calendario-romano, acesso em 27/03/2018.

DE OLIVEIRA, José Fernandes (Pe. Zezinho), **Nós, os católicos romanos**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1983.

DEL GAUDIO, Daniela, **MARIA DE NAZARET – Breve trattato di mariologia**. Città del Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2014.

DIETRICH, Luiz José, **Monoteísmo, diversidade e Direitos Humanos**, Revista Pistis Praxis, Teologia e Pastoral, Curitiba, v.6, n.3, p.791, set/dez 2014.

ERLIN, Luís, **9 Meses com Maria – Novena da Anunciação ao Nascimento de Jesus**. São Paulo, SP: Editora Ave-Maria, 2016.

ESQUERDA BIFET, Juan, **La gran señal**. Maria em la mision de la iglesia, Barcelona, Spain: Editorial Balmes, 1983.

FORTE, Bruno, **Maria, a mulher ícone do mistério**. São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1991.

GALOT, Jean, **O coração de Cristo**; tradução: Sofia Pinheiro; São Paulo, SP: Quadrante, 2004.

GRUPO DE DOMBES, **Maria no desígnio de Deus e a comunhão dos santos**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2005.

HOMEM, Dom Edson de Castro, **Maria da nossa fé**. São Paulo, SP: Paulinas, 2007.

IWASHITA, Pedro K., **Diálogo, entendimento e compreensão. Conferência de Aparecida e Diálogo Interreligioso**. Revista Eletrônica Espaço Teológico, Faculdade Teológica da PUC, São Paulo, v. 11, n. 4, 2009.

JOÃO PAULO II, São, **Rosarium Virginis Mariae**, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.4, 2016.

KALLARRARI, Celso, **A Assunção de Maria aos Céus**, disponível em: www.abiblia.org>Artigos acesso em: 23/04/2018

KICKHÖFEL, Oswaldo, **Notas para uma História da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**, Porto Alegre, RS: Editora Gráfica Metrópole S.A., 1995.

KLEIN, Carlos Jeremias, **Maria na teologia e na história da igreja**. São Paulo, SP: Fonte Editorial, 2012.

LARRAÑAGA, Inácio, **O silêncio de Maria**; tradução: José Carlos Correa Pedroso; São Paulo, SP: Paulinas, 2015.

LELOUP, Jean-Yves, **O Evangelho de Maria – Míriam de Mágdala**; tradução: Lise Mary Alves de Lima; Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

LIBANIO, João Batista, **Conferência de Aparecida**, Revista Eclesiástica Brasileira, v. 67, n. 268, pág. 816-842, 2007.

LOC **Livro de Oração Comum Brasileiro**, Recife, PE, Igreja Anglicana do Cone Sul da América, 2008, pdf.

LUÍS MARIA GRIGNION DE MONFORT, São, **Tratado da verdadeira devoção à Santíssima Virgem**, Petrópolis, RJ: 2015.

LUTERO, Martim, **Magnificat – O louvor de Maria**, Aparecida, SP: Editora Santuário, 2015.

MACQUARRIE, John, **Maria para todos os cristãos**; tradução: Anna Maria Pareschi Capovilla; São Paulo, SP: Edições Loyola, 2006.

MCKNIGHT, Scot, **A verdadeira Maria**. Curitiba, PR: Publicações RBC.

MICHALON, Pierre, **A unidade dos cristãos**; tradução: Maria de Jesus Brito; São Paulo, SP: Edições Paulinas, 1969.

MIEN, Aleksandr, **Jesus, Mestre de Nazaré**; tradução: Irami B. Silva; Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.

MUNHOZ DA ROCHA, José Maria, **Maria de Nazaré**, Curitiba, PR: Gráfica Vicentina, 1987.

MURAD, Afonso Tadeu, **Maria: toda de Deus e tão humana**, São Paulo, SP: Paulinas, 2016.

NASCIMENTO, Rev. Rodson Ricardo Souza do. **Gratia et Spes: A Bem-aventurada Virgem Maria na Liturgia Anglicana**. Texto digitado.

NGUYEN VAN THUAN, François Xavier, **Testemunhas da esperança: quando o amor irrompe em situações de heroísmo e no dia-a-dia**, tradução: João Batista Florentino; Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2002.

PADOVESE, Luigi, **Introdução à Teologia Patrística**; tradução: Orlando Soares Moreira; São Paulo, SP: Edições Loyola, 1999.

PAULO VI, **Omelia del Santo Padre Paolo VI**, disponível em: http://www.vatican.va/holy-father/paul_vi/index-it.htm, acesso em: 15/09/2017.

PAULO VI, **Signum Magnum**, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.5, 2016.

PAULO VI, **Marialis Cultus**, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.2, 2016.

PAULO VI, **Lumen Gentium**, cap. VIII, A bem-aventurada Virgem Maria Mãe de Deus no mistério de Cristo e da Igreja, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.1, 2016.

PELIKAN, Jaroslaw, **Maria através dos séculos: seu papel na história da cultura**; tradução: Vera Camargo Guarnieri; São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2000.

PERRY, Tim et KENDALL, Daniel, sj, **A Santíssima Virgem Maria**; tradução: Bárbara Theoto Lambert; São Paulo, SP: Edições Loyola, 2015.

PIO IX, **Ineffabilis Deus**, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.6, 2016.

PIO XII, **Munificentissimus Deus**, Coleção Theotókos, Brasília, Edições CNBB, v.8, 2016.

RATZINGER, Joseph (Papa Emérito Bento XVI), **A infância de Jesus (e-book)**; tradução: Bruno Bastos Lins; São Paulo, SP: Editora Planeta do Brasil, 2012.

RATZINGER, Joseph (Papa Emérito Bento XVI), **Dogma e Anúncio**; tradução: Pe. Antonio Steffen, sj; São Paulo, SP: Edições Loyola, 2007.

RATZINGER, Joseph (Papa Emérito Bento XVI), **Ideias Fundamentais da Renovação Eucarística do século XX**; tradução: Ramiro Mincato; Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 2016.

SESBOUÉ, Bernard, **Por uma teologia ecumênica**. Salamanca, Espanha: Secretariado Trinitário, 1999.

SPERMÀN, Giovanni, **La vicenda postconciliare dela devozione mariana: dalla "Marialis cultus" all'anno del rosario** (p. 7-23), Padova, Itália: Rivista MESSAGERO DI S.ANTONIO-EDITRICE, 2004.

SUÁREZ, Federico, **A virgem Nossa Senhora**; tradução: Maria Pacheco; São Paulo, SP: Quadrante, 2003.

TAKATSU, Sumio Dom, **Livro de Oração Comum no Anglicanismo**, disponível em: www.centroestudosanglicanos.com.br/bancodetextos/liturgia/livro_de_oracao_comum_no_anglicanismo.pdf, acesso em: 27/03/2018.

TIMOTHY, George and GUARINO, Thomas G., **Evangelicals and Catholics Together at Twenty: Vital statements and contested topics (e-book)**; Brazos Press, 2015.

WARE, Kallistos Bispo, tradução: Pe. Pedro Oliveira, **A Santa Igreja Ortodoxa**, disponível em: www.ecclesia.com.br, acesso em: 16/12/2017.

WOLFF, Elias, **A unidade da Igreja: ensaio de eclesiologia ecumênica**; São Paulo, SP: Paulus, 2007.

WOLFF, Elias, **Meditações sobre Oikoumene**; São Paulo, SP: Fonte Editorial, 2016.

WOLFF, Elias, **Dossiê: Lutero e a Reforma: 500 anos**, Revista Horizonte, PUC Minas, v. 14, n. 44 – out-dez, 2016.

UMBRASIL – UNIÃO MARISTA DO BRASIL, **Maria no coração da Igreja: Múltiplos olhares sobre a Mariologia**, São Paulo, SP: Paulinas, 2011.